



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 8 de Março de 2007

Número 48

ÍNDICE

2.º SUPLEMENTO

PARTE J

Banco Santander Portugal, S. A.

Relatório n.º 1-Z/2007:

Contas de 2002 6356-(4)

Caja de Ahorros de Salamanca y Soria

Relatório n.º 1-AA/2007:

Contas de 2005 6356-(62)

F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Relatório n.º 1-AB/2007:

Contas de 2004 6356-(71)

SIEMCA — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.

Relatório n.º 1-AC/2007:

Contas de 2005 6356-(75)



BANCO SANTANDER PORTUGAL, S. A.

Relatório n.º 1-Z/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 7536; identificação de pessoa colectiva n.º 501592245; data da apresentação: 16 de Junho de 2004.

Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2002.

Está conforme o original

Lisboa, 3 de Janeiro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira*.

Relatório e contas individuais de 2002

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.
Vice-presidente: Jorge Maria Bleck.
Secretário: Francisco Assis Magalhães.

Conselho de administração:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório, em representação do Banco Santander Central Hispano.
Vice-presidente: Miller Roy McLean, em representação do The Royal Bank of Scotland.
Vogais:

Eduardo José Stock da Cunha.
Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha.

José Benigno Perez Rico.
José Manuel Alves Elias da Costa.
José Rogélio Gestal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company.

Luís Alberto Ponciano Alexandre.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.
Nuno Manuel da Silva Amado.
Walter Lindsay Stewart.

Conselho fiscal:

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges.
Vogais:

António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Fernando M. Vieira.

Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Suplente: Freire, Loureiro e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Manuel Pereira Freire.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.
Vice-presidentes:

José Benigno Perez Rico.
Nuno Manuel da Silva Amado.

Vogais:

Luís Alberto Ponciano Alexandre.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Agregado: José Carlos Brito Sítima.

Secretário da sociedade:

Secretária efectiva: Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.
Secretário suplente: António Miguel Leonetti Terra da Motta.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	2002	2001	2000	Varição (percent. 2002-2001)
Balço:				
Activo líquido	5 253	5 184	3 804	1,3
Crédito líquido	4 188	3 664	2 938	14,3
Recursos totais de clientes	3 730	3 720	2 936	0,3
Capitais próprios + interesses minoritários	284	250	239	13,3
Demonstração de resultados:				
Margem financeira	108,9	103,5	96,0	5,2
Produto bancário	146,8	135,2	124,8	8,6
Resultado de exploração	64,2	52,2	49,0	22,9
Resultados antes de impostos	41,1	32,2	37,0	27,6
Resultado líquido	34,3	26,8	30,7	28,0
Resultado líquido por acção (anualizado)	1,1	0,9	1,0	28,0
Ratios:				
ROE (em percentagem)	13,7	11,2	14,7	(a) 2,5
ROA (em percentagem)	0,7	0,5	0,8	(a) 0,1
Ratio de eficiência (em percentagem)	51,2	55,6	54,0	(a) — 4,4
Crédito vencido + 90 dias/crédito total (em percentagem)	0,5	0,6	0,6	—
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias (em percentagem)	277,1	262,0	234,7	(a) 15,1
Colaboradores	1 338	1 356	1 287	— 18,0
Agências em Portugal	123	121	118	2,0

(a) Pontos percentuais.

Relatório do conselho de administração

Práticas do governo do Banco

A actuação do conselho de administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da eficácia, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rentabilidade do Banco e a otimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da direcção de coordenação de assuntos institucionais e cumprimento colocada no primeiro plano da hierarquia da instituição, à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As regras respeitantes ao governo do Banco têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo conselho ou pela comissão executiva, e contém um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Destaca-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, está em vigor um código de conduta aplicável aos membros do conselho de administração que, sem prejuízo dos deveres gerais, legalmente consagrados, que lhes incumbem, estabelece um conjunto acrescido de obrigações específicas destinadas a garantir a confidencialidade, o sigilo, a isenção e a transparência e a prevenir e acautelar eventuais conflitos de interesses.

O Banco está regulamentado no cumprimento integral das normas e recomendações sobre o bom governo das sociedades, de acordo com o previsto, em especial, no Regulamento n.º 7/2001.

Estrutura accionista

As posições dos accionistas detentores de participações superiores a 10% do capital social do Banco Santander Portugal, S. A., são, em 31 de Dezembro de 2002, as seguintes:

Accionista	Número de acções	Porcentagem
Foggia — SGPS, S. A.	25 538 705	82,08
RBSG, Ltd.	3 964 876	12,75

Enquadramento da actividade

Economia internacional

O ano de 2002 iniciou-se com perspectivas de que as principais economias teriam sido relativamente pouco afectadas pelos acontecimentos trágicos de 11 de Setembro de 2001.

Nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos referentes ao quarto trimestre de 2001 reflectiu-se numa progressiva revisão em alta das previsões de crescimento para 2002. No entanto, a incerteza viria a manter-se elevada ao longo de todo o ano, fruto da conjugação de vários factores.

Sucessivos escândalos financeiros conduziram os mercados accionistas para mais um ano de perdas, reduzindo a riqueza — e, conseqüentemente, a confiança — dos consumidores. Adicionalmente, a ameaça de uma intervenção militar no Iraque com a repercussão na subida do preço do petróleo, contribuíram para manter em baixa a confiança dos agentes económicos. A despesa das famílias americanas, todavia, manteve-se sustentada, fruto da forte descida das taxas de juro de longo prazo, que contribuiu para uma substancial redução dos seus custos de financiamento.

As empresas, por seu lado, continuaram o ajustamento iniciado em 2000, reduzindo os níveis de existências e o emprego.

Crescimento económico mundial

	1998	1999	2000	2001	2002 (a)	
					Abr/02	Set/02
Mundo	2,6	3,6	4,7	2,2	2,8	2,8
Países avançados	2,7	3,4	3,8	0,8	1,7	1,7
EUA	4,3	4,1	3,8	0,3	2,3	2,2
Japão	- 1,2	0,8	2,4	- 0,3	- 1,0	- 0,5
UEM	2,9	2,8	3,5	1,5	1,4	0,9
Reino Unido	2,9	2,4	3,1	1,9	2,0	1,7
Países em desenvolvimento	3,5	4,0	5,7	3,9	4,3	4,2
África	3,4	2,8	3,0	3,5	3,4	3,1
Ásia	4,0	6,1	6,7	5,6	5,9	6,1
Médio Oriente e Turquia	3,6	1,2	6,1	1,5	3,3	3,6
América Latina	2,3	0,2	4,0	0,6	0,7	- 0,6
Países em transição (ex. comunistas)	- 0,7	3,7	6,6	5,0	3,9	3,9

(a) Estimativa.

Fonte. — FMI.

O Japão tem-se mostrado incapaz de solucionar o problema da deflação e o crescimento mantém-se fraco, apesar de sucessivos planos governamentais de estímulo à economia. O elevado peso de crédito mal-parado no balanço dos bancos continua a impedir a concessão de crédito, sobretudo às pequenas e médias empresas, enquanto o aumento do desemprego e a deflação se reflectem num fraco crescimento do consumo privado. O governo apresentou no final de Outubro um novo plano destinado a acelerar o processo de saneamento das instituições financeiras e a estimular o sector empresarial, através de uma reforma fiscal e de apoios às pequenas empresas e à criação de emprego.

Nos mercados emergentes, logo no início de 2002 há a destacar o abandono da paridade com o dólar americano (*currency-board*) pela Argentina, e conseqüente desvalorização do peso. As medidas de conversão em pesos dos depósitos em dólares (a uma taxa de câmbio

inferior à do mercado) e o congelamento das contas bancárias aumentaram a instabilidade económica e social.

A instabilidade transmitiu-se depois ao Brasil, em antecipação das eleições presidenciais Outubro de 2002. A esperada vitória de Lula da Silva gerou receios de uma alteração radical da política desenvolvida nos últimos anos, conduzindo o real para o valor mais baixo de sempre (muito próximo dos quatro reais por dólar). No entanto, o novo governo assegurou a manutenção de uma política de estabilidade macroeconómica.

O preço do petróleo registou uma subida acentuada ao longo de 2002, ultrapassando mesmo o preço médio de 25 dólares/b, definido pela OPEP. A subida, logo no início do ano, deveu-se à melhoria das perspectivas de crescimento económico para 2002. A partir de meados do ano o preço do petróleo foi influenciado pela discussão em torno da redução de quotas pela OPEP, mas sobretudo pelos receios de uma intervenção militar no Iraque.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte. — Bloomberg.

Economia da UEM

Na UEM, e contrariamente aos EUA, as previsões de crescimento foram progressivamente revistas em baixa. A economia europeia revelou não ser tão imune aos acontecimentos registados nos EUA como inicialmente esperado, sobretudo por via das interligações financeiras. Embora as acções representem uma baixa proporção da riqueza dos consumidores, estes foram afectados pela queda dos mercados accionistas, num cenário de aumento da incerteza global, levando mesmo a uma retracção do consumo. Por outro lado, as eleições legislativas na Alemanha e a necessidade de redução do défice orçamental, com a discussão de novos aumentos dos impostos, afectaram a confiança dos empresários que adiaram decisões de investimento e de aumento do emprego. No entanto, apesar do menor crescimento económico, o desemprego aumentou de forma moderada.

A inflação manteve-se acima do limite dos 2% durante quase todo o ano, revelando uma grande resistência à descida, apesar do abrandamento da actividade, de aumentos salariais relativamente controlados e da apreciação do euro. No início do ano a inflação subiu devido, ao arredondamento dos preços resultante da introdução do euro, que teve um impacto maior do que o esperado. Posteriormente, seria afectada pela subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2001	2002	2001	2002 (a)
UEM	1,5	0,8	2,5	2,4
Alemanha	0,6	0,4	2,4	1,6
França	1,8	1,0	1,8	1,9
Itália	1,8	0,3	2,5	2,5
Espanha	2,7	1,8	2,8	3,5

(a) Estimativa.

Fonte. — OCDE.

Em 2002, a Comissão Europeia aplicou pela primeira vez o procedimento dos défices excessivos. Portugal foi o primeiro país alvo de uma recomendação explícita, pelo défice orçamental de 2001 (4,1% do PIB). A Alemanha foi o país seguinte visado devido ao défice de 2002, e a França está a ser analisada cuidadosamente, devido ao défice esperado para 2003. A partir de 2003 o défice orçamental começará a ser analisado em termos ajustados do ciclo económico para acomodar o impacto do menor crescimento sobre a despesa pública.

Economia portuguesa:

A economia portuguesa iniciou a necessária correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, sobretudo do défice público. O ano de 2002 iniciou-se sob o signo de eleições legislativas, marcadas pela discussão em torno do valor final do défice orçamental de 2001, que ascendeu a 4,1% do PIB, o mais elevado da zona euro. O novo governo apresentou um orçamento rectificativo, propondo uma maior contenção da despesa e o aumento da taxa normal do IVA em 2 p. p., por forma a reduzir o défice orçamental para 2,8%.

A contenção da despesa pública acresceu, assim, ao abrandamento das economias externas e à moderação do consumo privado. Pelo terceiro ano consecutivo, as famílias privilegiaram a poupança, ajustando o forte aumento do endividamento ocorrido nos anos anteriores. Entretanto o investimento registou uma contracção significativa, na sequência do abrandamento da actividade de construção, obras públicas e sector residencial, que tinha registado um forte crescimento no passado recente.

Indicadores sobre Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002 (a)
PIB	4,6	3,8	3,7	1,6	0,7
Consumo privado	5,0	5,1	2,6	1,2	0,5
Consumo público	4,1	5,6	4,0	2,8	1,4
Investimento	12,4	7,4	3,3	0,0	-1,5
Exportações	9,1	2,9	8,0	1,4	2,0
Importações	14,2	8,5	5,4	0,3	0,3
Inflação média	2,8	2,3	2,9	4,4	3,6
Desemprego	5,0	4,4	4,0	4,2	5,2
Défice público (perc. do PIB)	-2,6	-2,4	-2,9	-4,1	-2,8
Dívida pública (perc. do PIB)	55,0	54,4	53,3	55,5	58,8
BTC (perc. do PIB)	-4,7	-6,3	-8,8	-8,4	-6,0

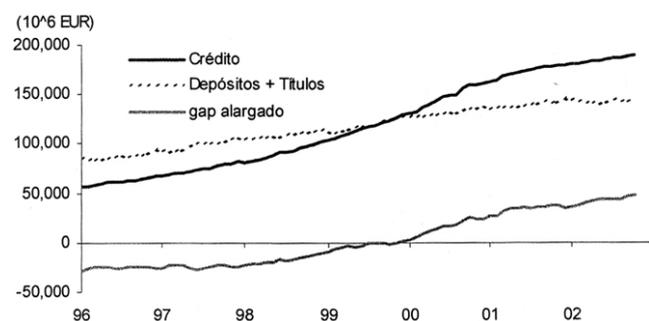
(a) Estimativa.

Fonte. — INE, Ministério das Finanças, BSNP

As exportações, apesar do abrandamento da procura nos principais parceiros comerciais, nomeadamente a Alemanha, e do maior crescimento dos salários em Portugal, aceleraram) face ao ano transacto, confirmando as indicações de ganhos de quota de mercado pelas exportações portuguesas. As importações terão estagnado pelo segundo ano consecutivo, reflectindo o forte abrandamento do consumo privado e do investimento, que têm um elevado conteúdo importado.

O défice externo manteve-se em níveis elevados, sendo o maior da OCDE, conduzindo a um novo aumento do endividamento ao exterior, assegurado quase exclusivamente pelo sector bancário. Entre Dezembro de 2001 e Outubro de 2002 o sector bancário aumentou a sua dívida externa em quase 10 biliões de euros, valor idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior. No final daquele período o financiamento do crédito pela dívida externa bancária aumentou para 24% do total do crédito concedido, para atingir cerca de 35% do PIB (um aumento superior a 5% face à situação de 2001).

Mercado bancário e gap de liquidez



Fonte. — Banco de Portugal.

A inflação desacelerou de forma moderada, caindo para 3,6% em 2002, face aos 4,4% de 2001. À semelhança do ocorrido nos restantes países da zona euro, os arredondamentos de preços resultantes da introdução das notas e moedas de euro tiveram um impacto sensível sobre a inflação. Grande parte da desaceleração da inflação deveu-se aos preços da alimentação, que tiveram uma evolução bastante favorável, e que anularam em grande medida o impacto do aumento da taxa normal de IVA sobre os preços. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro reduziu-se, para 1,4 p. p., mas situa-se ainda a um nível elevado, colocando problemas de competitividade.

O mercado de trabalho continuou a ajustar-se à desaceleração da actividade económica, com a taxa de desemprego a aumentar para 5,1% no 3.º trimestre, o nível mais elevado desde o 1.º trimestre de 1998. No entanto, apesar de uma moderação face ao período homólogo, os aumentos salariais continuaram a exceder o aumento da produtividade.

Mercados cambiais

Em 2002, o euro, esteve sobretudo sob a influência de factores como os diferenciais de crescimento e fluxos de fundos, que voltaram a marcar a tendência nos mercados de câmbios. No início do ano, a revisão em alta das previsões de crescimento nos EUA, reflectiu-se na depreciação do euro, que voltou a aproximar-se dos níveis mínimos verificados em 2001.

A partir do 2.º trimestre de 2002 a queda dos mercados accionistas norte-americanos, afectados por vários escândalos financeiros, e a consequente redução dos fluxos de fundos destinados aos EUA, reflectiu-se numa recuperação do euro, que se aproximou da paridade (com o dólar. Esta tendência viria a revelar-se pouco sustentada, na medida em que no segundo semestre a economia europeia deu sinais de que não estava imune aos desenvolvimentos nos EUA, com uma revisão em baixa das previsões de crescimento para 2002, e sobretudo para 2003.

No entanto, e já no 4.º trimestre, o euro ultrapassou significativamente a paridade com o dólar, beneficiando, por um lado da demissão da equipa económica da administração norte-americana e sua substituição por uma nova equipa, menos estrita na defesa de um dólar forte e por outro, de novos receios de uma intervenção militar pelas forças norte-americanas no Iraque.

A libra esterlina acompanhou de perto a evolução do dólar, depreciando-se face ao euro mas em menor escala. Em 2002, embora sem desenvolvimentos concretos quanto à participação do Reino Unido na zona euro, foram conhecidos vários estudos que revelam estimativas para a taxa de conversão da libra, situadas em torno de 0,70 libras por euro.

O iene manteve-se, durante o 1.º semestre, em torno dos níveis alcançados em 2001 (os mais baixos dos últimos três anos), reflectindo as fracas perspectivas para a economia japonesa, conforme já referido. No entanto, no 2.º semestre, viria a apreciar-se, devido a uma recuperação conjuntural da economia, e aos factores específicos que afectaram sobretudo o dólar americano.

Evolução das principais taxas de câmbio (Dezembro de 2001 = 100)



Fonte. — BCE.

Mercados monetários

Na sequência das fortes descidas das taxas de referência ocorridas em 2001, o ano de 2002 iniciou-se com expectativas de inversão do ciclo monetário. No entanto, ao longo do exercício, as constantes revisões em baixa das taxas de crescimento da economia, conduziram a um pessimismo generalizado que se traduziu em expectativas de descida das taxas de referência.

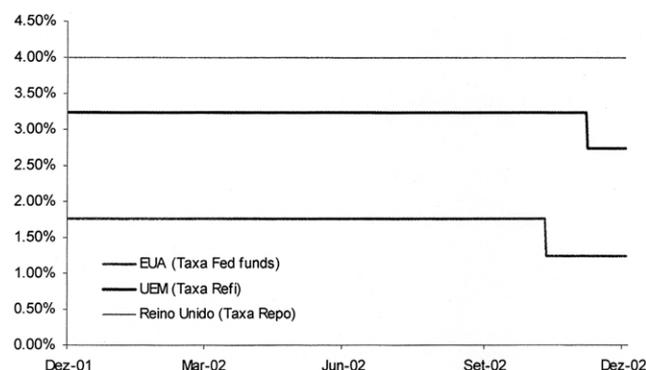
Os bancos centrais dos EUA e da zona euro viriam efectivamente a baixar as taxas de referência, no quarto trimestre de 2002. Nos EUA, a Reserva Federal reduziu a taxa de referência para 1,25%, um mínimo de quatro décadas, devido à quebra da confiança dos consumidores

motivada pela perspectiva de desenvolvimentos político-militares no Iraque. Na sequência desta decisão, a Reserva Federal dos EUA deu por concluída a sua tarefa, considerando que a política monetária era consistente com a recuperação da economia americana.

Por seu turno o Banco Central Europeu baixou também a taxa de referência, para 2,75%, reconhecendo que o abrandamento económico nos EUA e o aumento da incerteza global afectaram igualmente a economia europeia. Na sequência desta decisão, e de declarações de que os riscos para a actividade continuavam elevados, os mercados financeiros anteciparam um novo corte, até 0,5%, o que conduziu as taxas de juro a novos mínimos.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra discutiu por várias vezes uma eventual descida das taxas de referência, mas manteve-as inalteradas no mínimo de 4%. Embora preocupados com o abrandamento da economia global, o forte crescimento dos salários e o aumento dos preços do imobiliário reforçaram a dualidade da economia britânica, e levando o banco central a ter uma postura mais cautelosa, não alterando a política monetária.

Taxas de referência dos principais bancos centrais



Fonte. — Reuters.

No Japão, a manutenção do cenário de recessão económica e deflação levou o Banco Central a observar a política de taxas de juro zero, bem como a aumentar a taxa de expansão dos agregados monetários, para contrariar a tendência de descida dos preços.

Mercados obrigacionistas

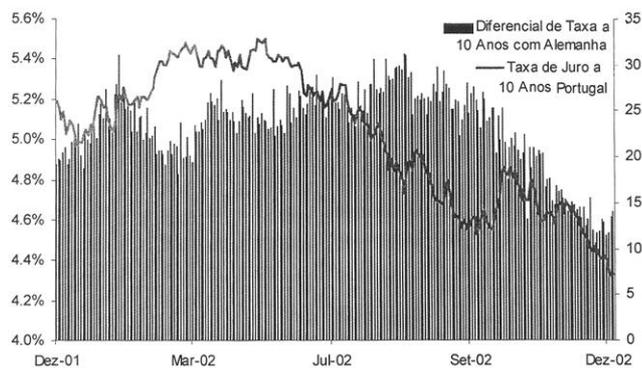
Em 2002 as taxas de juro de longo prazo voltaram a descer de forma significativa, aproximando-se dos níveis mínimos verificados em 1998-1999.

A descida das taxas de juro, que se acentuou a partir de meados do ano e que mais do que anulou a subida verificada no início do ano (a qual ocorreu na sequência das expectativas iniciais de recuperação da actividade económica), foi determinada pelo conjunto de factores já anteriormente referidos e que podem basicamente ser sintetizados num movimento de fuga para a qualidade.

De facto, os mercados obrigacionistas assumiram um importante papel de refúgio para os investidores. Inicialmente, foi a queda dos mercados accionistas a espoletar um movimento de reafecção de carteiras em favor de activos com menor risco. Em seguida, o agravamento da situação financeira no Brasil, em antecipação das eleições presidenciais, e num contexto de elevada incerteza sobre os restantes países da América Latina, gerou um movimento de fuga dos mercados emergentes, sendo a dívida pública dos mercados desenvolvidos a aplicação preferida.

A descida das taxas de juro de longo prazo foi mais acentuada nos EUA, situando-se abaixo dos níveis de taxas na zona euro. As taxas de juro de longo prazo europeias terão sido afectadas negativamente pelo agravamento dos défices orçamentais, devido não só ao mais fraco crescimento económico, como também a políticas económicas menos adequadas. O facto de a Alemanha ter excedido o limite de 3% do PIB para o défice público e, desta forma, incorrer no procedimento dos défices excessivos pelo conselho europeu, é disso o principal exemplo. Dentro da zona euro, a evolução das taxas foi diferenciada, com uma redução dos diferenciais de taxas de juro entre os países centrais (sobretudo a Alemanha) e os países periféricos (incluindo Portugal).

Taxas de juro 10 anos e diferencial com Alemanha



Fonte. — BSN Portugal, Reuters.

Mercados accionistas

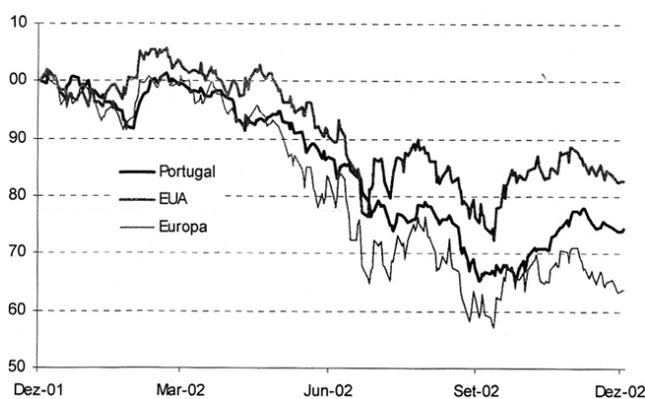
O optimismo que marcou o início de 2002, reflectindo-se numa rápida recuperação das cotações, foi manchado por vários escândalos financeiros, de que a falência da Enron, uma das principais empresas energéticas dos EUA, é o caso extremo.

Efectivamente, foram muitos os casos de má informação prestada pelas empresas cotadas, que levou mesmo à alteração das normas das entidades reguladoras. Os mercados accionistas registaram, após o 2.º trimestre de 2002, uma queda tão ou mais acentuada do que no decurso dos dois anos anteriores.

Como já mencionado a zona euro não ficou imune. O sector das telecomunicações foi particularmente afectado, na sequência da crise da Worldcom, uma empresa americana do sector, e que lançou receios quanto à situação das empresas europeias, que haviam aumentado muito o seu endividamento na preparação do lançamento do sistema de terceira geração de comunicações móveis, o UMTS.

Setembro foi o mês com o comportamento mais negativo, tendo as cotações caído primeiros dias de Outubro para os níveis mais baixos dos últimos cinco anos. Entre Março e Outubro de 2002, a generalidade dos mercados perdeu mais de 30%, que compara com cerca de 20% nos dois anos anteriores (cerca de 10% nos EUA). O final do 4.º trimestre ficou, contudo, marcado pela recuperação da confiança quanto a 2003, o que permitiu a subida generalizada dos mercados accionistas.

Mercados accionistas



Fonte. — Reuters, BVL.

Embora registasse uma *performance* menos negativa do que os principais mercados europeus, Portugal não escapou à tendência internacional, apesar da incerteza sobre a América Latina afectar também algumas das principais empresas cotadas. O facto de em 2001, a bolsa portuguesa ter caminhado de forma mais negativa, poderá ter contribuído para essa evolução.

A nível nacional destaca-se o início da consolidação do sector de comunicações móveis, com a venda da OniWay aos três actuais operadores. Igualmente importante, foi a integração da BVL na Euronext, a bolsa Europeia que agrega também as bolsas de Paris, Amsterdão, Bruxelas e a bolsa de futuros Liffé.

Áreas de negócio

Actividade comercial

Banca Comercial — Particulares e negócios:

Seguindo uma estratégia comercial proactiva, o Banco tem expandido a sua actividade com base no lançamento de diversos produtos inovadores.

Durante o ano de 2002, e em termos de actividade comercial, o Banco Santander Portugal continuou a crescer de forma sustentada, alcançando no final do ano um volume de negócio de 5463 milhões de euros, o que representa um crescimento de 14,7%, relativamente ao ano anterior.

Particulares & negócios + *private banking*

	(Em milhões de euros)		
	2001	2002	Variação (percentagem)
Total de crédito	2 242	2 800	24,9
Crédito em balanço	2 153	2 689	24,9
Crédito imobiliário	1 709	2 219	29,8
Total de recursos	2 522	2 664	5,6
Produtos estruturados	436	391	- 10,3
Fundos de investimento	617	731	18,6
Volume de negócio	4 764	5 463	14,7

A captação de recursos (em balanço e fora de balanço) representou 20,3% do incremento do negócio, com uma variação positiva de 142 milhões de euros. Esta evolução esteve associada a uma estratégia de captação de recursos assente basicamente em três vectores:

Continuação do lançamento de produtos estruturados, reforçando a imagem de inovação e a proposta de valor acrescentado para os clientes, que se traduziu numa colocação de cerca de 175 milhões de euros;

Lançamento de seguros de capitalização bastante competitivos que totalizaram 125 milhões de euros onde se destacaram os produtos Euro Rendimento Seguro, Rendimento Semestral, Santander Aforro Seguro, Santander Rendimento Crescente;

Lançamento de Fundos de Investimento, nomeadamente o Fundo Imobiliário Novimovest 2002 (2.ª e 3.ª *tranches*).

Por segmentos, os particulares continuaram a ter o maior peso representando 93% dos recursos captados.

De destacar, o comportamento evidenciado pelos Fundos de Investimento, que tiveram um crescimento de 18,6%.

A nível do crédito, o Santander procurou acompanhar o mercado mediante o lançamento de diversos produtos com distintos perfis de risco e maturidade, abrangendo os diferentes segmentos de negócio.

Em termos de crescimento creditício, o Banco registou um incremento de 24,9% consequência da evolução observada no crédito à habitação (+ 29,8%), componente que representa 79% do total do crédito. Realce-se que no ano em análise, foram contratados 681 milhões de euros de novos créditos.

Para este desempenho contribuiu o lançamento de vários produtos, dos quais se destacam as campanhas Super Oferta Lar e Factor 22, que registaram um êxito assinalável na captação do negócio de habitação. Lançada no início do 2.º trimestre de 2001, a campanha Super Oferta Lar oferecia ao cliente, no momento da contratação, um cheque para compra de artigos para o lar. A campanha Factor 22, foi lançada em Outubro de 2002, oferecendo 22 vantagens ao cliente, das quais se destacam, além de uma prestação competitiva, um seguro de garantia de pagamento de prestação em caso de doença ou desemprego. Com esta campanha foi lançado o Simpac Habitação, um novo conceito de venda de produto, que permitiu a simplificação e melhorou a qualidade de informação prestada ao cliente.

A rede de promotores externos Santander completou em 2002 o seu quarto ano de pleno desenvolvimento e consolidação. Registou um excelente comportamento, tanto ao nível do encaminhamento de negócios concretizados pelo Banco, como ao nível das adesões de novos promotores. Esta rede, transformou-se num dos instrumentos

importantes da rede comercial para a captação de negócio ajudando a prosseguir um dos objectivos estratégicos do Banco, na medida em que a sua estrutura de custos é essencialmente variável, em função do crescimento da carteira de negócios.

Em 2002 o BSP abriu dois balcões, Pombal e Ermesinde, perfazendo no final do ano um total de 123 balcões.

Banca transaccional:

Cash management — 2002 foi um ano de consolidação na área de *cash management* das empresas. Ampliou-se a oferta de produtos e serviços que permitem otimizar os pagamentos e cobranças das empresas, introduziram-se melhoramentos nos produtos existentes, assim como se iniciou um controlo rigoroso da evolução das comissões ao nível do cliente. Destaca-se o desenvolvimento e promoção do sistema de débitos directos e o lançamento de um novo produto na vertente de pagamentos: emissão automática de carta cheque para pagamento a fornecedores internacionais.

Terminal de pagamento automático (POS) e pagamento de serviços — em 2002 entrou em funcionamento uma nova aplicação informática de gestão dos POS que permite, por um lado, um maior controlo e análise da rentabilidade de cada cliente, e por outro, uma maior rapidez na instalação dos terminais bem como uma redução da carga administrativa dos balcões.

Procedeu-se a uma promoção de oferta activa dos Pos Móveis, que possibilitou a obtenção, no final do ano, de uma melhoria de quota; bem como ao lançamento de uma campanha de instalação de POS, no último trimestre do ano, baseada no estabelecimento de objectivos quantitativos para cada balcão.

Negócio internacional — a reestruturação organizativa operada, no decurso de 2002, na área de empresas permitiu efectuar um acompanhamento mais direccionado dos clientes, oferecendo produtos e serviços internacionais desenvolvidos de acordo com asf. necessidades das empresas.

A criação de uma direcção comercial vocacionada para o segmento de empresas ibéricas, proporcionou uma especial atenção, no apoio a empresas espanholas instaladas em Portugal e na criação de soluções para as empresas portuguesas que operam no mercado espanhol.

Pela necessidade de dotar a rede comercial de produtos inovadores e competitivos no sentido de completar a carteira do Banco, proporcionando uma oferta total e homogénea, foram lançados vários tipos de cartões.

Numa experiência piloto, a nível mundial, o Banco lançou o cartão Visa Super Satisfação, com a possibilidade de ser personalizado com imagens entregues pelos clientes, tornando o num cartão único no mundo.

Foram também disponibilizados, na rede de balcões, e pela primeira vez em Portugal, os cartões recarregáveis, permitindo a clientes e não clientes, um cartão passível de ser oferecido e reutilizado através de carregamentos por transferência interbancária ou depósitos em numerário.

Ao cliente é permitida a escolha de imagens alusivas à oferta que pretende fazer, ou optar pelo cartão mesada, transferindo periodicamente e de forma automática as verbas que deseja para os cartões dos seus filhos e ou familiares.

Proporcionando rapidez e comodidade foram criados os cartões afectos a pacotes, destacando-se o Super Oferta Lar e Conta de Depósitos à Ordem, entregando-se de imediato um cartão não titulado e um *pin*, podendo o cliente, 24 horas depois, estar a fazer. A utilização da sua conta por esta via. Este cartão é de utilização nacional e renova automaticamente por um internacional e titulado.

Repetindo as acções anteriores da época natalícia, o Banco lançou, pelo terceiro ano consecutivo, o cartão alusivo ao Natal, com imagem apropriada estendendo a acção aos cartões recarregáveis. Os cartões de crédito possuem uma limitação temporal associada à época e renovam automaticamente por cartões da mesma gama.

Os produtos lançados e as campanhas que tiveram lugar durante o ano, proporcionaram um crescimento de cerca de 100% no que respeita a cartões de crédito activos do Banco.

O ano de 2002 caracterizou-se ainda pelo desenvolvimento de uma plataforma informática de cartões, para a qual todos migraram, o que potência uma melhor e mais abrangente prestação de serviço ao cliente.

Banca Comercial — Canais complementares:

NetB@nco — 2002 foi, claramente, o ano de expansão da área do Canal Web, tendo-se verificado um importante incremento no nível de serviço e funcionalidades disponibilizadas.

O site foi melhorado em termos de navegação, de apresentação gráfica e de estrutura de informação, tendo sido criados e implemen-

tados *subsites* de conteúdos dedicados a organismos e empresas com acordos com o Banco, sendo estes de acesso restrito e controlado.

Iniciou-se o projecto que irá permitir usufruir da última tecnologia em termos de plataforma de *homebanking*.

Foram desenvolvidas diversas acções de promoção dos serviços de *homebanking* de onde se destaca a implementação de objectivos trimestrais à rede de balcões, bem como acções de *marketing* directo e de promoção à adesão ao serviço.

O processo de adesão ao serviço foi melhorado, permitindo a sua subscrição através de códigos pré-atribuídos.

Call Center — O ano em análise caracterizou-se por um forte crescimento do nível de utilizadores do serviço. De facto, o Banco registou um incremento, em número de subscritores, bastante considerável (40%).

Para este forte crescimento terá contribuído um maior envolvimento e articulação com a rede comercial, bem como uma maior facilidade proporcionada pelo novo processo de adesão.

Durante o ano foi dado apoio às campanhas publicitárias do Banco, tendo sido realizadas 31 campanhas, incrementando significativamente o número de contactos em relação a 2001. ^

SelfBanking — O Banco Santander Portugal atingiu no final de 2002 um parque global de 197 ATMs, o que representa uma taxa de crescimento, face a 2001, de 18%.

Melhorou-se significativamente o nível de serviço dos ATMs através de uma monitorização cuidada de todo o parque.

Banca comercial — empresas e institucionais:

Na área de empresas foi criado o Departamento de Protocolos e Crédito Protocolado que pretende, por um lado aumentar o *cross-selling* entre as empresas e os particulares, tentando vincular ao Banco os colaboradores das empresas clientes, e por outro centralizar todas as relações com os organismos oficiais.

Assente no desenvolvimento de um conjunto de produtos específicos para clientes empresa o Banco apostou, a partir do 2.º trimestre do ano, na colocação de produtos estruturados, com rendibilidades indexadas à taxa euribor, constituindo alternativas de investimento muito interessantes para clientes com disponibilidades financeiras.

Foram lançados novos produtos de crédito ao investimento para empresas, na sequência do acordo estabelecido com o BEI (Banco Europeu de Investimento) e no âmbito do novo programa SIME (Sistema de Incentivos para a Modernização Empresarial). Perto do final do ano, foi disponibilizado um produto de gestão de frotas muito competitivo, designado *auto/renting*, que alia uma componente de financiamento operacional a um conjunto completo de serviços associados, que se espera venha a ter uma forte adesão durante o ano de 2003, pela sua adequação às necessidades das empresas e às actuais condições do mercado automóvel.

Foi colocada em prática uma estratégia de *micro-marketing*, através do patrocínio e organização de diversos eventos e inserções publicitárias destinadas a atingir segmentos específicos de mercado, reforçando assim o *marketing* relacional que se pretende aprofundar nesta área.

Banca comercial — Grandes empresas:

O ano de 2002 consolidou a estratégia de crescimento delineada para o segmento de grandes empresas. O Banco obteve crescimentos importantes, tanto em crédito como em recursos, mantendo uma elevada qualidade de risco da carteira. Apostou-se fortemente no aumento do *cross-selling* entre as áreas de banca corporativa, a tesouraria e *cash management*.

Ao longo do exercício, concretizaram-se diversas operações importantes de financiamento (tanto empréstimos bilaterais como sindicados) e de coberturas de tesouraria.

Banca comercial — *private banking*:

A actividade de *private banking* registou um impulso, reflectido num aumento significativo do número de clientes e do volume de recursos deste segmento, não obstante o difícil enquadramento económico e a conjuntura desfavorável dos mercados financeiros, conforme já referido.

A consolidação da equipa e a estreita relação com a rede comercial permitiram um serviço mais personalizado e uma oferta de valor acrescentado, quer a actuais clientes do Banco, quer a novos clientes.

A proximidade com a área de *asset management* foi particularmente positiva para o *private banking*, permitindo estender a oferta para produtos inovadores e que visam colmar a volatilidade e riscos dos mercados accionistas.

Produtos estruturados, de capital garantido, cabazes de obrigações, fundos imobiliários, fundos alternativos e seguros de capitalização foram algumas das modalidades oferecidas aos clientes com vista a potenciar alternativas ao mercado accionista e às aplicações tradicionais em depósitos a prazo.

Esta área de negócio, privilegiando um serviço de qualidade, distintivo e diferenciador, continuará em 2003 a ser um veículo importante para a satisfação e fidelização dos clientes de elevado rendimento.

Desempenho económico-financeiro do banco Santander Portugal

Actividade consolidada

Após a constituição e organização do Grupo Totta em 2001, verificou-se em 2002 uma racionalização das estruturas existentes ao nível das diferentes empresas do Grupo sendo de destacar, no caso do Banco Santander, a incorporação por fusão da Santander Rent na SCH Rent, o mesmo acontecendo à Santander Leasing que foi incorporada na SCH Leasing. Com estas fusões o Banco Santander ficou com uma participação na SCH Leasing e SCH Rent de 17,61% e 45,64%, respectivamente, contra os 100% detidos nas empresas/incorporadas.

A conjuntura económica registada ao longo de 2002, particularmente no segundo semestre de ano, condicionou o comportamento dos volumes de negócio, com performances distintas para o crédito e os recursos de clientes. Assim, relativamente à actividade consolidada destaca-se:

Crescimento sustentado do volume de negócio de 7,8%. O crédito líquido a clientes em balanço cresce 14,3%, enquanto que os recursos em balanço registam um decréscimo de 8,9%. Este decréscimo deveu-se essencialmente à canalização de recursos para seguros de capitalização e fundos de investimento (recursos fora de balanço), cujo crescimento ascendeu a 71% e 20% respectivamente:

	(Em milhões de euros)	
	Variações 2002-2001	Perce- tagem
Operações com clientes:		
Crédito líquido sobre clientes	+ 524	+ 14,3
Débitos para com clientes+ débitos represen- tados por títulos	- 258	- 8,9
Recursos fora de balanço	+ 268	+ 32,3
Recursos totais	+ 10	+ 0,3
Operações activas com títulos:		
Carteira de títulos/participações	- 19	- 8,4
Operações com instituições de crédito:		
Créditos sobre instituições de crédito	- 347	- 39,2
Débitos para com instituições de crédito	+ 283	+ 17,8
Capitais próprios	+ 33	+ 13,3

Aumento do recurso ao mercado interbancário por um crescimento do crédito não acompanhado pelo crescimento dos recursos em balanço;

Crescimento muito positivo do produto bancário, o qual termina 2002 com um crescimento de 8,6% face ao ano anterior, motivado por um crescimento importante quer da margem financeira (incluindo rendimento de títulos), quer da margem de serviços;

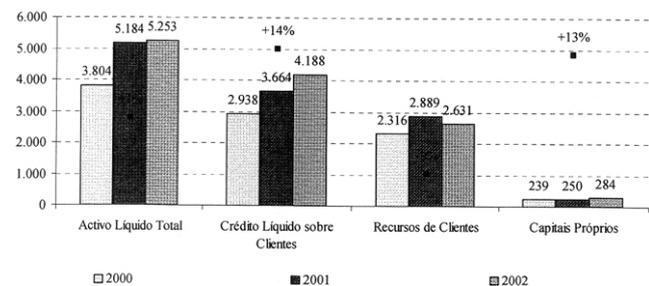
	Variações 2002-2001
Margem financeira (inclui rendimento de títulos)	+ 5,2
Margem de serviços	+ 22,6
Margem de <i>trading</i>	- 14,3
Produto bancário	+ 8,6
Custos de transformação	-
Margem operacional	+ 22,9
Resultados antes de interesses minorit. e impostos	+ 27,6
Resultado líquido	+ 28,0

Custos de transformação em linha com o verificado em 2001, apesar do aumento de dois postos de atendimento;

Adequados níveis de provisionamento tendo em consideração a conjuntura vigente e o esforço de organização e desenvolvimento assumidos nos últimos anos.

O crédito vencido total representa 0,7% da carteira de crédito, estando coberto por provisões a 223,1%, enquanto que a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias ascende a 277,1% (o que representa um aumento das coberturas face a 2001 de 37 p. p e de 15 p. p. respectivamente).

Evolução das principais rubricas do balanço (2000-2002)



Balanço:

O activo líquido consolidado atingiu em Dezembro de 2002 5,3 mil milhões de euros, crescendo cerca de 1,5% face ao ano anterior.

O crédito em balanço tem um crescimento superior aos recursos de clientes em balanço o que conduziu a uma necessidade de recurso ao mercado monetário, o que originou um aumento do grau de transformação de depósitos em crédito (159,2%) de 32 p. p. face ao ano anterior.

	(Em milhões de euros)			
	2002	2001	Varição em euros	Varição (percen- tagem)
Disponib. e depósitos em bancos centrais e créditos sobre instituições de crédito	598	1 015	- 417	- 41,1
Crédito líquido	4 188	3 664	+ 524	+ 14,3
Títulos	199	226	- 27	- 12,1
Participações	11	2	+ 8	> 200,0
Imobilizado	59	61	- 2	- 3,4
Outros activos	199	215	- 17	- 7,8
Total de activos	5 253	5 184	+ 69	+ 1,3
Bancos centrais e instituições de crédito	1 873	1 590	+ 283	+ 17,8
Recursos de clientes	2 631	2 889	- 258	- 8,9
Provisões diversas e outros passivos	204	193	+ 11	+ 5,6
Passivos subordinados	262	262	-	-
Capitais próprios	284	250	+ 33	+ 13,3
Transf. dep. em crédito (percentagem)	159,2	126,8	(a) + 32,4	-

(a) Pontos percentuais.

O crescimento modesto do activo líquido (1,5% em relação a 2001), é motivado essencialmente pela redução das aplicações no mercado monetário e da carteira de títulos, cujos decréscimos quase compensaram a forte subida registada no crédito concedido.

O crédito líquido a clientes atingiu 4,2 mil milhões de euros no final de 2002, evidenciando um crescimento de 14% face ao ano anterior (+ 524 milhões de euros). O crédito à habitação é o principal responsável por este crescimento. Ao crescer acima do activo líquido este agregado ganhou peso no total do activo líquido, passando a representar 80%, contra 71% em Dezembro de 2001.

O total de recursos de clientes em balanço (débito para com clientes e títulos emitidos, observou um decréscimo de 8,9% em relação ao ano anterior, motivado pela canalização dos novos recursos captados para seguros de capitalização e fundos de investimento (recursos fora de balanço), que cresceram 71% e 20%, respectivamente, perdendo igualmente peso no total dos activos líquidos, o qual decresceu 5,6 p. p.

	(Em percentagem)		
	2002 — Peso	2001 — Peso	Variação — Peso (pontos percent.)
Disponib. e depós. em bancos centrais e créditos sobre instit. de crédito	11,4	19,6	— 8,2
Crédito a clientes	79,7	70,7	+ 9,0
Títulos/participações	4,0	4,4	— 0,4
Imobilizado e outros activos	4,9	5,3	— 0,4
<i>Total</i>	100,0	100,0	—
Bancos centrais e instit. de crédito	35,7	30,7	+ 5,0
Recursos de clientes	50,1	55,7	— 5,6
Provisões diversas e outros passivos	3,9	3,7	+ 0,2
Passivos subordinados	5,0	5,1	— 0,1
Capitais próprios	5,4	4,8	+ 0,6

Complementarmente a constituição de provisões continuou a situar-se a níveis adequados, mantendo a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões, em níveis bastante prudentes.

O *ratio* do crédito vencido no total do crédito registou valor semelhante a 2001.

	(Em percentagem)		
	2002 — Real	2001 — Real	Variação — peso (pontos percent.)
Créd. vencido + 90 dias/crédito total	0,5	0,6	— 0,02
Cobert. de crédito vencido a + 90 dias	277,1	262,0	+ 15,13

Demonstração de resultados:

O ano de 2002 foi marcado por uma conjuntura económica desfavorável que se foi acentuando no final do ano em virtude da degradação das condições socio-económicas e que se repercutiu na contracção do mercado empresarial, na redução da capacidade de endividamento das famílias e no aumento das incertezas para o futuro com impacto directo no investimento, subsistindo, à semelhança dos anos anteriores, uma forte concorrência no sector.

Ainda assim, os resultados líquidos do Santander Portugal apresentaram uma evolução bastante favorável em relação ao ano anterior, evidenciando um crescimento de 28%.

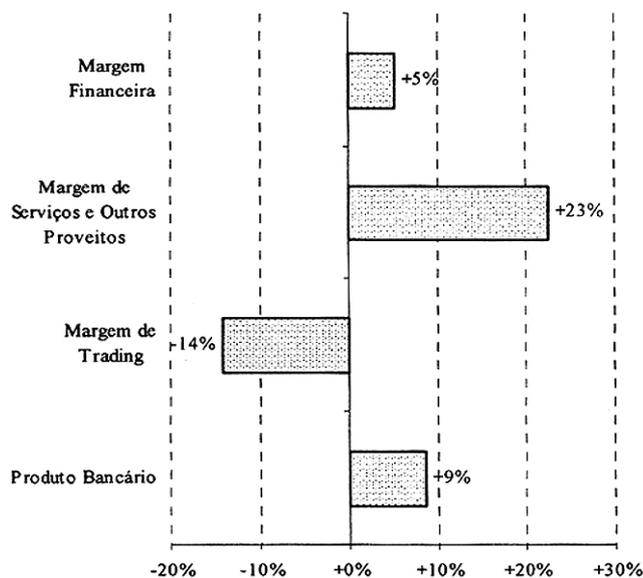
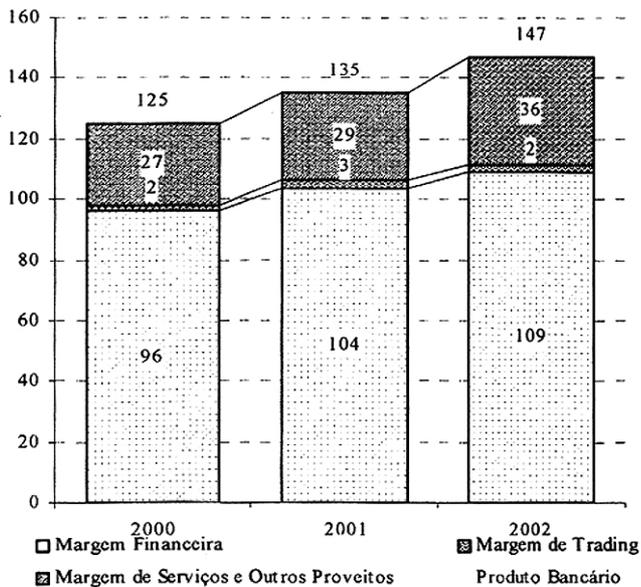
O produto bancário ascendeu em 2002 a 146,8 milhões de euros, apresentando um crescimento de 8,6% face a 2001. Num ano marcado por uma forte concorrência, a margem financeira sem rendimento de títulos apresentou um decréscimo de 2,7%, atingindo os 100,2 milhões de euros, reflectindo o crescimento dos volumes de negócio face a 2001.

O rendimento de títulos apresenta um aumento significativo, resultado dos dividendos recebidos dos investimentos realizados durante o ano em títulos do exterior.

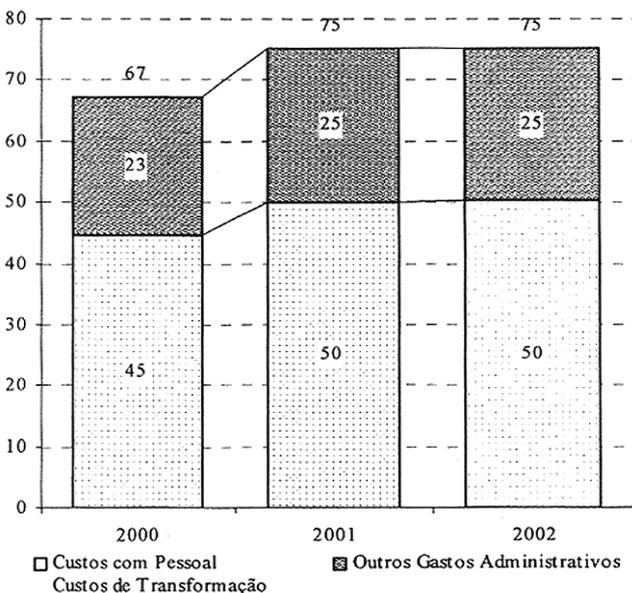
A margem de serviços e outros proveitos terminou 2002 com 35,7 milhões de euros, um crescimento de 22,6%, justificado, essencialmente pelo crescimento registado em comissões.

Evolução da demonstração de resultados

	(Em milhares de euros)		
	2002	2001	Variação (percentagem)
Margem financeira	100 199	103 032	— 2,7
Rendimento de títulos	8 730	488	> 200,0
Margem financeira (inclui rendimento de títulos)	108 929	103 520	+ 5,2
Comissões recebidas e outros proveitos	46 563	38 735	+ 20,2
Comissões pagas + outros impostos	(10 848)	(9 601)	+ 13,0
Margem de serviços e outros proveitos	35 715	29 134	+ 22,6
Margem de <i>trading</i>	2 187	2 552	— 14,3
Produto bancário	146 831	135 206	+ 8,6
Custos de transformação	(75 163)	(75 160)	—
Custos com pessoal	(50 285)	(50 033)	+ 0,5
Outros gastos administrativos	(24 878)	(25 127)	— 1,0
Amortizações	(7 511)	(7 824)	— 4,0
Margem operacional	64 157	52 222	+ 22,9
Provisões e outros resultados	(23 021)	(19 982)	+ 15,2
Resultados antes de interesses minoritários e impostos	41 136	32 240	+ 27,6
Impostos	(6 791)	(5 409)	+ 25,6
Resultado líquido	34 345	26 831	+ 28,0



Os custos de transformação estão ao nível de 2001, com os custos com pessoal a crescerem 0,5% e os gastos gerais a registarem uma evolução favorável de -1%.

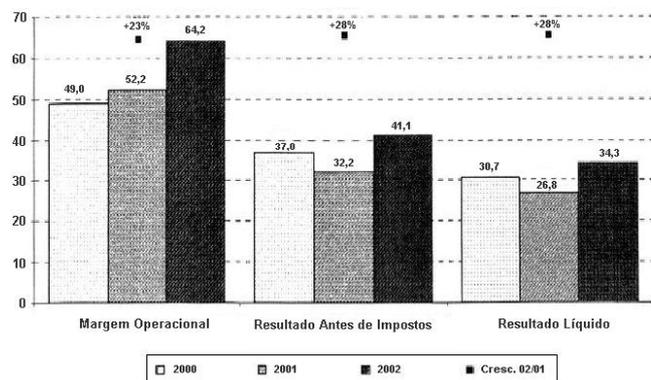


Embora apresentando um aumento de 0,5%, a evolução dos custos com o pessoal traduz uma contenção de custos, uma vez que o seu crescimento ficou claramente abaixo da taxa de inflação que foi registada.

A alteração do critério de contabilização dos Fundos de Pensões, de harmonia com o novo regulamento do Banco de Portugal, também teve um efeito atenuador destes encargos.

Os gastos gerais administrativos, por seu lado, decresceram ligeiramente, apesar da abertura de duas novas agências, sendo resultante de uma política posta em prática, há alguns anos, de racionalização de custos e aproveitamento de sinergias entre os demais Bancos do Grupo Totta (Totta e Crédito Predial) e fruto da adopção de novos processos e recursos tecnológicos.

As provisões e resultados não operacionais cresceram 15,2%, ou seja +3 milhões de euros do que no ano anterior, alavancando o crescimento da margem operacional em 4 p. p.



Os resultados líquidos do Santander Portugal atingiram 34,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 28% face ao ano anterior.

Rendibilidade e eficiência:

A rendibilidade dos capitais próprios apresenta um crescimento de 2,5 p. p., com o ROE a atingir os 13,7%.

O *ratio* de eficiência evidencia uma melhoria de 4,4 p. p. relativamente ao ano anterior, por um crescimento do produto bancário conjugado com a manutenção dos custos de transformação, cifrando-se em 51,2%.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação
ROE (percentagem)	13,7	11,2	(a) + 2,5
ROA (percentagem)	0,7	0,5	(a) + 0,1
Ratio de eficiência (percentagem)	51,2	55,6	(a) - 4,4
Empregados por agência	10,9	11,2	- 0,3
Créditos por agência	35 635	31 483	+ 13
Captação por agência	30 322	30 741	- 1
Resultado líq. por empregado	25,7	19,8	+ 30
Resultado líq. por agência	279,2	221,7	+ 26

(a) Pontos percentuais.

Em termos de produtividade verifica-se uma melhoria substancial dos *ratios* de crédito por empregado e crédito por balcão, como consequência do aumento do volume de crédito concedido, mantendo-se praticamente inalterados os *ratios* recursos por empregado e recursos por balcão.

O resultado líquido gerado por empregado e balcão cresce igualmente em relação ao ano anterior, apesar do aumento do quadro de pessoal e do número de balcões.

Actividade individual:

Balanço:

O activo líquido do Banco Santander Portugal atingiu, em Dezembro de 2002, 5,3 mil milhões de euros, crescendo cerca de 1,5% face ao ano anterior.

(Em milhões de euros)

	2002	2001	Variação (euros)	Variação (porcen- tagem)
Disponibilidades e depósitos em bancos centrais e créditos sobre instituições de crédito	598	1 140	- 542	- 47,5
Crédito líquido	4 188	3 524	+ 664	+ 18,8
Títulos	142	169	- 27	- 16,2
Participações	9	11	+ 2	> 11,2
Imobilizado	59	61	- 2	- 3,3
Outros activos	254	270	- 16	- 6,1
<i>Total de activos</i>	<u>5 250</u>	<u>5 175</u>	<u>+ 75</u>	<u>+ 1,5</u>
Bancos centrais e instituições de crédito	1 873	1 591	+ 282	+ 17,7
Recursos de clientes	2 631	2 889	- 258	- 8,9
Provisões diversas e outros passivos	203	185	+ 18	+ 9,8
Subordinados	262	262	-	-
Capital	281	248	+ 33	+ 13,4
Transf. dep. em crédito (percentagem)	159,2	122,0	(a) + 37,2	-

(a) Pontos percentuais.

O crescimento modesto do activo líquido do Santander Portugal (1,5% em relação ao ano anterior), é motivado essencialmente pela redução das aplicações no mercado monetário e da carteira de títulos do Banco, cujos decréscimos quase compensaram a forte subida registada no crédito concedido.

O crédito líquido a clientes atingiu 4,2 mil milhões de euros no final de 2002, evidenciando um crescimento de 19% face ao ano anterior (+664 milhões de euros), sendo o crédito à habitação o principal responsável por este crescimento.

Ao crescer acima do activo líquido este agregado ganhou peso no total do activo líquido, passando a representar 80%, contra 68% em Dezembro de 2001.

O total de recursos de clientes em balanço (débito para com clientes e títulos emitidos), sofreu um decréscimo de 8,9% em relação ao ano anterior, motivado pela canalização de recursos captados para seguros de capitalização e fundos de investimento (recursos fora de balanço), os quais cresceram 71% e 20% respectivamente.

Conforme já referido, continuou a ter-se em atenção a adequada constituição de provisões, mantendo a níveis bastante prudentes a cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões, que foi incrementada durante o ano de 2002 em 18,9 pontos percentuais, e o peso do crédito vencido no total do crédito.

(Em percentagem)

	2002	2001	Variação
	—	—	—
	Real	Real	peso (pontos percent.)
Créd. vencido + 90 dias/crédito total	0,5	0,6	- 0,03
Cobert. de crédito vencido a + 90 dias	277,1	258,3	+ 18,85

Ratio de solvabilidade:

A forte solidez financeira do Banco é confirmada pelo *ratio* de solvabilidade de 11,9%, valor claramente acima dos 8%, mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Ratio de solvabilidade individual

(Em milhões de euros)

	2002	2001
Fundos próprios base	267,7	214,8
Fundos próprios complement. e deduções	136,7	130,1
Total dos fundos próprios	<u>404,4</u>	<u>344,9</u>
Activo ponderado	3 265,4	2 978,0
Elementos extrapatrimoniais	145,3	47,4
<i>Ratio</i> de solvabilidade (em percentagem)	11,9	11,4

Resultado da não distribuição de dividendos, o aumento dos fundos próprios por incorporação dos resultados líquidos, permite mais que compensar o aumento dos activos ponderados pelo risco, produzindo uma melhoria de 0,5 p. p. no *ratio* de solvabilidade.

Demonstração de resultados:

Os resultados líquidos do Santander Portugal apresentaram uma evolução bastante favorável em relação ao ano anterior, evidenciando um crescimento de 28,3%.

Evolução da demonstração de resultados

(Em milhões de euros)

	2002	2001	Variação (porcen- tagem)
Margem financeira	97,30	99,00	- 1,70
Rendimento de títulos	11,40	1,70	> 200,00
Margem financeira (inclui rendimento de títulos)	108,70	100,70	+ 7,80
Comissões recebidas e outros proveitos	46,60	38,30	+ 22,00
Comissões pagas + outros impostos	(10,90)	(9,00)	+ 21,00
Margem de serviços e outros proveitos	35,70	29,30	+ 22,30
Margem de <i>trading</i>	2,20	2,50	- 14,20
Produto bancário	146,60	132,50	+ 10,60

(Em milhões de euros)

	2002	2001	Variação (percentagem)
Custos de transformação	(75,20)	(74,10)	+ 1,40
Custos com pessoal	(50,30)	(49,50)	+ 1,70
Outros gastos administrativos	(24,90)	(24,60)	+ 0,80
Amortizações	(7,50)	(7,80)	— 3,40
Margem operacional	63,90	50,60	+ 26,30
Provisões e outros resultados	(24,30)	(19,80)	+ 22,70
Resultados antes de interesses minoritários e impostos	39,60	30,80	+ 28,70
Impostos	(6,50)	(5,00)	+ 30,30
Resultado líquido	33,10	25,80	+ 28,30
Resultados por acção (euros)	1,06	0,83	+ 28,30

O produto bancário do Santander Portugal ascendeu em 2002 a 146,5 milhões de euros, apresentando um crescimento de 10,6% face a 2001. Num ano marcado por uma forte concorrência, a margem financeira sem rendimento de títulos apresentou um decréscimo de 1,7%, atingindo 97,3 milhões de euros, reflectindo o crescimento dos volumes comerciais face a 2001. O rendimento de títulos apresenta um aumento significativo, resultado dos dividendos recebidos dos investimentos realizados durante o ano em títulos do exterior. A margem de serviços e outros proveitos terminaram 2002 com 35,7 milhões de euros, um crescimento de 22,3%, justificado, essencialmente pelo crescimento registado em comissões.

A margem de *trading* sofreu um ligeiro decréscimo de 0,3 milhões de euros devido a perdas registadas com a carteira de negociação, fruto da instabilidade bolsista vivida, e a menores resultados cambiais face ao ano anterior.

Os custos de transformação aumentaram 1,4%, com os custos com pessoal a crescerem 1,7% e os gastos gerais administrativos a manterem-se praticamente aos níveis de 2001.

O aumento dos custos com pessoal em 1,7%, traduz uma contenção de custos uma vez que este crescimento ficou claramente abaixo da taxa de inflação registada. Paralelamente a alteração do critério de contabilização dos fundos de pensões, de harmonia com o regulamento

do Banco de Portugal, também teve um efeito atenuador destes encargos.

Os gastos gerais administrativos, por seu lado, mantiveram-se ao nível de 2001, apesar da abertura de duas novas agências, sendo resultante de uma política posta em prática, há alguns anos, de racionalização de custos e aproveitamento de sinergias entre os demais Bancos do Grupo Totta (Totta e Crédito Predial) e fruto da adopção de novos processos e recursos tecnológicos.

As provisões e resultados não operacionais cresceram 22,7%, ou seja + 4,5 milhões de euros do que no ano anterior, contribuindo com — 24,3 milhões de euros para os resultados totais.

Os resultados líquidos do Santander Portugal atingiram 33,1 milhões de euros, o que representa um crescimento bastante assinalável de 28,3% face ao ano anterior.

Rendibilidade e eficiência:

A rendibilidade dos capitais próprios apresenta um crescimento de 2,5 p. p., com o ROE a atingir os 13,4%.

O *ratio* de eficiência melhora 4,7 p. p. relativamente ao ano anterior por um crescimento dos custos de transformação inferior ao do produto bancário, cifrando-se em 51,3%.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percentagem)
ROE (em percentagem)	13,4	10,9	(a) + 2,5
ROA (em percentagem)	0,6	0,5	(a) + 0,1
<i>Ratio</i> de eficiência (percentagem)	51,3	56,0	(a) — 4,7
Empregados por agência	10,9	11,0	— 0,2
Créditos por agência	35 680	30 316	+ 18
Captação por agência	30 322	30 741	— 1
Resultado líquido por empregado	24,7	19,3	+ 28
Resultado líquido por agência	269,2	213,2	+ 26

(a) Pontos percentuais.

A produtividade do crédito por empregado e por balcão melhora substancialmente, como consequência do aumento do volume de crédito concedido enquanto que a produtividade dos recursos se mantém praticamente inalterada. O resultado líquido gerado por empregado e balcão cresce igualmente em relação ao ano anterior, apesar do aumento do quadro de pessoal e do número de balcões.

Gestão de risco

Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito no Banco refere-se à identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e à sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

O processo de gestão dos riscos de crédito adapta-se ao segmento do cliente ao longo das sucessivas fases do ciclo do crédito: admissão, gestão e seguimento e recuperação.

O modelo baseia-se na aplicação do princípio de tratamento único a cada cliente.

Este princípio de igual tratamento a cada cliente é todavia diferenciado em função das características do cliente e do produto. Basicamente, o modelo de risco da banca de retalho faz uma distinção entre: tratamento dos riscos personalizado e de gestão global (médias e grandes empresas); e tratamento dos riscos standardizados (pequenas empresas, negócios e particulares).

Os riscos standardizados são geridos, ao longo do ciclo de admissão, seguimento e recuperação, com o forte apoio de sistemas de tomada de decisão e ferramentas informatizadas com emissão atempada de sinais de alerta.

A gestão e o seguimento do crédito a empresas é suportado por um sistema de vigilância especial, que determina a política a ser seguida com os clientes ou grupos. Este sistema, baseado na detecção de sinais de alerta, na revisão de *ratings* ou nos relatórios de auditoria interna, identifica diferentes graus de vigilância especial. Estes, por seu turno, estabelecem as medidas a adoptar para cada cliente, e reduzem os poderes delegados nos casos de maior preocupação.

Durante o último exercício, continuou a implantação de processos computarizados de selecção e admissão de riscos standardizados em clientes particulares e em produtos tipificados. Esta actuação foi conseguida através da introdução e do desenvolvimento de diversos sistemas de *scoring* aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito.

Risco contraparte e risco país

Existem duas áreas principais no controlo de risco: risco contraparte e risco país.

Risco contraparte é aquele incorrido com instituições de crédito, outras sociedades financeiras e seguradoras, quer nas actividades de Tesouraria quer na gestão de correspondentes. Este risco é controlado por duas áreas especializadas (operações de Tesouraria e *trade finance*), sendo o controlo levado a cabo, em tempo real, através de um sistema integrado que providencia a informação necessária de disponibilidade de limites e exposição agregada, para diferentes produtos e maturidades, consolidando os dados de todo o Grupo.

Os níveis desejados de risco (conforme o tipo de operações a realizar) são desde logo tidos em conta na aprovação de linhas de crédito, havendo a possibilidade de autorizações de excessos ou de operações pontuais caso seja considerado pelos responsáveis máximos de risco de crédito que o respectivo acréscimo de risco se enquadra em níveis aceitáveis e respeita igualmente os limites prudenciais estabelecidos.

O sistema interno de controlo de risco utiliza factores de risco individualizados por prazos, tipos de instrumentos, activos subjacentes e moedas.

O risco-país está relacionado com a possibilidade de um devedor enfrentar obstáculos no cumprimento das suas responsabilidades, sejam pela dificuldade em obter divisas estrangeiras por contrapartida da sua divisa nacional, pela incapacidade de transferir fundos para fora do seu país, ou devido à ineficácia de medidas legais para a recuperação de crédito conforme os enquadramentos jurídicos de cada país.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas dos níveis das taxas de juro, taxas de câmbio, níveis de preços do mercado accionista, metais ou outras *commodities*.

O Banco está exposto ao risco de mercado fundamentalmente como resultado directo do desenvolvimento das seguintes actividades:

Negociação de instrumentos financeiros, o que envolve a sujeição aos riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e preços de acções;

Envolvimento na actividade de banca de retalho, o que implica a sujeição a risco de taxa de juro, uma vez que uma alteração nos níveis de taxa de juro afecta a margem financeira e o comportamento dos nossos clientes.

Princípios orientadores na gestão e controlo do risco de mercado:

A gestão e controlo do risco de mercado no Banco assenta nos seguintes princípios fundamentais:

Do ponto de vista organizacional a separação clara entre a gestão e o controlo e reporte dos riscos de mercado, constitui uma política fundamental do Banco. Consequentemente, a gestão dos riscos de mercado é entregue aos tomadores de risco que se podem encontrar em distintas áreas de negócio, sendo a análise, a medição, o controlo e o reporte dos mesmos entregues ao departamento de controlo de riscos de mercado — entidade independente e que reporta à administração;

Segregação da gestão dos riscos de mercado em duas grandes áreas: uma relativa às operações nos mercados financeiros (actividades de *trading*/negociação) e outras relativa as actividades de gestão de balanço/ALM.

Em consonância com os princípios orientadores da Gestão e Controlo do Risco de Mercado, existe uma estrutura dual composta pelo Comité de Riscos e Comité ALCO, que potência o envolvimento activo da gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo

dos níveis e tipos de risco de mercado implícitos na actividade/posições do Banco.

Risco de balanço

O Banco dá particular importância à gestão e controlo dos riscos globais e integrados do balanço.

A função ALM está cometida a um órgão de 1.º nível da estrutura organizacional, sendo as decisões tomadas pelo comité de activos e passivos, presidido pelo presidente da comissão executiva, que integra os administradores das áreas financeira, tesouraria, comercial, *marketing* e internacional. O comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

A missão do ALM é, para além da mensuração e controlo dos riscos, a optimização da rentabilidade do balanço, em cumprimento à estratégia superiormente delineada e dos limites aprovados.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e sensibilidade do valor patrimonial (MVE).

Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido pelo modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. Em linhas gerais, o modelo consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode-estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro.

Para cada intervalo, calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo. O modelo integra as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculado o *gap* de risco de taxa de juro para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade.

Faça às perspectivas de descida da taxa de juro para o ano de 2002, foi reduzida substancialmente a sensibilidade da margem financeira, encontrando-se, em termos gerais a Dezembro de 2002 o balanço imunizado ao risco de taxa de juro (variações paralelas não esperadas da *yield curve*).

Risco de taxa de câmbio:

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Banco como estratégia a cobertura total.

Risco de liquidez:

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida em ALCO. A política de financiamento do Banco toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

As decisões sobre política de liquidez são tomadas em ALCO e executadas pela Tesouraria, em coordenação com o ALM.

Risco operacional:

O Banco desenvolveu um modelo de gestão e controlo de risco operacional, mediante:

A definição de normas e procedimentos de suporte à gestão e controlo do risco e das competências de todos os intervenientes;

O seguimento das fontes geradoras de risco;

A análise e reporte da informação agregada sobre incidências de risco;

A proposta de implementação de medidas preventivas e de acções correctoras assim como de controlos que permitam reduzir o nível de risco do Banco.

Com base no modelo implementado, que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidades pelas diversas unidades orgânicas, estas assumem a gestão do risco de forma directa e na totalidade das fases do ciclo operacional.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2002, foi de 33 107 194 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2002 e atribuível ao BSP, foi de 34 345 174 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco.

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 20.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — Para reserva legal — 3 310 719 euros;

2 — O remanescente para resultados transitados, deduzido do montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003. — O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Informação complementar:

Prevenção de branqueamento de capitais:

O Banco Santander Portugal identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Banco Santander Portugal o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, pelas autoridades nacionais e internacionais.

O Banco Santander Portugal entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que as suas unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o Banco está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica assinada a esta matéria, utiliza procedimentos automatizados de informação e análise de operações de risco e procedimentos de comunicação de operações eventualmente suspeitas.

2002 foi um ano particularmente intenso na realização de acções de formação em prevenção de branqueamento de capitais, uma delas corporativa, cujo módulo abrangeu praticamente a totalidade do quadro de pessoal e pela realização de acções de refrescamento para os responsáveis de prevenção dos balcões.

Também foram criados procedimentos de KYC e de revisão de operações na banca de correspondentes e foi levado a efeito um programa de revisão e enriquecimento dos expedientes individuais dos clientes de banca privada, com vista a comprovar o cumprimento dos exigentes padrões em matéria de conhecimento do cliente.

O Banco mantém um esforço permanente de actualização e utilização das melhores práticas conhecidas no mercado e, nesse sentido, está a aperfeiçoar a automatização dos procedimentos de análise e controlo de operações de risco em branqueamento de capitais e a detecção automatizada de entidades referenciadas pela União Europeia, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do conselho de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades.

Estrutura orgânica por pelouro:

António Horta Osório:

Dir. Auditoria Interna:

Dep. Riscos Operativos.
Dep. Riscos de Crédito.
Dep. Riscos Financeiros.

Gabinete presidente comissão executiva.

Nuno Manuel Amado:

Dir. Coordenação Particulares e Negócios — Norte:

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1.
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2.
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3.
Dep. Apoio ao Negócio Norte.

Dir. Coord. Particulares e Negócios — Sul:

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4.
Dep. Apoio ao Negócio Sul.

Dir. Coord. Dinamização e Seguimento de Negócios.
Gab. Controlo de Morosidade.

Dir. Coordenador Recursos Humanos:

Gabinete Informação e Compensação.
Gab. Apoio Desenvolvimento Tecnológico.
Dep. Gestão de Recursos Humanos.
Dep. Formação Desenvolvimento Profissional.
Dep. Administração Recursos Humanos.
Dep. Gestão Recursos Humanos — BSNP e Participadas.

José Benigno Perez Rico:

Dir. Com. Empresas — Porto 1.
Dir. Com. Empresas — Porto 2.
Dir. Com. Empresas — Aveiro.
Dir. Com. Empresas — Barcelos.
Dir. Com. Empresas — Coimbra.
Dir. Com. Empresas — Guimarães.
Dir. Com. Empresas — Viseu.
Dir. Com. Empresas — Braga.

Dir. Coord. Empresas — Sul:

Dir. Com. Empresas — Lisboa 1.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 2.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 3.
Dir. Com. Empresas — Leiria.
Dir. Com. Empresas — Torres Vedras.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 4.
Dir. Com. Empresas — Algarve.
Dir. Com. Empresas — Madeira.

Dir. Coord. Empresas Ibéricas.
Dir. Coord. de Fomento à Construção:

Dir. Com. de Fomento à Construção Norte.
Dir. Com. de Fomento à Construção Sul.

Dir. Banca Transaccional (a).
Dir. Clientes Institucionais, Marketing de Empresas e Protocolos:

Gab. Marketing Empresas.
Dep. Protocolos e Crédito Protocolado.
Dep. Institucionais.

Miguel Pereira de Bragança:

Dir. Coord. Orçamento e Controlo:

Dep. Planeamento Estratégico.
Dep. Orçamento e Controlo de Gestão.

Dir. Coord. Contabilidade:

Dep. Contabilidade e Prestação de Contas.
Dep. Informação e Desenvolvimento.
Dep. Consolidação.

Dir. Coord. Financeira:

Gab. Relações c/ Institucionais e Investidores.
Dep. Finanças Corporativas.
Dep. Fiscalidade.
Dep. Participações Financeiras.
Dep. Gestão Activos e Passivos.

Dir. Análise de Competitividade Estratégica e Qualidade.
Dep. Cartões (a).
A. L.C.O. (Assets and Liabilities Comitee).

José Carlos Sítima:

Dir. Coord. da Assessoria Jurídica do Negócio:

Adjunto da Dir. Coord. (DCAJN).
Dep. da Assessoria do Negócio.

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento.
Gab. Inspecção.
Unid. Prevenção Branqueamento Capitais.

Lúis Bento dos Santos:

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna.
Gab. Informação e Seguimento.
Gab. Relações Públicas e Eventos.
Núcleo Apoio ao Conselho de Administração.

António Vieira Monteiro:

Gab. Universidades.
Dir. Coord. Recuperações:

Gab. Controlo de Gestão.
Dep. Telecomunicações.
Dep. Gestão de Recuperações.
Dep. Casos Especiais.

Dir. Coord. Riscos de Crédito.
Conselho Superior de Crédito.

Carlos Amaral de Pinho:

Dir. Coord. Canais Complementares:

Dep. Canal Telefónico.
Dep. Self-Banking.
Dep. NetB@nco.

Dir. Coord. Organização, Optimização de Custos e Logística:

Adjunto da Dir. Coord. (DCCOCL).
Dep. Desenvolvimento de Processos.
Dep. Organização das Redes e Projectos Especiais.
Dep. Compras, Comunicações e Transportes.
Dep. Logística.
Dep. Optimização e Controlo de Custos.

Dir. Coord. Tecnologias e Sistemas:

Gab. Planeamento e Controlo.
Gab. Projectos Especiais.
Dep. Canais e Arquitectura NET.
Dep. Informação Gestão e Sistemas Distribuídos.
Dep. Desenvolvimento de Negócio.
Dep. Infoestrutura Tecnológica.

Dir. Coord. Imóveis e Segurança:

Gab. Segurança.
Dep. Obras.
Dep. Estudos, Projectos e Património.

Dep. Serviços Técnicos.
Dir. Coord. Operações:

Gab. Assessoria Técnica.
Dep. Estrangeiro e Pagamentos.
Dep. Operacional de Crédito.
Dep. Títulos.

Dep. Operacional da Sala de Mercados.
Dep. Crédito Hipotecário.

António Palma Ramalho:

Dir. Coord. Private Banking:

Dir. Com. Private Banking Norte.
Dir. Com. Private Banking Sul.

Dir. Coord. Promotores Externos:

Gab. Técnico.
Dir. Promotores Norte (BSP).
Dir. Promotores Sul (BSP).

Dir. Internacional:

Dep. Instituições Internacionais.
Dep. Gestão e Controlo da Rede.
Dep. Com. de Emigração.

Lúis Alexandre:

Dir. Coord. Marketing Central:

Planeamento e Adj. Direcção.
Gab. Produtos Particulares.
Gab. Produtos Pequenos Negócios.
Gab. Comunicações.
Gab. Assessores.

Dir. Coord. Produtos e Serviços:

Gab. Produtos Activo.
Gab. Produtos Passivo.
Gab. Serviços e Preçário.
Gab. Assessores Comerciais.

Dir. Qualidade, Estudos e Informações a Clientes:

Gab. Controlo Orçamental e Preçário.
Gab. Apoio a Clientes.
Gab. Estudos e Informação a Clientes.
Gab. Certificação e Autoavaliação.

Dep. Estudos e Bases de Dados.

José Manuel Elias da Costa:

Dir. Coord. Grandes Empresas Norte:

Dir. Com. Grandes Empresas Norte 1.
Dir. Com. Grandes Empresas Norte 2.
Dir. Com. Grandes Empresas Norte 3.

Dir. Coord. Grandes Empresas Sul:

Adjunto da Dir. Coord. (DCCES).
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 1.
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 2.
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 3.

Dir. Coord. Tesouraria e Rendimento Fixo:

Dep. Trading/Marketing Making.
Dep. Tesouraria — Sala de Mercados.
Dep. Corporate.

Movimento de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a), do artigo 6.º, do Regulamento n.º 11/2000, da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelo membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao exercício de 2002, foram os seguintes:

Conselho de administração:

António Mota de Sousa Horta Osório, presidente:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes acções:

50 288 acções do Banco Santander Central Hispano.
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de acções:

Em 31 de Julho de 2002, aquisição Bolsa de 25 000 acções BSCH, a 6,33 euros cada.

Em 6 de Agosto de 2002, aquisição Bolsa de 35 000 acções BSCH a 5,80 euros cada.

Em 24 de Setembro de 2002, aquisição Bolsa de 15 000 acções BSCH a 5,07 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

125 288 acções do Banco Santander Central Hispano.
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes obrigações:

100 Obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Banca.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Yen Valorização.
25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras
25 Obrigações Port. CPP — Europa +.
25 Obrigações Port. CPP — Euro Yen
25 Obrigações Port. CPP — Duplinvest.
5 Obrigações BSP — Cx Milénio V.
50 Obrigações BSP — Caixa Euro Crescimento.
50 Obrigações BSP — Caixa Inv. Europa 2002.
50 Obrigações BSP — Cx 50,30,20.
25 Obrigações BSP — Cx Aplic 9+.
25 Obrigações BSP — CxPSI-20 Rend. Seguro.
25 Obrigações BSP — Cx Europa TOP 50.
25 Obrigações BSP — Cx Banca Europa.
25 Obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.
100 Obrigações Pte Totta Rend. Euro-0/02.
100 Obrigações Pte TOTTA Rend. Valorização 2%.
100 Obrigações Pte TOTTA Selecção Europa 3%.
50 Obrigações Pte TOTTA + Rendimento 3,30% 20.
50 Obrigações Pte TOTTA + Valorização.
50 Obrigações Pte TOTTA Banca Europeia 2%.
25 Obrigações Pte TOTTA Novo Invest. 9+ 3%.
25 Obrigações TOTTA MAX20 -01/03 2,50 2.
25 Obrigações TOTTA MAX28 -CX01/04 3.
25 Obrigações TOTTA V Men. V.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de obrigações:

Em 3 de Abril de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Euro Crescimento no valor unitário de 50 euros.

27 de Junho de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Santander Inv. Europa no valor unitário de 50 euros.

Em 4 de Novembro de 2002, subscrição de 50 obrigações BSP Valor Oriente no valor de 50 euros.

28 de Janeiro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA-Totta Europreço no valor de 50 euros.

Em 25 de Fevereiro de 2002, subscrição de 250 obrigações BTA-Totta Mundial 2002 no valor de 50 euros.

29 de Abril de 2002, subscrição de 50 obrigações Totta Max 4 no valor de 50 euros.

Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA-Multisatisfação no valor de 50 euros.

Em 4 de Outubro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA-TOTTA Valor Europa no valor de 50 euros.

Em 21 de Outubro de 2002, reembolso de 100 obrigações Totta Rend. Euro-0/02 no valor de 50 euros.

Em 2 de Dezembro de 2002, subscrição de 100 obrigações BTA-TOTTA Crés. Europa no valor de 50 euros.

Em 1 de Agosto de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA-Totta Inv. Banca no valor de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

100 Obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Banca.
25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
25 Obrigações Port. CPP — Europa +.
25 Obrigações Port. CPP — Euro Yen II.

25 Obrigações Port. CPP — Duplinvest.

5 Obrigações BSP — Cx Milénio V.

50 Obrigações BSP — Cx 50,30,20.

25 Obrigações BSP — Cx Aplic 9+.

25 Obrigações BSP — CxPSI-20 Rend. Seguro.

25 Obrigações BSP — Cx Europa Top 50.

25 Obrigações BSP — Cx Banca Europa.

25 Obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.

50 Obrigações BSP — Valor Oriente.

100 Obrigações Pte Totta Rend. Valorização 2%.

100 Obrigações Pte Totta Selecção Europa 3%.

50 Obrigações Pte Totta + Rendimento 3,30% 20.

50 Obrigações Pte Totta + Valorização.

50 Obrigações Pte Totta Banca Europeia 2%.

25 Obrigações Pte Totta Novo Invest. 9+ 3%.

25 Obrigações Totta Max 20 -01/03 2,50 2.

25 Obrigações Totta Max 28 -CX01/04 3.

25 Obrigações Totta V Men. V.

50 Obrigações BTA — Totta Europreço.

250 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.

50 Obrigações Totta Max 4.

50 Obrigações BTA — Multisatisfação.

50 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.

100 Obrigações BTA — Totta Cresc. Europa.

50 Obrigações BTA — Totta Inv. Banca.

Miller Roy McLean, vice-presidente:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha 30 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Não efectuou qualquer transacção durante o exercício de 2002.

MetLife-Metropolitan Life Insurance Company.

Em 31 de Dezembro de 2000 detinha 952 955 acções Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2001 efectuou a seguinte transacção de acções:

Em 28 de Dezembro de 2001, venda de 952 955 acções BSP com valor unitário de 23,81 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, não detém acções.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

1742 acções do Banco Santander Central Hispano.

1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações CPP — Euro-Yen II.

10 Obrigações BSP — Cx. Rent. Garantida.

10 Obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro.

10 Obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.

10 Obrigações BSP — Cx. Plus.

25 Obrigações Totta Max 28.

10 Obrigações Totta Mensal.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções:

Em 28 de Janeiro de 2002, 60 obrigações BSP-Santander Euro Valor no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Janeiro de 2002, 60 obrigações BSP-Santander Euro Preço no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Março de 2002, 30 obrigações CPP-Crédito Predial Crescente no valor unitário de 50 euros.

Em 29 de Abril de 2002, 20 obrigações CPP-Crédito Predial Max 4 no valor unitário de 50 euros.

Em 1 de Agosto de 2002, 150 obrigações CPP-Real Estate no valor unitário de 50 euros.

Em 25 de Março de 2002, 10 Obrigações BTA-Totta Crescente no valor unitário de 50 euros.

Em 29 de Abril de 2002, 10 obrigações Totta Max 4 no valor unitário de 50 euros.

Em 11 de Junho de 2002, 10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação, no valor unitário de 50 euros.

Em 25 de Fevereiro de 2002, 20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002 no valor unitário de 50 euros.

Em 4 de Outubro de 2002, 20 obrigações BTA — Totta Valor Europa no valor unitário de 50 euros.

Em 2 de Dezembro de 2002, 20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22 no valor unitário de 50 euros.

Em 30 de Dezembro de 2002, 10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Rent. Garantida.
10 Obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro.
10 Obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
10 Obrigações BSP — Cx. Plus.
60 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
60 Obrigações BSP — Santander Euro Preço.
10 Obrigações CPP — Euro — Yen II.
30 Obrigações CPP — Crédito Predial Crescente.
20 Obrigações CPP — Crédito Predial Max 4.
150 Obrigações CPP — Real Estate.
25 Obrigações TOTTA Max 28.
10 Obrigações TOTTA Mensal.
10 Obrigações TOTTA Max 4.
10 Obrigações BTA — Totta Crescente.
10 Obrigações BTA — Totta Multisatisfação.
20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
20 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
20 Obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22.
10 Obrigações BTA — Totta Investimento Banca.

Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

1000 acções do Banco Santander Central Hispano.
1000 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes obrigações:

50 Obrigações Cx. BSP-Euroacções/98.
10 Obrigações Cx. BSP — Inv. Europa/03.
2 Obrigações Cx. BSP-Euro PSI-20.
1 Obrigação Cx. BSP — Euro Rend. Semestral.
20 Obrigações Cx. BSP — Banca Europa.
20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 Rend. Seg.
20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 110%.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de obrigações:

Em 2 de Janeiro de 2002, reembolso de 50 Obrigações Cx. BSP-Euroacções/98, no valor unitário de 50 euros.

Em 2 de Maio de 2002, reembolso de 2 Obrigações Cx. BSP-Euro PSI-20, no valor unitário de 50 euros.

Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 20 Obrigações BSP Multisatisfação, no valor unitário de 50 euros.

Em 10 de Julho de 2002, subscrição de 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002, no valor unitário de 50 euros.

Em 1 de Agosto de 2002, subscrição de 10 Obrigações BSP Real Estate, no valor unitário de 50 euros.

Em 4 de Novembro de 2002, subscrição 10 Obrigações BSP Valor Oriente, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações Cx. BSP — Inv. Europa/03.
1 Obrigação Cx. BSP — Euro Rend. Semestral.
20 Obrigações Cx. BSP — Banca Europa.
20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 Rend. Seg.
20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 110%.
20 Obrigações BSP Multisatisfação.
10 Obrigações BSP Real Estate.
10 Obrigações BSP Valor Oriente.
20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.

José Benigno Perez Rico, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

45 902 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 21 de Fevereiro de 2002, aquisição de 666 acções BSCH, no valor unitário de 8,68 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2002, aquisição de 9000 acções BSCH, no valor unitário de 8,72 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2002, aquisição de 100 acções BSCH, no valor unitário de 8,74 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2002, aquisição de 107 acções BSCH, no valor unitário de 8,75 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2002, aquisição de 127 acções BSCH, no valor unitário de 8,76 euros.

Em 24 de Julho de 2002, aquisição de 10 000 acções BSCH, no valor unitário de 7,35 euros.

Em 26 de Julho de 2002, aquisição de 5833 acções BSCH, no valor unitário de 7,12 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

71 735 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes obrigações:

50 Obrigações Caixa BSP — Euro PSI-20.
250 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 3 de Abril de 2002, reembolso 250 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento, no valor unitário de 50 euros.

Em 2 de Maio de 2002, reembolso 50 Obrigações Caixa BSP Euro Crescimento, no valor unitário de 50 euros.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002 não detém obrigações.

Luís Alberto Ponciano Alexandre:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha 10 acções do Banco Santander Central Hispano.

Em 15 de Abril 2002 vendeu 10 acções BSCH, no valor unitário de 9,50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, não detinha acções.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

1 Obrigação Port. BSP — Euro Futuro.
3 Obrigações Port. BSP — Euro Rend. Semestral.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

2500 acções do Banco Santander Central Hispano.
1310 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha 200 Obrigações BSP-Cx.Europa TOP-50.

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2001 detinha as seguintes acções:

3976 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 30 de Setembro de 2002, aquisição Bolsa Estrangeiro 5000 Acções BSCH, no valor unitário de 5,05 euros.

Em 30 de Setembro de 2002, aquisição de 5000 acções BSCH, no valor unitário 5,25 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 detinha as seguintes acções:

13 976 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha as seguintes obrigações:

300 Obrigações BSP — Cx.Euroacções Cap. Gar. 98.
10 Obrigações BSP — Cx.Euro Rend.Semestral.

6 Obrigações BSP-Cx.Milénio III.
300 Obrigações BSP-Cx. Euro Crescimento.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 2 de Janeiro de 2002, reembolso de 300 Obrigações BSP-Euro Acções Capital Gart., no valor unitário de 50 euros.

Em 4 de Abril de 2002, reembolso de 300 Obrigações BSP-Cx.Euro Crescimento, no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 100 Obrigações BSP-Santander Euro, no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 Obrigações BSP-Euro Preço, no valor unitário de 50 euros.

Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 300 Obrigações BSP-Santander Multisatisfação, no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 Obrigações BTA-Totta Euro Preço, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Euro Rend. Semestral.

6 Obrigações BSP — Cx. Milénio III.

100 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.

300 Obrigações BSP — Santander Multisatisfação.

200 Obrigações BSP — Euro Preço.

200 Obrigações BTA — Totta Euro Preço.

Participações qualificadas:

Anexo ao relatório anual do órgão de administração a que se refere o artigo 4.º do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 6.º, alínea e), do Regulamento n.º 11/2000, da CMVM.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 6.º, alínea e), do Regulamento n.º 11/2000, da CMVM, informa-se que:

	Número de acções	Porcentagem do capital social	Porcentagem do direito de voto
Foggia — SGPS	25 538 705	82,08	82,08
RBSG, Ltd.	3 964 876	12,75	12,75

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogêlio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2002			2001	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52	60 383	—	60 383	130 631
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	53	48 124	—	48 124	430 628
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	489 253	1	489 252	578 322
4 — Créditos sobre clientes	14	4 205 531	17 713	4 187 818	3 523 663
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		98 773	1 407	97 366	147 464
a) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	10	25 679	—	25 679	26 207
b) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores	10	73 094	1 407	71 687	121 257
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	51 246	6 932	44 314	21 531
7 — Participações	6	8 787	588	8 199	991
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6	1 247	—	1 247	9 717
9 — Imobilizações incorpóreas	11	15 680	11 006	4 674	4 366
10 — Imobilizações corpóreas	11	141 178	86 945	54 233	56 577
(Das quais: imóveis)	11	(68 208)	(24 790)	(43 418)	(44 675)
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	29	510	—	510	510
13 — Outros activos	31	134 918	1 833	133 085	178 115
15 — Contas de regularização	27	121 209	—	121 209	92 785
<i>Total do activo</i>		5 376 839	126 425	5 250 414	5 175 228

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		1 873 211	1 591 143
a) À vista	18	30 544	358 285
b) A prazo ou com pré-aviso	18	1 842 667	1 232 858
2 — Débitos para com clientes		2 140 299	2 472 841
a) Depósitos de poupança	18	73 862	71 808
ba) À vista		1 017 361	1 510 479
bb) A prazo	18	1 049 076	890 554

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
3 — Débitos representados por títulos		490 650	416 198
a) Obrigações em circulação	19	490 650	411 198
b) Outros	19	—	5 000
4 — Outros passivos	31	76 707	76 936
5 — Contas de regularização	27	59 173	53 897
6 — Provisões para riscos e encargos		67 530	46 686
a) Provisões para pensões e encargos similares	25	1 111	1 111
b) Outras provisões	25	66 419	45 575
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	25	—	7 790
8 — Passivos subordinados	22	261 869	261 869
9 — Capital	29	155 580	155 580
10 — Prémios de emissão	29	26 197	26 197
11 — Reservas	51	63 709	37 910
12 — Reservas de reavaliação	51	2 382	2 382
14 — Lucro do exercício	51	33 107	25 799
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>5 250 414</i>	<i>5 175 228</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Passivos eventuais	23	253 397	197 408
Dos quais:			
Cauções e activos dados em garantia		(52 595)	(52 880)
2 — Compromissos	23	575 452	1 074 767

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

**Demonstrações dos resultados individuais por naturezas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados		135 067	142 802
2 — Comissões		8 206	6 886
3 — Prejuízos em operações financeiras		59 295	80 139
4 — Gastos gerais administrativos		75 148	74 135
a) Custos com pessoal	55	50 285	49 463
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)	55	(40 097)	(39 009)
(— encargos sociais)	55	(9 452)	(9 875)
Dos quais:			
(— com pensões)	55	(3 226)	(4 033)
b) Outros gastos administrativos		23 447	24 863
5 — Amortizações do exercício	11	7 511	7 774
6 — Outros custos de exploração	39	2 256	1 882
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	24	38 484	(33 348)
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	244	—
10 — Resultado da actividade corrente		(38 216)	(33 232)
11 — Perdas extraordinárias	39	3 974	2 296
12 — Impostos sobre lucros	41	6 500	4 988
14 — Outros impostos		385	200
15 — Lucro do exercício	51	33 107	25 799
		370 177	379 249

CRÉDITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	38	232 355	241 802
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		(6 220)	(4 065)
2 — Rendimento de títulos	38 e 54	11 353	1 740
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		8 710	—
b) Rendimento de participações		19	274
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		2 624	1 466
3 — Comissões		41 248	29 309
4 — Lucros em operações financeiras		61 478	82 683
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos.	25	12 638	14 786
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	25	40	25
7 — Outros proveitos de exploração	38 e 39	5 315	8 853
8 — Resultado da actividade corrente		—	—
9 — Ganhos extraordinários	39	5 750	51
		370 177	379 249

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogélio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

**Demonstrações dos resultados individuais por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	97 288	99 000
Provisões para riscos de crédito	(15 862)	(14 433)
Recuperações de crédito	1 480	1 070
Margem de intermediação	82 906	85 637
Comissões líquidas	33 042	22 423
Outros resultados de exploração	1 639	5 962
Margem de serviços	34 681	28 385
Rendimento de títulos	11 353	1 740
Resultados em operações financeiras	2 183	2 544
Provisões para depreciação de títulos	(2 923)	(34)
Margem da função de investimento	10 613	4 250
Outros custos	(445)	(261)
Resultados antes dos custos de transformação	127 755	118 011
Custos com o pessoal	(50 285)	(49 463)
Outros custos administrativos	(24 863)	(24 672)
Amortizações	(7 511)	(7 774)
Custos de transformação	(82 659)	(81 909)
Resultado operacional	45 096	36 102

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Outras provisões	(7 265)	(3 070)
Resultados na alienação de participações financeiras	—	(9)
Outros resultados extraordinários	1 776	(2 236)
Resultados antes de impostos	39 607	30 787
Impostos	(6 500)	(4 988)
Resultado líquido	33 107	25 799
Resultado por acção (em euros)	1,06	0,83
Produto bancário	146 985	132 739

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	278 998	263 385
Pagamento de juros e comissões	(123 400)	(131 876)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(72 666)	(71 377)
Contribuições para os fundos de pensões	(15719)	(20 126)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	16 435	18 904
Recuperação de créditos incobráveis	1 480	1 071
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	85 128	59 981
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	88 975	9 334
Créditos sobre clientes	(672 234)	(695 852)
Títulos de negociação	1 767	(15 114)
Alienação de imóveis recebidos em dação	—	(87)
Outros activos e contas de regularização	27 856	(185 261)
	(553 636)	(886 980)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	282 068	554 224
Débitos para com clientes	(332 538)	548 399
Débitos representados por títulos	74 452	25 062
Outros passivos e contas de regularização	(7 931)	49 061
	16 051	1 176 746
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(452 457)	349 747
Impostos sobre o rendimento pagos	2 625	(14 264)
Caixa líquida das actividades operacionais	(449 832)	335 483
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	11 353	1 740
Juros recebidos	1 854	—
Aquisição de imobilizações	(7 948)	(11 219)
Alienação de imobilizações	2 523	767
Aquisições de títulos de investimento	(96 858)	(159 606)
Vendas de títulos de investimento	110 354	67 557
Compra de participações	(135)	(1 432)
Venda de participações	1 120	—
Caixa líquida das actividades de investimento	22 263	(102 193)

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Remuneração de obrigações emitidas e passivos subordinados	(25 183)	(10 012)
Emissão de passivos subordinados	—	174 579
Caixa líquida das actividades de financiamento	(25 183)	164 567
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(452 752)	397 857
Caixa e seus equivalentes no início do período	561 259	163 402
Caixa e seus equivalentes no fim do período	108 507	561 259

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Balancos consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002		2001	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52	60 383	—	60 383	130 634
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	53	48 173	—	48 173	430 203
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	489 726	1	489 725	454 389
4 — Créditos sobre clientes	14	4 205 531	17 713	4 187 818	3 663 783
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		155 987	1 407	154 580	204 828
a) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	10	25 679	—	25 679	33 487
b) Obrigações e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores	10	130 308	1 407	128 901	171 341
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	51 246	6 932	44 314	21 531
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	6	9 910	—	9 910	1 547
9 — Outras participações financeiras	6	1 305	588	717	919
10 — Imobilizações incorpóreas	11	15 680	11 006	4 674	4 373
11 — Imobilizações corpóreas	11	141 178	86 945	54 233	56 630
(Das quais: imóveis)	11	(45 321)	(8 562)	(36 759)	(37 708)
15 — Acções próprias ou partes de capital próprias	29	510	—	510	510
16 — Outros activos	31	78 826	1 833	76 993	122 877
17 — Contas de regularização	27	121 188	—	121 188	92 091
<i>Total do activo</i>		5 379 643	126 425	5 253 218	5 184 315

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		1 873 194	1 590 156
a) À vista	18	30 526	358 285
b) A prazo ou com pré-aviso	18	1 842 668	1 231 871
2 — Débitos para com clientes		2 140 287	2 472 837
a) Depósitos de poupança	18	73 862	71 808
b) Outros débitos		2 066 425	2 401 029
ba) À vista		1 017 349	1 510 475
bb) A prazo	18	1 049 076	890 554
3 — Débitos representados por títulos		490 650	416 198
a) Obrigações em circulação	19	490 650	411 198
b) Outros	19	—	5 000
4 — Outros passivos	31	76 952	82 809
5 — Contas de regularização	27	59 105	54 180

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
8 — Provisões para riscos e encargos		67 530	48 057
a) Provisões para pensões e encargos similares	25	1 111	1 111
b) Outras provisões	25	66 419	46 946
9 — Fundo para riscos bancários gerais	25	—	7 790
10 — Passivos subordinados	22	261 869	261 869
11 — Capital	29	155 580	155 580
12 — Prémios de emissão	29	26 197	26 197
13 — Reservas	51	65 127	39 429
14 — Reservas de reavaliação	51	2 382	2 382
17 — Lucro do exercício	51	34 345	26 831
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<u>5 253 218</u>	<u>5 184 315</u>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Passivos eventuais	23	253 397	197 408
Dos quais:			
Garantias e avales		(195 297)	(138 697)
2 — Compromissos	23	575 452	1 081 867

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogélio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

**Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados		134 793	142 803
2 — Comissões		8 206	7 442
3 — Prejuízos em operações financeiras		59 295	80 160
4 — Gastos gerais administrativos		75 164	75 160
a) Custos com pessoal	55	50 285	50 033
b) Outros gastos administrativos		24 879	25 127
5 — Amortizações do exercício	11	7 511	7 824
6 — Outros custos de exploração	39	2 256	1 934
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos	25	38 484	32 848
8 — Provisões para imobilizações financeiras	25	244	—
9 — Perdas extraordinárias	39	3 979	2 301
10 — Impostos sobre lucros	41	6 790	5 409
11 — Outros impostos		385	224
13 — Lucro do exercício	51	34 345	26 831
		<u>371 452</u>	<u>382 936</u>

CRÉDITO

	Notas	2002	2001
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	38	234 992	245 834
2 — Rendimento de títulos	38 e 54	8 730	488
3 — Comissões	38	41 248	29 309

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
4 — Lucros em operações financeiras	38	61 482	82 712
5 — Reposições e anulações de provisões	25	12 670	14 836
6 — Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação		1 303	190
7 — Outros proveitos de exploração	38 e 39	5 315	9 426
8 — Ganhos extraordinários	39	5 712	141
		<u>371 452</u>	<u>382 936</u>

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogélio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	100 199	103 031
Provisões para riscos de crédito	(15 862)	(14 951)
Recuperações de crédito	1 480	1 070
Margem de intermediação	<u>85 817</u>	<u>89 150</u>
Comissões líquidas	33 042	21 867
Outros resultados de exploração	1 639	6 488
Margem de serviços	<u>34 681</u>	<u>28 355</u>
Rendimento de títulos	8 730	488
Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	1 303	190
Resultados em operações financeiras	2 187	2 552
Provisões para depreciação de títulos	(2 921)	6
Margem da função de investimento	<u>9 299</u>	<u>3 236</u>
Outros custos	(445)	(290)
Resultados antes dos custos de transformação	<u>129 352</u>	<u>120 451</u>
Custos com o pessoal	(50 285)	(50 033)
Outros custos administrativos	(24 879)	(25 127)
Amortizações	(7 511)	(7 824)
Custos de transformação	<u>(82 675)</u>	<u>(82 984)</u>
Resultado operacional	<u>46 677</u>	<u>37 467</u>
Outras provisões	(7 275)	(3 067)
Resultados na alienação de participações financeiras	(1)	(9)
Outros resultados extraordinários	1 734	(2 151)
Resultados antes de impostos	<u>41 135</u>	<u>32 240</u>
Impostos	(6 790)	(5 409)
Resultado líquido	<u>34 345</u>	<u>26 831</u>
Resultado por acção (euros)	1,10	0,86
Produto bancário	<u>148 580</u>	<u>135 686</u>

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogélio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	276 159	268 090
Pagamento de juros e comissões	(120 987)	(131 940)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(72 685)	(67 752)
Contribuições para os fundos de pensões	(15 719)	(20 126)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	16 447	19 551
Recuperação de créditos incobráveis	1 480	1 071
	<u>84 695</u>	<u>68 894</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	89 222	42 139
Créditos sobre clientes	(672 234)	(733 389)
Títulos de negociação	1 770	(15 086)
Alienação de imóveis recebidos em dação	—	(87)
Outros activos e contas de regularização	29 371	(129 388)
	<u>(551 871)</u>	<u>(835 811)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	283 038	554 224
Débitos para com clientes	(332 550)	548 399
Débitos representados por títulos	74 452	25 062
Outros passivos e contas de regularização	(8 343)	45 964
	<u>16 597</u>	<u>1 173 649</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(450 579)	406 732
Impostos sobre o rendimento pagos	2 334	(14 208)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<u>(448 245)</u>	<u>392 524</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	8 730	488
Juros recebidos	4 595	—
Aquisição de imobilizações	(7 948)	(11 221)
Alienação de imobilizações	2 495	731
Aquisições de títulos de investimento	(104 581)	(295 923)
Vendas de títulos de investimento	117 635	146 504
Compra de participações	(135)	(240)
Venda de participações	82	—
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<u>20 873</u>	<u>(159 661)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Remuneração de obrigações emitidas e passivos subordinados	(24 909)	(10 012)
Emissão de passivos subordinados	—	174 579
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(24 909)</u>	<u>164 567</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(452 281)</u>	<u>397 430</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	560 837	163 407
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>108 556</u>	<u>560 837</u>

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação					18 092 814,30
Valores de rendimento variável					18 092 814,30
Emitidos por residentes					18 092 814,30
Acções					18 092 814,30
Portugal Telecom	2 554 282	1,00	6,47	6,55	16 730 547,10
Sonae — SGPS	3 405 668	1,00	0,90	0,40	1 362 267,20
B) Títulos — investimento					106 539 933,39
De rendimento fixo — de outros emissores					72 876 778,74
Emitidos por residentes					70 989 948,33
De outros residentes — obr. de caixa					62 500 000,00
Obrigações CPP-2002 — taxa fixa	1 250 000	50,00	50,00	50,00	62 500 000,00
Outras obrigações					8 489 948,33
Revilla Internacional	700 000	4,99	4,99	5,00	3 491 585,28
Polimaia/89	5 000	2,49	2,49	2,46	12 470,49
Vista Alegre 98/5	1 000 000	4,99	4,98	4,79	4 984 296,69
Modelo Continente 99	324	5,00	4,92	4,78	1 595,87
Emitidos por não residentes					1 886 830,40
Por organismos financ. internacionais					1 886 830,40
Eurofima/94-04	380 000	4,99	4,96	4,99	1 886 830,40
Valores de rendimento variável					33 152 702,37
Emitidos por residentes					33 115 782,24
Acções					196 925,41
Amadeu Gaudêncio	39 480	4,99	4,99	0,00	196 925,41
Unidades de participação					17 978 398,31
Multiglobal	3 596 327	5,00	5,00	5,06	17 978 398,31
Títulos de participação					14 940 458,52
CPP88	638 452 908	0,01	0,01	0,01	6 384 529,08
CPP89	855 592 944	0,01	0,01	0,01	8 555 929,44
Emitidos por não residentes					36 920,13
Acções					36 920,13
Ausant Merchant	1	36 920,13	36 920,13	36 920,13	36 920,13
Títulos próprios					510 452,28
De rendimento variável					510 452,28
Acções					510 452,28
Banco Santander Portugal — nominat. Port. Reg.	88 444	5,00	5,77	5,77	510 452,28
Subtotal					124 632 747,69
C) Títulos — A vencimento					25 678 505,47
De emissores públicos portugueses					25 678 505,47
De dívida pública portuguesa					25 678 505,47
A médio e a longo prazos					25 678 505,47
O. T. Fevereiro/96-06	2 289 482 348	0,01	0,01	0,01	24 413 038,40
O. T. Junho/93 2003	124 699 474	0,01	0,01	0,01	1 265 467,06

(Em euros)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
D) Imobilizações financeiras					76 875 525,11
Participações				8 787 301,05	
Em outras empresas no país				8 529 724,48	
Cosec	11 250	4,99	11,22	11,22	126 258,22
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços	68 957	5,00	4,62	4,62	318 916,00
Finangeste, S. A.	8 700	5,00	19,95	7,76	173 581,67
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	8 250	5,00	29,63	13,00	244 484,32
SCH Leasing	964 335	5,00	7,76	7,76	7 481 968,46
Portal Universia Portugal — Prestação de Serv.	5 000	10,00	10,00	6,46	50 000,00
Porticentro	1	134 515,82	134 515,82	63 973,82	134 515,82
Em outras empresas no estrangeiro					257 576,57
Swift, SC	11	BEF 5 000	123,95	123,95	1 363,41
Ibos, Ltd.	365 100	GBP 1 00	0,70	0,00	256 213,16
Partes de capital em empresas coligadas					1 246 994,74
Em outras empresas no estrangeiro					1 246 994,74
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland, Ltd.	2 500 000	0,50	0,50	0,50	1 246 994,74
Outras imobilizações financeiras					66 841 229,32
Citeve	20	498,80	498,80	498,80	9 975,96
Trem — Aluguer de Mat. Circul. ACE	1	9 899 010,00	9 899 010,00	9 899 010,00	9 899 010,00
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	1	774 922,50	774 922,50	774 922,50	774 922,50
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland, Ltd.	1	56 114 763,42	56 114 763,42	56 114 763,42	56 114 763,42
Porticentro	1	42 557,44	42 557,44	42 557,44	42 557,44
<i>Total</i>					227 186 778,26

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogélio Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes em milhares de euros, excepto quando expressamente indicado)

Nota introdutória:

O Banco Santander Portugal, S. A. (Banco ou BSP) foi constituído em 1985, estando autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é maioritariamente detido pela Foggia — SGPS, S. A., (Grupo Banco Totta & Açores, S. A. ou Grupo Totta). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo durante os exercícios de 2002 e 2001 encontram-se detalhados nas notas n.ºs 9 e 21.

O Banco tem uma rede nacional de 123 balcões (121 em 31 de Dezembro de 2001). Mantém também duas sucursais financeiras exteriores, em Nassau (Bahamas) e na Região Autónoma da Madeira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao BSP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras das sucursais são agregadas com as da sede, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para euros com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre a sede e sucursais foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do BSP relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A classificação das participações do BSP, bem como a sua identificação, encontra-se na nota n.º 6. As partes de capital em empresas coligadas correspondem a empresas subsidiárias, ou seja, aquelas cuja percentagem de participação exceda 50% do seu capital social e que sejam controladas pelo BSP, podendo desta forma ser consideradas,

em conjunto, uma unidade de decisão. As partes de capital em empresas filiais excluídas de consolidação correspondem a participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH em Portugal. No exercício de 2001 incluíam as subsidiárias cuja actividade não se enquadrava no âmbito do sector financeiro.

A consolidação das empresas subsidiárias efectuou-se pelo método da integração global. Os saldos e as transacções significativas entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação.

As participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH em Portugal foram valorizadas pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*). De acordo com este método, o valor destas participações financeiras é ajustado com base na percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação efectiva do BSP no capital dessas empresas.

As diferenças de consolidação, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas na data da compra ou da primeira consolidação, são registadas por contrapartida de reservas.

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou da equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3, alínea f).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea h) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (*swaps*):

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos

resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

Os contratos de *swap* de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial actualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Equity swaps:

Tratam-se de estruturas contratadas para a cobertura da componente de *equity* (remuneração associada ao comportamento de um ou mais activos subjacentes) de obrigações emitidas pelo Banco.

O valor nocional do contrato de *swap* é registado em rubricas extrapatrimoniais e a componente de taxa de juro do *swap* é mensualizada. As componentes de *equity* a pagar aos subscritores das obrigações e a receber das instituições com as quais foram realizadas as operações de cobertura são igualmente mensualizadas.

c) *Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito.* — De acordo com o aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento, e da existência ou não de garantias.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

De acordo com o aviso n.º 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

As prestações vencidas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco.

Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales prestados. No que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada, e aplicada uma percentagem de 1,5%.

A partir de 1 de Janeiro de 2001 as provisões constituídas para riscos gerais de crédito deixaram de ser fiscalmente aceites como custo. No entanto, face ao regime “ transitório definido, durante 2001 e 2002 são ainda aceites como custo fiscal 50% dos , reforços desta provisão.

Esta rubrica inclui ainda provisões específicas para fazer face ao risco de realização da carteira de crédito e de outros activos.

d) Provisões para outros riscos:

i) Provisão para outros riscos e encargos:

Destina-se a suportar os potenciais encargos decorrentes de processos judiciais em curso, contingências fiscais, impostos diferidos passivos relativos a derivados, incentivos a longo prazo a conceder a colaboradores, responsabilidades com pensões de reforma e perdas potenciais em participações em agrupamentos complementares de empresas. Parte desta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

ii) Fundo para riscos bancários gerais:

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica incluía provisões para fazer face a eventuais perdas resultantes dos riscos e responsabilidades decorrentes da actividade do Banco. Em 2002 procedeu-se à sua transferência para outros riscos e encargos.

Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) Aplicações em títulos. — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração de resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As diferenças de valorização relativas a acções que integrem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo.

As menos-valias potenciais decorrentes da valorização das restantes acções e outros títulos de rendimento variável são provisionadas.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

Títulos a vencimento:

São considerados títulos a vencimento aqueles que têm um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do BSP mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição.

A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Acções próprias:

As acções próprias detidas pelo BSP são classificadas na carteira de investimento, sendo registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal.

f) Participações, partes de capital em empresas coligadas, partes de capital em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

Esta rubrica inclui as participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo SCH, as quais são registadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do BSP no capital, reservas e resultados dessas empresas.

Outras participações financeiras:

Esta rubrica inclui as participações em empresas não pertencentes ao Grupo SCH, cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20%, sendo registadas ao custo de aquisição.

Provisões:

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões.

Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a consti-

tuição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;

Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;

Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;

Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu aviso n.º 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos valia que exceder os referidos 15%.

O BSP não tem em carteira participações financeiras com menos valias não provisionadas, enquadráveis no regime do aviso n.º 4/2002.

g) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos. O Banco utiliza as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	4-8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo BSP não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, o BSP não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, *software*, encargos com a mudança da plataforma informática comum para o Grupo e gastos incorridos com projectos destinados à melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

h) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) que vigora para o sector bancário, o BSP é responsável pelo pagamento das pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores, da tabela do ACTV e do nível à data da reforma.

Para cobertura destas responsabilidades, o BSP dispõe de um Fundo de pensões.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro, e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;

ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria;

Em 2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para amortizar por contrapartida de reservas as responsabilidades adicionais decorrentes das reformas -antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro. Por este motivo não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas ocorridas em 2001 até esta data.

No exercício de 2002, o BSP passou a amortizar os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas a partir da data efectiva da passagem à reforma.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, estão registadas em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

iii) A não inclusão de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões dos empregados no activo.

Em 2001 o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para registar contra reservas o acréscimo de responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2001 decorrente desta alteração actuarial;

iv) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado;

v) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima indicados, podem ser registados como custos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que são apurados.

Em 31 de Dezembro de 2001, o BSP reconheceu uma parte do custo correspondente às perdas actuariais e financeiras existentes nessa data em custos com o pessoal e o remanescente, registado em flutuação de valores, foi provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos.

Em 2002, o BSP optou por reconhecer como custo do exercício o valor mínimo requerido pelo aviso n.º 12/2001, ou seja, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Os desvios actuariais e financeiros ocorridos durante o exercício foram registados em flutuação de valores, dado não excederem limite definido pelo Banco de Portugal no seu aviso n.º 7/2002.

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões reforma. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

i) *Impostos sobre lucros.* — O Banco e as suas participadas com sede em Portugal são tributados individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O Banco não regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, excepto no que se refere aos impostos diferidos passivos relativos a tributação de produtos derivados.

j) *Operações de factoring.* — As operações de *factoring* são relevadas na rubrica de créditos sobre clientes pelos valores dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos que tiverem sido celebrados com recurso. No caso dos contratos celebrados sem recurso, os créditos tomados são relevados na rubrica de créditos sobre clientes por contrapartida da rubrica de outros passivos — credores por operações de *factoring*, sendo as entregas efectuadas aos aderentes por conta dos contratos deduzidas a esta rubrica.

k) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

l) *Fundo de Garantia de Depósitos.* — O Fundo de Garantia de Depósitos tem por objectivo garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito.

Ao abrigo do aviso n.º 4/96, de 20 de Setembro, a partir de 1996 o Banco de Portugal passou a fixar anualmente o limite (entre 0% e 75%) da contribuição anual a entregar ao Fundo de Garantia de Depósitos, até ao qual as instituições de crédito podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuar em qualquer momento que o Fundo o solicite, no todo ou em parte.

Para os exercícios de 2002 e 2001, o BSP assumiu o referido compromisso irrevogável relativamente a 75% da contribuição anual. O valor total deste compromisso encontra-se reflectido nas rubricas extrapatrimoniais (nota n.º 23).

6 — Participações, partes de capital em empresas coligadas, partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

	2002				2001			
	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido
SCH-Leasing — Soc. de Loc. Financeira, S. A.	17,61	7 482	—	7 482	—	—	—	—
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A.	1,41	319	—	319	1,41	319	—	319
IBOS, Ltd.	12,50	256	(256)	—	12,50	274	(274)	—
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	0,49	244	(137)	107	0,49	244	—	244
Finangest, S. A.	0,16	174	(106)	68	0,16	174	(117)	57
COSEC — Comp. de Seguros de Crédito, S. A.	0,75	126	—	126	0,75	126	—	126
Porticentro, L.ª	2,37	135	(71)	64	—	—	—	—
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços Informáticos, S. A.	3,69	50	(18)	32	100,00	50	—	50
Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	—	—	—	—	—	122	—	122
Outras	—	1	—	1	—	1	—	1
		<u>8 787</u>	<u>(588)</u>	<u>8 199</u>		<u>1 310</u>	<u>(391)</u>	<u>919</u>

A participação do BSP na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto foi trocada por acções da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., a qual foi classificada na carteira de negociação e alienada no primeiro semestre de 2002. O ganho nesta operação, no montante de 2371 milhares de euros, foi registado em lucros em operações financeiras.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 na provisão para participações é apresentado na nota n.º 25.

Os dados financeiros mais significativos retirados de demonstrações financeiras das empresas do Grupo em que o BSP detém participações inferiores a 20% ou participações indirectas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresas	Partic. directa (percent.) — 2002	Partic. efect. (percent.)		Activo líquido		Situação líquida		Resultado líquido		Actividade	Sede	Método de consol. — 2002
		2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001			
SCH-Leasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	17,61	17,61	—	943 694	—	54 745	—	7 051	—	Leasing mobiliário	Lisboa	Equity
SCH-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	8,04	—	86 399	—	4 157	—	767	—	Alug. de longa duração	Lisboa	Equity
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços Informáticos, S. A.	3,69	3,69	—	874	336	1 553	(21)	(838)	(71)	Prestação de serviços	Lisboa	—
Santander Rent — Comércio e Aluguer de Bens, S. A.	—	—	100,00	—	48 854	—	1 547	—	190	Aluguer de veículos	Lisboa	—

Partes de capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 as participações do BSP em empresas do Grupo (coligadas) e os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras da actividade individual dessas empresas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresas	Participação (percent.)				Custo de aquisição		Activo líquido		Situação líquida		Resultado líquido		Actividade	Sede	Método de consol. — 2002
	Directa		Efectiva		2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001			
	2002	2001	2002	2001											
TAFIL — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100	100	100	100	1 247	1 247	60 469	59 832	4 099	3 458	2 610	2 075	Gestão de investim.	Irlanda	Integral
Santander — Factoring, S. A.	—	100	—	100	—	998	—	987	—	987	—	—	Factoring	Lisboa	—
Santander Leasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	—	100	—	100	—	7 482	—	142 034	—	8 398	—	393	Leasing mobiliário	Lisboa	—
Provisões					1 247	9 727		(10)							
					1 247	9 717									

A situação líquida da TAFIL exclui as prestações suplementares de capital concedidas pelo BSP.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para partes de capital em empresas coligadas é apresentado na nota n.º 25.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002		2001	
	Particip. efectiva (percent.)	Valor	Particip. efectiva (percent.)	Valor
SCH-Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.	17,61	9 640	—	—
SCH-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	8,04	270	—	—
Santander Rent — Comércio e Aluguer de Bens, S. A.	—	—	100,00	1 547
		9 910		1 547

Outras participações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002				2001			
	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A.	1,41	319	—	319	1,41	319	—	319
IBOS, Ltd.	12,50	256	(256)	—	12,50	274	(274)	—
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	0,49	244	(137)	107	0,49	244	—	244
Finangest, S. A.	0,16	174	(106)	68	0,16	174	(117)	57
COSEC — Comp. de Seguros de Crédito, S. A.	0,75	126	—	126	0,75	126	—	126
Porticentro, L.ª	2,37	135	(71)	64	—	—	—	—
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços Informáticos, S. A.	3,69	50	(18)	32	100,00	50	—	50
Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	—	—	—	—	—	122	—	122
Outras	—	1	—	1	—	1	—	1

As alterações verificadas durante o exercício de 2002 ao nível da estrutura do Grupo encontram-se descritas abaixo:

Por escritura pública de 1 de Abril de 2002, realizou-se a fusão por incorporação da Santander Rent, Comércio e Aluguer de Bens, S. A. (Santander Rent) na Santander Central Hispano-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A., tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante.

Esta fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2002. No âmbito desta fusão foram atribuídas à Santander Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., accionista única da Santander Rent, 100 754 acções com um valor nominal de cinco euros cada, representativas de 45,64% do seu capital;

Por escritura pública de 27 de Junho de 2002, realizou-se a fusão por incorporação da Santander Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A. e Santander Central Hispano-LOC — Sociedade de Locação Financeira, S. A., na Santander Central Hispano-Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., tendo sido extintas as sociedades incorporadas e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante.

Esta fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2002. O pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial deu entrada a 4 de Julho de 2002, data a partir da qual se consideram extintas as sociedades incorporadas. No âmbito desta operação foi atribuído ao BSP 964 335 acções, representativas de 17,61% do capital da sociedade incorporante.

Durante o exercício de 2001, a única alteração na estrutura do Grupo foi a aquisição ao Totta em Abril da participação no Totta Açores Finance Ireland, Ltd., (TAFIL).

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para outras participações financeiras é apresentado na nota n.º 25.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no prazo de um ano são apresentados abaixo:

	2003	2002
Títulos da dívida pública	1 265	—
Obrigações de outros emissores	—	115 887
	1 265	115 887

Tendo em consideração que o reembolso de algumas obrigações e outros títulos de rendimento fixo se processa através de sorteio, não é possível determinar com antecedência a sua data de reembolso. Consequentemente, o quadro acima inclui apenas os títulos sobre os quais se tem conhecimento efectivo da respectiva data de vencimento.

8 — Créditos sobre participadas:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos sobre empresas participadas, eram os seguintes:

	Créditos sobre clientes	
	2003	2002
Unicre — Cartão Intern. de Crédito, S. A.	1 793	6 911

9 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo Totta e respectivos proveitos gerados durante esses exercícios eram os seguintes:

	2002				2001			
	Dispon. à vista sobre instituições de crédito	Outros créditos sobre instituições de crédito	Crédito concedido	Juros e proveitos equipar.	Dispon. à vista sobre instituições de crédito	Outros créditos sobre instituições de crédito	Crédito concedido	Juros e proveitos equipar.
Banco Totta & Açores, S. A.	88	115 945	—	1 834	24 249	18 303	—	4 394
Crédito Predial Português, S. A.	47	—	—	178	10 443	19 757	—	3 936
Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.	104	29 889	—	919	394	101 371	—	131
SCH-Factor — Soc. Intern. de Aquis. de Créditos, S. A.	—	29 927	—	287	—	399	—	5
SCH-Leasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	—	161 362	—	5 407	4 972	—	—	31
SCH-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	—	246	791	—	—	512	—
SCH-Sfac — Soc. Financ. para Aquis. a Crédito, S. A.	—	—	119	—	610	—	—	—
SCH-LOC — Soc. de Locação Financeira, S. A.	—	—	—	—	2 919	—	—	21
Santander Imovest — SGFII, S. A.	—	22	—	—	—	8	—	—
Santander SGFIM, S. A.	—	—	—	1	—	2	—	—
Santander Leasing — Soc. de Loc. Financeira, S. A.	—	—	—	—	—	124 652	—	5 018
Santander Rent — Com. e Aluguer de Bens, S. A.	—	—	—	—	—	—	29 960	1 502
BSN Dealer — Soc. Financ. de Corretagem, S. A.	—	—	—	—	36	—	—	—

10 — Aplicações em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos nacionais:				
Títulos da dívida pública	25 679	26 207	25 679	33 488
Provisões acumuladas	—	—	—	(1)
	25 679	26 207	25 679	33 487
De outros emissores:				
Outras obrigações emitidas por:				
Residentes	70 990	104 888	128 204	154 972
Organismos financeiros internacionais	1 887	1 881	1 887	1 881
Não residentes	—	19 491	—	19 491
Títulos vencidos	217	217	217	217
	73 094	126 477	130 308	176 561
Provisões acumuladas	(1 407)	(221)	(1 407)	(221)
Provisões acumuladas para risco-país	—	(4 999)	—	(4 999)
	71 687	121 257	128 901	171 341
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Acções	18 327	21 728	18 327	21 728
Unidades de participação	17 978	—	17 978	—
Títulos de participação	14 941	—	14 941	—
	51 246	21 728	51 246	21 728
Provisões acumuladas	(6 932)	(197)	(6 932)	(197)
	44 314	21 531	44 314	21 531

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os títulos de dívida pública a nível individual referem-se a títulos classificados na carteira a vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2002, os prémios por amortizar relativos à carteira de títulos a vencimento ascendiam a 1537 milhares de euros (2065 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001).

Nesta data, o valor de mercado destes títulos era superior ao respectivo valor de balanço num montante de 2744 milhares de euros (2295 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as outras obrigações a nível individual apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Taxa fixa	62 500	—
Taxa variável	10 377	31 260
Papel comercial	—	95 000
	72 877	126 260

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as obrigações emitidas por residentes incluem os seguintes títulos emitidos pelo Grupo Totta:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Crédito Predial Português taxa fixa 2002	62 500	62 500	62 500	—
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000 (Totta)	—	—	57 214	50 084
	62 500	62 500	119 714	50 084

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a divisão entre acções cotadas e não cotadas apresenta a seguinte composição:

	2002			2001		
	Títulos de			Títulos de		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Cotadas	18 093	—	18 093	21 494	—	21 494
Não cotadas	—	234	234	—	234	234
	18 093	37	18 130	21 494	234	21 728
Provisões	—	(197)	(197)	—	(197)	(197)
	18 093	37	18 130	21 494	37	21 531

Em 31 de Dezembro de 2002 o BSP tinha em carteira unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, no montante de 17 978 milhares de euros, o qual é gerido pela Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Estas unidades de participação foram adquiridas no âmbito da emissão em Junho de 2002 das obrigações de caixa denominadas multisatisfação, no montante de 17 978 milhares de euros.

A remuneração destas obrigações está indexada ao comportamento do Fundo de Investimento Multiglobal e ao comportamento dos índices Dow Jones, x Eurostoxx 50 e PSI-20. Para a cobertura das obrigações emitidas, o BSP subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, pelo mesmo montante, e contratou com o Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., (BSNP) um *equity swap* que cobre a parte da remuneração indexada a índices.

Em 31 de Dezembro de 2002, os títulos de participação em carteira foram emitidos pelo Crédito Predial Português, S. A. (CPP). Nesta data, o seu valor de mercado era inferior ao custo de aquisição em 6735 milhares de euros.

A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação em bolsa de valores) dos títulos de investimento, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, pode ser resumida como segue:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
Títulos da dívida pública:				
Custo de aquisição	—	—	—	7 281
Provisões	—	—	—	(1)
Valor de balanço	—	—	—	7 280
De outros emissores:				
Custo de aquisição	73 094	126 477	130 308	176 561
Provisões para menos-valias	(1 407)	(221)	(1 407)	(211)
Valor de balanço	71 687	126 256	128 901	176 340
Mais-valias potenciais	20	—	20	—
Valor de mercado	71 707	126 256	128 921	176 340
Provisões para risco-país	—	(4 999)	—	(4 999)
	71 707	121 257	128 921	171 341
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Custo de aquisição	33 153	264	33 153	264
Provisões constituídas	(6 932)	(197)	(6 932)	(197)
Valor de balanço	26 221	67	26 221	67
Mais-valias potenciais	213	—	213	—
Valor de mercado	26 434	67	26 434	67

As mais-valias potenciais em acções e outros títulos de rendimento variável são provenientes do Fundo de Investimento Multiglobal, estando afectas à remuneração das obrigações Multisatisfação.

Em 31 de Dezembro de 2001, a provisão para risco país destinava-se à cobertura de uma exposição de 19 996 milhares de euros de títulos de rendimento fixo de outros emissores brasileiros.

O movimento durante os exercícios de 2002 e 2001 nas provisões para risco país e menos-valias em títulos de rendimento fixo e variável é apresentado na nota n.º 25.

11 — Imobilizado incorpóreo e corpóreo:

O movimento no imobilizado durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

Individual:

Descrição	2002						
	31 de Dezembro de 2001		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	535	(535)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	1 396	(1 396)	—	—	—	—	—
Software	12 032	(6 985)	2 882	—	(2 086)	(26)	3 817
Despesas de investigação e desenvolvimento	483	(483)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	1 319	—	655	—	—	(1 117)	857
	<u>13 765</u>	<u>(9 399)</u>	<u>3 537</u>	<u>—</u>	<u>(2 086)</u>	<u>(1 143)</u>	<u>4 674</u>
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis:							
De serviço próprio	45 260	(7 762)	61	—	(800)	—	36 759
Despesas em edifícios arrendados	21 535	(15 256)	750	528	(1 046)	(26)	3 817
Outros imóveis	76	—	—	—	—	—	76
Imobilizado em curso:							
De serviço próprio	209	—	—	(35)	—	(174)	—
Despesas em edifícios arrendados	613	—	—	(450)	—	—	163
	<u>67 693</u>	<u>(23 018)</u>	<u>811</u>	<u>43</u>	<u>(1 846)</u>	<u>(265)</u>	<u>43 418</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material	9 043	(8 430)	107	19	(163)	—	576
Máquinas e ferramentas	3 485	(3 193)	58	3	(108)	—	245
Equipamento informático	39 645	(35 420)	1 773	24	(1 779)	(15)	4 228
Instalações interiores	7 648	(4 689)	747	25	(533)	(6)	3 192
Material de transporte	3 174	(1 490)	579	—	(755)	(77)	1 431
Equipamento de segurança	5 743	(5 523)	31	4	(99)	—	156
Outro equipamento	1 204	(541)	18	21	(142)	(2)	558
Imobilizado em curso	1 201	—	287	(139)	—	(965)	384
	<u>71 143</u>	<u>(59 286)</u>	<u>3 600</u>	<u>(43)</u>	<u>(3 579)</u>	<u>(1 065)</u>	<u>10 770</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	45	—	—	—	—	—	45
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>138 881</u>	<u>(82 304)</u>	<u>4 411</u>	<u>—</u>	<u>(5 425)</u>	<u>(1 330)</u>	<u>54 233</u>
	<u>152 646</u>	<u>(91 703)</u>	<u>7 948</u>	<u>—</u>	<u>(7 511)</u>	<u>(2 473)</u>	<u>58 907</u>
2001							
Descrição	2001						
	31 de Dezembro de 2000		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	535	(480)	—	—	(55)	—	—
Custos plurianuais	1 396	(1 365)	—	—	(31)	—	—
Software	7 654	(5 062)	1 733	663	(1 932)	(9)	3 047
Despesas de investigação e desenvolvimento	483	(483)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	1 044	—	1 320	(704)	—	(341)	1 319
	<u>11 112</u>	<u>(7 390)</u>	<u>3 053</u>	<u>(41)</u>	<u>(2 018)</u>	<u>(350)</u>	<u>4 366</u>
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis:							
De serviço próprio	45 189	(6 963)	72	—	(798)	(2)	37 498
Despesas em edifícios arrendados	20 303	(14 278)	1 041	191	(978)	—	6 279
Outros imóveis	—	—	76	—	—	—	76
Imobilizado em curso:							
De serviço próprio	275	—	354	(275)	—	(145)	209
Despesas em edifícios arrendados	208	—	449	(15)	—	(29)	613
	<u>65 975</u>	<u>(21 241)</u>	<u>1 992</u>	<u>(99)</u>	<u>(1 776)</u>	<u>(176)</u>	<u>44 675</u>

Descrição	2001						
	31 de Dezembro de 2000		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas					
Equipamento:							
Mobiliário e material	8 958	(8 180)	85	—	(250)	—	613
Máquinas e ferramentas	3 396	(3 089)	90	1	(106)	—	292
Equipamento informático	36 364	(33 534)	3 207	73	(1 885)	—	4 225
Instalações interiores	6 770	(4 126)	786	95	(566)	—	2 959
Material de transporte	3 147	(1 439)	793	52	(767)	(102)	1 684
Equipamento de segurança	5 701	(5 256)	42	—	(267)	—	220
Outro equipamento	1 173	(401)	12	18	(139)	—	663
Imobilizado em curso	208	—	1 158	(99)	—	(66)	1 201
	<u>65 717</u>	<u>(56 025)</u>	<u>6 173</u>	<u>140</u>	<u>(3 980)</u>	<u>(168)</u>	<u>11 857</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	44	—	1	—	—	—	45
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>131 736</u>	<u>(77 266)</u>	<u>8 166</u>	<u>41</u>	<u>(5 756)</u>	<u>(334)</u>	<u>56 577</u>
	142 848	(84 656)	11 219	—	(7 774)	(694)	60 943

Consolidado:

Descrição	2002							
	31 de Dezembro de 2001		Aqui- sições	Transfe- rências	Saída do perí- metro de consol.	Amortiz. do exercício	Abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas						
Imobilizado incorpóreo:								
Despesas de estabelecimento	584	(584)	—	—	—	—	—	
Custos plurianuais	1 396	(1 396)	—	—	—	—	—	
Software	10 105	(7 051)	2 882	—	(7)	(2 086)	3 817	
Despesas de investig. e desenvolv.	483	(483)	—	—	—	—	—	
Imobilizado em curso	1 319	—	655	—	—	—	857	
	<u>13 887</u>	<u>(9 514)</u>	<u>3 537</u>	<u>—</u>	<u>(7)</u>	<u>(2 066)</u>	<u>4 674</u>	
Imobilizado corpóreo:								
Imóveis:								
De serviço próprio	45 260	(7 762)	61	—	—	(800)	36 759	
Despesas em edifícios arrendados	21 535	(15 256)	750	528	—	(1 046)	6 420	
Outros imóveis	76	—	—	—	—	—	76	
Imobilizado em curso:								
De serviço próprio	209	—	—	(35)	—	—	(174)	
Despesas em edif. arrendados	613	—	—	(450)	—	—	163	
	<u>67 693</u>	<u>(23 018)</u>	<u>811</u>	<u>43</u>	<u>—</u>	<u>(1 846)</u>	<u>43 418</u>	
Equipamento:								
Mobiliário e material	9 056	(8 480)	107	56	—	(163)	576	
Máquinas e ferramentas	3 510	(3 214)	58	—	(1)	(108)	245	
Equipamento informático	39 871	(35 627)	1 773	5	(14)	(1 779)	4 228	
Instalações interiores	7 686	(4 722)	747	24	(3)	(533)	3 192	
Material de transporte	3 268	(1 520)	579	(14)	(50)	(755)	1 431	
Equipamento de segurança	5 743	(5 523)	31	4	—	(99)	156	
Outro equipamento	1 203	(541)	18	20	—	(142)	558	
Imobilizado em curso	1 200	—	287	(138)	—	—	384	
	<u>71 537</u>	<u>(59 627)</u>	<u>3 600</u>	<u>(43)</u>	<u>(68)</u>	<u>(3 579)</u>	<u>10 770</u>	
Outras imobilizações:								
Património artístico	45	—	—	—	—	—	45	
<i>Total do imobiliz. corpóreo</i>	<u>139 275</u>	<u>(82 645)</u>	<u>4 411</u>	<u>—</u>	<u>(68)</u>	<u>(5 425)</u>	<u>54 233</u>	
	153 162	(92 159)	7 948	—	(75)	(7 511)	58 907	

Descrição	2001						Valor líquido
	31 de Dezembro de 2000		Aquisições	Transferências	Amortiz. do exercício	Abates	
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	580	(417)	—	—	(63)	—	—
Custos plurianuais	1 396	(1 365)	—	—	(31)	—	—
Software	7 727	(5 116)	1 733	663	(1 943)	(10)	3 054
Despesas de investigação e desenvolvimento ...	483	(483)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	1 043	—	1 319	(704)	—	(339)	1 319
	<u>11 229</u>	<u>(7 481)</u>	<u>3 052</u>	<u>(41)</u>	<u>(2 037)</u>	<u>(349)</u>	<u>4 373</u>
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis:							
De serviço próprio	45 189	(6 963)	72	—	(799)	—	37 499
Despesas em edifícios arrendados	20 303	(14 278)	1 041	191	(978)	—	6 279
Outros imóveis	—	—	75	—	—	—	75
Imobilizado em curso:							
De serviço próprio	275	—	354	(275)	—	(145)	209
Despesas em edifícios arrendados	208	—	449	(15)	—	(29)	613
	<u>65 975</u>	<u>(21 241)</u>	<u>1 991</u>	<u>(99)</u>	<u>(1 777)</u>	<u>(174)</u>	<u>44 675</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material	9 008	(8 499)	87	—	(20)	—	576
Máquinas e ferramentas	3 419	(3 089)	90	1	(125)	—	296
Equipamento informático	36 589	(33 534)	3 207	75	(2 093)	—	4 244
Instalações interiores	6 803	(4 126)	788	95	(596)	—	2 964
Material de transporte	3 212	(1 439)	793	52	(769)	(101)	1 748
Equipamento de segurança	5 701	(5 256)	42	—	(267)	—	220
Outro equipamento	1 173	(401)	12	18	(140)	—	662
Imobilizado em curso	210	—	1 158	(101)	—	(67)	1 200
	<u>66 115</u>	<u>(56 345)</u>	<u>6 177</u>	<u>140</u>	<u>(4 010)</u>	<u>(168)</u>	<u>11 910</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	44	—	1	—	—	—	45
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>132 134</u>	<u>(77 585)</u>	<u>8 169</u>	<u>41</u>	<u>(5 787)</u>	<u>(342)</u>	<u>56 630</u>
	<u>143 363</u>	<u>(85 066)</u>	<u>11 221</u>	<u>—</u>	<u>(7 824)</u>	<u>(691)</u>	<u>61 003</u>

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os activos cedidos com acordo de recompra firme apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Títulos de depósito	—	16
Outros títulos	1 275	—
	<u>1 275</u>	<u>16</u>

Estas operações encontram-se igualmente reflectidas em débitos para com instituições de crédito do passivo.

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Depósitos com pré-aviso e a prazo:				
Em instituições no estrangeiro	12 932	98 738	12 932	98 738
Em instituições no País	114 646	13 249	114 646	13 249

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Títulos de depósito no Banco de Portugal (série B)	38 166	56 103	38 166	56 103
Mercado monetário interbancário	—	71 587	—	55 000
Operações de compra com acordo de revenda	28 256	—	28 256	—
Descobertos em depósitos à ordem	115 464	71 328	115 464	3 491
Hot-Moneys	176 789	137 668	176 789	98 158
Outras aplicações	3 000	129 651	3 473	129 652
	489 253	578 324	489 726	454 391
Provisões para risco-país (nota n.º 25)	(1)	(2)	(1)	(2)
	489 252	578 322	489 725	454 389

Os títulos de depósito (série B) vencem juros a uma taxa revista trimestralmente e têm vencimento até 2004. Em 31 de Dezembro de 2002, a taxa de juro anual destes títulos era de 3,28% (3,76% em 31 de Dezembro de 2001).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	422 831	427 618	423 304	371 522
De três meses a um ano	17 770	102 764	17 770	34 927
De um ano a cinco anos	48 652	47 942	48 652	47 942
	489 253	578 324	489 726	454 391

Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Crédito interno:				
Descontos comerciais	123 655	112 574	123 655	112 574
Créditos em conta corrente	523 715	495 420	523 715	495 420
Outros créditos titulados por efeitos	46 399	39 303	46 399	39 303
Descobertos em depósitos à ordem	312 810	294 383	312 810	294 383
Habitação	1 969 939	1 588 259	1 969 939	1 588 259
Empréstimos a médio e longo prazo	261 900	158 973	261 900	158 973
Operações de locação financeira	4 523	9 300	4 523	9 300
Operações de <i>factoring</i>	73 999	122 993	73 999	122 993
Crédito ao consumo	486 260	359 718	486 260	359 718
Outros créditos	82 079	57 016	82 079	57 016
	3 885 279	3 237 939	3 885 279	3 377 872
Crédito ao exterior	291 860	270 637	291 860	270 637
	4 177 139	3 508 576	4 177 139	3 648 509
Crédito e juros vencidos	28 392	28 643	28 392	29 106
	4 205 531	3 537 219	4 205 531	3 677 615
Provisões:				
Para crédito e juros vencidos	(15 806)	(12 892)	(15 806)	(13 168)
Para créditos de cobrança duvidosa	(1 436)	(601)	(1 436)	(601)
Para risco país	(471)	(63)	(471)	(63)
	(17 713)	(13 556)	(17 713)	(13 832)
	4 187 818	3 523 663	4 187 818	3 663 783

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, durante os exercícios de 2002 e 2001, é apresentado na nota n.º 25.

Além destas provisões, o Banco dispõe das seguintes provisões para riscos de crédito:

	2002	2001
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Provisão genérica para crédito concedido	42 882	35 937
Provisão genérica para crédito por assinatura	2 069	1 439
Provisão para riscos específicos	668	1 685
	45 619	39 061

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	1 010 870	891 618	1 010 870	905 952
De três meses a um ano	390 566	413 742	390 566	445 148
De um ano a cinco anos	1 044 005	331 346	1 044 005	400 886
Mais de cinco anos	1 731 698	1 871 870	1 731 698	1 896 523
	<u>4 177 139</u>	<u>3 508 576</u>	<u>4 177 139</u>	<u>3 648 509</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a composição da carteira de créditos sobre clientes do BSP por sectores de actividade é a seguinte:

	2002			2001		
	Vivo	Vencido	Total	Percent.	Total	Percent.
Agricultura e silvicultura	27 563	122	27 685	0,66	31 221	0,88
Pescas	40	—	40	—	159	—
Indústrias extractivas	82 604	203	82 807	1,97	39 865	1,13
Indústrias transformadoras:						
Alimentação, bebidas e tabaco	92 616	3 359	95 975	2,28	39 842	1,13
Têxteis, vestuário e couro	57 173	1 109	58 282	1,39	51 391	1,45
Madeira e cortiça	15 167	139	15 306	0,36	12 037	0,34
Papel, gráficas e editoriais	10 966	26	10 992	0,26	12 954	0,37
Indústria química	33 235	12	33 247	0,79	36 619	1,04
Produtos minerais não metálicos	46 824	84	46 908	1,12	42 682	1,21
Metalurgia	30 390	134	30 524	0,73	28 021	0,79
Máquinas e material de transporte	38 906	317	39 223	0,93	35 456	1,00
Electricidade, água e gás	56 959	5	56 964	1,35	12 146	0,34
Construção e obras públicas	152 048	790	152 838	3,63	130 160	3,68
Comércio e hotelaria:						
Comércio por grosso	121 535	1 503	123 038	2,93	97 137	2,75
Comércio de retalho	106 548	523	107 071	2,55	87 256	2,47
Restaurantes e hotéis	7 711	183	7 894	0,19	9 944	0,28
Transportes e comunicações	115 689	103	115 792	2,75	115 115	3,25
Instituições financeiras não monetárias	50 417	—	50 417	1,20	46 079	1,30
Sector público administrativo	4 313	—	4 313	0,10	835	0,02
Outras empresas de serviços	249 194	206	249 400	5,93	173 659	4,91
Crédito a particulares:						
Habitação	1 969 939	11 124	1 981 063	47,11	1 576 445	44,57
Consumo	600 208	8 360	608 568	14,47	486 068	13,74
Crédito ao exterior	291 860	—	291 860	6,94	85 364	2,41
Outros créditos	15 234	90	15 324	0,36	202 798	5,74
Créditos sobre clientes — sucursais	—	—	—	—	183 966	5,20
	<u>4 177 139</u>	<u>28 392</u>	<u>4 205 531</u>	<u>100,00</u>	<u>3 537 219</u>	<u>100,00</u>

Em 2002, os créditos concedidos pelas sucursais passaram a ser afectos aos respectivos sectores de actividade.

15 — Reavaliações de immobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2002, o efeito das reavaliações do immobilizado corpóreo pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Imóveis:							
De serviço próprio	42 885	2 436	45 321	(8 068)	(494)	(8 562)	36 759
Despesas em edif. arrendados	22 649	—	22 649	(16 229)	—	(16 229)	6 420
Outros	76	—	76	—	—	—	76
Imobilizado em curso	163	—	163	—	—	—	163
	<u>65 773</u>	<u>2 436</u>	<u>68 209</u>	<u>(24 297)</u>	<u>(494)</u>	<u>(24 791)</u>	<u>43 418</u>

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Equipamento:							
Mobiliário e material	8 312	817	9 129	(7 736)	(817)	(8 553)	576
Máquinas e ferramentas	3 086	392	3 478	(2 841)	(392)	(3 233)	245
Equipamento informático	38 828	2 593	41 421	(34 600)	(2 593)	(37 193)	4 228
Instalações interiores	8 056	354	8 410	(4 864)	(354)	(5 218)	3 192
Material de transporte	3 085	—	3 085	(1 654)	—	(1 654)	1 431
Equipamento de segurança	5 300	478	5 778	(5 144)	(478)	(5 622)	156
Outro equipamento	1 236	5	1 241	(678)	(5)	(683)	558
Imobilizado em curso	384	—	384	—	—	—	384
	<u>68 287</u>	<u>4 639</u>	<u>72 926</u>	<u>(57 517)</u>	<u>(4 639)</u>	<u>(62 156)</u>	<u>10 770</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	45	—	—	—	—	—	45
	<u>134 105</u>	<u>7 075</u>	<u>141 135</u>	<u>(81 814)</u>	<u>(5 133)</u>	<u>(86 947)</u>	<u>54 233</u>

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
À vista:				
Depósitos à ordem:				
Do Banco de Portugal	71	—	71	—
De instituições no país	7 537	15 557	7 537	15 557
De instituições no estrangeiro	22 936	342 728	22 918	342 728
	<u>30 544</u>	<u>358 285</u>	<u>30 526</u>	<u>358 285</u>
A prazo ou com pré-aviso:				
Recursos do mercado monetário interbancário	45 000	418 000	45 000	417 000
Depósitos a prazo e outros recursos:				
De instituições no estrangeiro	246 311	659 623	246 311	659 623
De instituições no País	1 550 081	156 219	1 550 082	155 232
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	1 275	16	1 275	16
	<u>1 842 667</u>	<u>1 232 858</u>	<u>1 842 668</u>	<u>1 231 871</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses (inclui pré-aviso)	1 074 525	1 030 498	1 074 526	1 029 511
De três meses a um ano	47 894	43 380	81 859	185 376
De um ano a cinco anos	3 029	6 765	12 629	53 194
Mais de cinco anos	—	—	79	—
	<u>73 862</u>	<u>71 808</u>	<u>1 049 076</u>	<u>890 554</u>

Débitos para com clientes:

Esta rubrica, a nível individual e consolidado, apresenta a seguinte composição de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	Depósitos de poupança		Outros débitos a prazo	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	22 939	21 663	954 509	651 984
De três meses a um ano	47 894	43 380	81 859	185 376
De um ano a cinco anos	3 029	6 765	12 629	53 194
Mais de cinco anos	—	—	79	—
	<u>73 862</u>	<u>71 808</u>	<u>1 049 076</u>	<u>890 554</u>

19 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica, a nível individual e consolidado, tem a seguinte composição:

	2002	2001
Obrigações em circulação:		
Obrigações de caixa	490 650	411 198
Outros:		
Certificados de depósito	—	5 000

Obrigações em circulação em 31 de Dezembro de 2002 (nota n.º 19)

Titulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percent.)	Data de vencimento	Indexante
Santander 2008	PTE	14 964	(a)	9-7-2008	Yield benchmark das OT a 10 anos.
Euro Equilíbrio Santander	EUR	15 000	(a)	10-2-2004	Euribor 6 M.
Euro Futuro Santander	EUR	5 000	(a)	10-2-2009	Euribor 12M.
Euro Rendimento Semestral	EUR	7 883	(a)	25-4-2003	Euribor 6M.
Super Aplicação Milénio III	EUR	10 000	(a)	3-1-2003	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Super Aplicação Milénio V	EUR	7 575	(a)	26-2-2003	Índice PSI 20.
Investimento Europa 2003	EUR	10 033	(a)	26-6-2003	Índices Dow Jones Eurostoxx Bank e Dow Jones Eurostoxx Technology.
Cabaz BPES	EUR	13 345	(a)	31-1-2003	Cabaz de acções SCH, PT, EDP e Sonae SGPS.
Rendimento Garantido 30 Meses	EUR	11 250	4,80	31-1-2003	—
BSP Cupão Zero — Agosto 2000	EUR	2 300	(b)	20-5-2003	—
Santander 50-30-20	EUR	4 211	(a)	20-5-2003	Índice PSI 20, IBEX 35 e DAX.
Santander 50-30-20, Taxa garantida	EUR	9 273	(a)	20-11-2003	Índice PSI 20, IBEX 35 e DAX.
Santander Plano Novo Investidor 9 Mais	EUR	15 000	(a)	31-3-2004	Índice Nasdaq 100.
BSP Cupão Zero — Fevereiro 2001	EUR	9 600	(b)	27-2-2004	—
PSI 20 Rendimento Seguro	EUR	12 381	(a)	10-3-2004	Índice PSI 20.
PSI 20 110%	EUR	7 863	(a)	10-3-2004	Índice PSI 20.
Europa Top 50	EUR	15 881	(a)	2-10-2003	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Banca Europa	EUR	10 000	(a)	7-8-2003	Índice Dow Jones Eurostoxx Bank.
Rendibilidade Garantida	EUR	10 000	(a)	11-12-2003	Índice Santander & Poor's 500.
Super Taxa Garantida	EUR	10 000	(a)	13-12-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Telecomunicações	EUR	8 695	(a)	20-4-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Investimento Plus — Out2001	EUR	5 000	(a)	1-10-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Taxa Fixa 2002	EUR	125 000	5,30	2-5-2009	—
Crescimento Garantido	EUR	7 731	(a)	28-3-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Crescente	EUR	15 492	3,50	8-4-2004	—
Euro Preço/valor	EUR	27 559	(a)	28-1-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Multisatisfação	EUR	17 978	(a)	14-6-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.
Santander Max 4	EUR	11 972	(a)	29-4-2004	Cabaz de acções Sony Corp., Nokia OYJ, BMW e Coca-Cola Co.
Max Desporto	EUR	15 596	(a)	8-7-2004	Cabaz de acções Reebok Internacional, Ltd., Nike INC e Adidas — Salomon AG.
Santander Real Estate	EUR	7 993	(a)	4-8-2005	Haus-Invest.
Santander Duplo Rendimento	EUR	5 000	(a)	16-12-2005	Cabaz de acções British Petroleum, Sony Corp, McDonald's Corp e Groupe Danone.
Crescimento Europa 22	EUR	9 456	(a)	7-12-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Euro Dólar Valorização	EUR	6 963	(a)	17-12-2005	Taxa de câmbio EUR/USD.
Santander Valor Europa	EUR	7 500	(a)	7-10-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Valor Oriente	EUR	9 257	(a)	4-11-2005	Taxa de câmbio EUR/JPY.
Investimento Banca	EUR	7 898	(a)	16-1-2006	Cabaz de acções de Banco Popular Español, Unicredito Italiano Spa e Abbey National Plc.

(a) Variável.

(b) Cupão zero.

21 — Débitos sobre empresas do grupo e accionistas:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais débitos mantidos com empresas do Grupo e os respectivos juros gerados durante os exercícios, eram os seguintes:

	2002			2001			
	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos equiparados	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Juros e custos equipar.
Santander Central Hispano	26 990	—	6 658	—	—	—	—
Banco Totta & Açores, S. A.	1 590 682	—	37 934	441 607	—	—	9 217
Crédito Predial Português, S. A.	94	—	253	10 289	—	—	187

	2002			2001			
	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos equiparados	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Juros e custos equipar.
Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.	135 790	—	2 729	71 567	—	—	64
Foggia — SGPS, S. A.	—	65 808	3 767	—	305 462	—	26
Santander Imovest — SGFII, S. A.	—	71	—	—	13	—	—
BSN Dealer — Soc. Financ. de Corretagem, S. A.	—	486	6	—	—	—	1
Santander — SGFIM, S. A.	—	385	9	—	189	—	—
SCH Leasing	2	—	—	—	—	—	—
Banco Totta de Angola, S. A. R. L.	—	—	4	—	—	—	—
BCI Factoring	—	—	—	987	—	—	—
Santander-Rent — Com. e Aluguer de Bens, S. A.	—	—	—	—	46	—	—
Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.	—	—	—	—	53	349	2
BSN Assessoria Financeira	—	—	—	—	67	—	—

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a nível individual e consolidado, esta rubrica tem a seguinte composição:

Obrigações de caixa subordinadas:

BSP Subordinadas/94 — 1.ª emissão	49 880
BSP Subordinadas/94 — 2.ª emissão	37 410
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2001	174 579
	<u>261 869</u>

Condições dos passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2002 (nota n.º 22)

Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percent.)	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de
Obrig. de Caixa Subord. BSP/94 — 1.ª série	EUR	49 880	4,56	22 de Fevereiro de 2004	—
Obrig. de Caixa Subord. BSP/94 — 2.ª série	EUR	37 410	4,75	26 de Maio de 2004	26 de Maio de 1999
Obrig. Perpétuas Subord. 2001	EUR	174 579	5,88	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		<u>261 869</u>			

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Passivos eventuais:				
Garantias e avals prestados	195 297	138 697	195 297	138 697
Créditos documentários abertos	5 049	5 200	5 049	5 200
Activos dados em garantia:				
Banco de Portugal	46 230	46 230	46 230	46 230
Contribuição anual Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 3.3, alínea l)]	3 901	2 928	3 901	2 928
Sistema de indemnização aos investidores	1 108	2 366	1 108	2 366
Outros activos	456	631	456	631
Outros	456	631	456	631
	<u>253 397</u>	<u>197 408</u>	<u>253 397</u>	<u>197 408</u>
Compromissos:				
Linhas de crédito revogáveis	487 378	1 011 286	487 378	1 011 286
Compromissos irrevogáveis	88 074	63 481	88 074	70 581
	<u>575 452</u>	<u>1 074 767</u>	<u>575 452</u>	<u>1 081 867</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica de activos dados em garantia ao Banco de Portugal corresponde aos títulos de depósito — série B, dados em penhor como garantia do bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais a nível individual e consolidado:

	2002	2001
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):		
Compras	303 420	335 655
Vendas	300 552	331 550
Operações <i>swap</i> de moeda:		
Compras	14 731	13 665
Vendas	17 651	13 635
Operações <i>swap</i> de taxa de juro:		
Compras	385 268	593 379
Vendas	—	593 379
Operações <i>swap</i> de moeda e taxa de juro (<i>cross currency swaps</i>):		
Compras	213 671	231 784
Vendas	205 410	223 523
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros:		
<i>Equity swaps</i>	333 875	371 785
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs)		
	20 000	—
Contratos de garantia de taxa de juro:		
Sobre taxas activas <i>caps</i>	—	2 494
Sobre taxas passivas <i>caps</i>	—	2 494
Depósito e guarda de valores	2 438 882	1 940 941
Valores recebidos para cobrança	60 654	16 846

Durante o exercício de 2002, o BSP passou a registar em extrapatrimoniais apenas uma das componentes dos *swaps* de taxa de juro.

No âmbito da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas

e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou notional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

Em 31 de Dezembro de 2002, a actividade desenvolvida pelo BSP em operações com derivados traduz-se nos seguintes valores:

	Valor nominal dos contratos			Valor de mercado (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — Compras	—	303 420	303 420	—	238 510	238 510
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — Vendas	—	300 552	300 552	—	(236 577)	(236 577)
<i>Swaps</i> cambiais — Compras	14 731	—	14 731	14 668	—	14 668
<i>Swaps</i> cambiais — Vendas	17 651	—	17 651	(17 535)	—	(17 535)
	<u>32 382</u>	<u>603 972</u>	<u>636 354</u>	<u>(2 867)</u>	<u>1 933</u>	<u>(934)</u>
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>FRA</i> (<i>forward rate agreements</i>)	20 000	—	20 000	(b) —	—	—
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	177 581	207 687	385 268	1 736	7 383	9 119
<i>Caps</i>	7 731	—	7 731	1	—	1
	<u>205 312</u>	<u>207 687</u>	<u>412 999</u>	<u>1 737</u>	<u>7 383</u>	<u>9 120</u>
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Cross currency swaps</i> — Compras	—	213 671	213 671	—	215 050	215 050
<i>Cross currency swaps</i> — Vendas	—	205 410	205 410	—	(206 635)	(206 635)
	<u>—</u>	<u>419 081</u>	<u>419 081</u>	<u>—</u>	<u>8 415</u>	<u>8 415</u>
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	333 875	—	333 875	5 026	—	5 026
	<u>571 569</u>	<u>1 230 740</u>	<u>1 802 309</u>	<u>3 896</u>	<u>17 731</u>	<u>21 627</u>

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras decorrente do registo da reavaliação destes operações).

(b) Tratam-se de dois contratos simétricos com um valor notional de 10 000 milhares de euros cada.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço.

As maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura, são as seguintes:

	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
Swaps cambiais — Compras	14 731	—	—	14 731
Swaps cambiais — Vendas	17 651	—	—	17 651
	<u>32 382</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>32 382</u>
Contratos sobre taxa de juro:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
FRA (<i>forward rate agreements</i>)	20 000	—	—	20 000
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	48 582	99 671	29 328	177 581
Caps	—	7 731	—	7 731
	<u>68 582</u>	<u>107 402</u>	<u>29 328</u>	<u>205 312</u>
Contratos sobre cotações:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	136 414	197 461	—	333 875
	<u>237 378</u>	<u>304 863</u>	<u>29 328</u>	<u>571 569</u>

As maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — Compras	303 420	—	—	303 420
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — Vendas	300 562	—	—	300 552
	<u>603 972</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>603 972</u>
Contratos sobre taxa de juro:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	—	—	207 687	207 687
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):				
Cross currency swaps — Compras	—	—	213 671	205 410
Cross currency swaps — Vendas	—	—	205 410	205 410
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>419 081</u>	<u>419 081</u>
	<u>603 972</u>	<u>—</u>	<u>626 768</u>	<u>1 230 740</u>

24 — Pensões de reforma:

As responsabilidades com pensões são apresentadas na nota n.º 49.

25 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2002 e 2001, foi o seguinte:

Individual:

	2002						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em substituições de crédito (nota n.º 14)	2	97	(3)	(95)	—	—	1
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	12 892	7 049	(665)	(3 470)	—	—	15 806
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	601	847	(208)	—	196	—	1 436
Risco-país — crédito ao exterior (nota n.º 14)	63	547	(139)	—	—	—	471
Risco país — títulos (nota n.º 14)	4 999	—	(4 999)	—	—	—	—

	2002						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transfe-rências	Outros	
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	418	8 184	(262)	—	—	(1)	8 339
Outras aplicações (nota n.º 31)	137	564	—	—	1 132	—	1 833
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	39 061	9 074	(737)	(451)	(1 328)	—	45 619
Outros riscos e encargos	6 514	6 673	(2 967)	—	10 580	—	20 800
Provisões para pensões e encargos similares	1 111	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	7 790	5 449	(2 658)	—	(10 580)	(1)	—
	73 588	38 484	(12 638)	(4 016)	—	(2)	95 416
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	401	244	(40)	—	—	(17)	588
	73 989	38 728	(12 678)	(4 016)	—	(19)	96 004

	2001						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transfe-rências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em ins-tituições de crédito (nota n.º 14)	2	2	(2)	—	—	—	2
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	12 353	8 222	(490)	(7 193)	—	—	12 892
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	422	208	(29)	—	—	—	601
Risco-país — crédito ao exterior (nota n.º 14)	56	92	(85)	—	—	—	63
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	427	6	(15)	—	—	—	418
Risco país — títulos (nota n.º 14)	4 956	4 999	(4 946)	—	—	—	4 999
Outras aplicações (nota n.º 31)	157	—	—	—	(20)	—	137
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	30 543	6 866	(351)	—	2 003	—	39 061
Outros riscos e encargos	2 627	100	(381)	—	4 169	(1)	6 514
Provisões para pensões e encargos similares	1 111	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	10 586	11 853	(8 477)	—	(6 172)	—	7 790
	63 240	32 348	(14 786)	(7 193)	(20)	(1)	73 588
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	399	—	(25)	—	20	7	401
	63 639	32 348	(14 811)	(7 193)	—	6	73 989

Consolidado:

	2002							Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Alteração do perímetro de consol.	Transfe-rências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instit. de crédito (nota n.º 14)	2	97	(3)	(95)	—	—	—	1
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	13 168	7 049	(665)	(3 470)	(276)	—	—	15 806
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	601	847	(208)	—	—	196	—	1 436
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	63	547	(139)	—	—	—	—	471
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	419	8 184	(264)	—	—	—	—	8 339
Risco país — títulos (nota n.º 14)	4 999	—	(4 999)	—	—	—	—	—
Outras aplicações (nota n.º 31)	139	564	—	—	(2)	1 132	—	1 833
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	40 432	9 074	(737)	(451)	(1 371)	(1 328)	—	45 619
Outros riscos e encargos	6 514	6 674	(2 968)	—	—	10 580	—	20 800
Provisões para pensões e encargos similares	1 111	—	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	7 790	5 448	(2 658)	—	—	(10 580)	—	—
	73 238	38 484	(12 641)	(4 016)	(1 649)	—	—	95 416
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	391	244	(29)	—	—	—	(18)	588
	75 629	38 728	(12 670)	(4 016)	(1 649)	—	(18)	96 004

	2001						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transfe-rências	Outros	
Crédito vencido e risco país — aplicações em ins-tituições de crédito (nota n.º 14)	2	2	(2)	—	—	—	2
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	12 709	8 353	(493)	(7 401)	—	—	13 168
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	423	219	(29)	(12)	—	—	601
Risco país — crédito ao exterior (nota n.º 14)	56	92	(85)	—	—	—	63
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	427	8	(57)	—	—	41	419

	2001						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Outros	
Risco país — títulos (nota n.º 10)	4 956	4 999	(4 956)	—	—	—	4 999
Outras aplicações (nota n.º 31)	159	—	(23)	—	—	3	139
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	31 549	7 222	(328)	—	2 003	(14)	40 432
Outros riscos e encargos	2 627	100	(381)	—	4 169	(1)	6 514
Provisões para pensões	1 111	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	10 586	11 853	(8 477)	—	(6 172)	—	7 790
	64 605	32 848	(14 831)	(7 413)	—	29	75 238
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	389	—	(5)	—	—	7	391
	64 994	32 848	(14 836)	(7 413)	—	36	75 629

26 — Títulos de negociação, investimento e imobilizações financeiras:

Estes critérios de classificação encontram-se explicados nas notas n.º 3.3, alíneas e) e f).

27 — Contas de regularização:

Activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Proveitos a receber	44 173	43 589	44 221	41 411
Operações com títulos a regularizar	151	—	151	—
Despesas com custo diferido:				
Reformas antecipadas (nota n.º 49):				
De 2002	4 631	—	4 631	—
De 2001	775	872	775	872
Crédito à habitação — oferta de mobília, lar e carro	4 402	3 899	4 402	3 899
Outras	725	760	725	831
Impostos a recuperar — IRC (nota n.º 41)	9 800	9 800	9 800	9 824
Flutuação de valores:				
Perdas actuariais e financeiras (nota n.º 49)	7 430	468	7 430	468
Outras	1	—	1	—
Operações activas a regularizar com clientes	14 809	4 206	14 809	5 595
Proveitos e custos em suspenso [nota n.º 3.3, alínea b)]:				
Opções compradas	—	10	—	10
Prémio/desconto em <i>swaps</i> de moeda	54	—	54	—
Reavaliação da posição cambial a prazo	1 933	2 849	1 933	2 849
Reavaliação de <i>swaps</i> [nota n.º 3.3, alínea b)]	15 798	16 594	15 798	16 594
Economato	379	196	379	196
Valor a receber do BSNP por gestão de carteira	14 999	9 542	14 999	9 542
Outras	1 149	—	1 080	—
	121 209	92 785	121 188	92 091

A rubrica de crédito à habitação — Oferta Mobília, Lar e Carro é referente aos encargos que o Banco suportou com estas campanhas, os quais estão a ser objecto de amortização. O montante amortizado em 2002 ascendeu a 198 milhares de euros.

Passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Custos a pagar:				
Juros	45 933	39 878	45 933	39 878
Férias e subsídio de férias	5 618	5 328	5 618	5 399
Outras remunerações variáveis	2 750	2 880	2 750	2 880

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Fundo de garantia de depósitos	611	611	611	611
Facturas em recepção e conferência	739	3 353	739	3 353
Outros	656	332	667	440
	56 307	52 382	56 318	52 561
Receitas com proveito diferido	2 750	1 374	2 750	1 390
Proveitos e custos em suspenso (nota n.º 3.3, alínea b)]:				
Amortização de prémios de opções	—	75	—	75
Outras	116	66	37	154
	59 173	53 897	59 105	54 180

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	BSP	
	2002	2001
Títulos de investimento e a vencimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	1 803	2 304
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	15	21

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e a vencimento o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados), encontra-se detalhada na nota n.º 10.

29 — Capital e prémios de emissão:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital do Banco está representado por 31 116 036 acções com um valor nominal de cinco euros cada, estando totalmente subscrito e realizado. Nestas datas os principais accionistas do Banco eram os seguintes:

	Porcentagem
Foggia — SGPS, S. A.	82,06
Royal Bank of Scotland (Europe), Ltd.	12,74
Petrofinac — SGPS, S. A.	3,06
Outros	2,14
	100,00

Nos termos do artigo n.º 319 do Código das Sociedades Comerciais, as assembleias gerais de accionistas têm aprovado deliberações que permitem ao Banco adquirir acções próprias até ao limite correspondente de 10% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco mantinha em carteira 88 444 acções próprias.

Nos termos da portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31 — Outros activos e outros passivos:

Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Aplicações por recuperação de créditos — imóveis	1 599	547	1 599	549
Promessas de dação	1 200	—	1 200	—
Bonificações a receber do Estado português	9 335	2 243	9 335	2 243
Outras imobilizações financeiras:				
TAFIL — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	56 115	56 115	—	—
TREM — Aluguer de Material Circulante, A. C. E.	9 899	6 274	9 899	6 274
AUTOLOC — Aluguer de Autocarros, A. C. E.	775	775	775	775
Outras	53	10	53	10
Contribuições de capital:				
Ausant Merchant	52 526	106 526	52 526	106 526

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Outras disponibilidades	130	444	130	442
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	40	15	40	15
Operações com o estrangeiro a regularizar	265	—	265	—
Valores a regularizar com o fundo de pensões (nota n.º 49)	358	—	358	—
IVA a recuperar	—	—	—	878
Devedores diversos	2 139	5 038	2 162	5 039
	<u>134 918</u>	<u>178 252</u>	<u>78 826</u>	<u>123 016</u>
Provisão para outras aplicações (nota n.º 25)	(1 833)	(137)	(1 833)	(139)
	<u>133 085</u>	<u>178 115</u>	<u>76 993</u>	<u>122 877</u>

O saldo da rubrica de promessas de dação corresponde a acordos de dação em cumprimento celebrados com clientes, cuja escritura ainda não se encontra formalizada.

Em 2001 o BSP adquiriu uma participação de 25,3% na Ausant Merchant (entidade do Grupo SCH), a qual foi registada na carteira de títulos de investimento. Adicionalmente, o BSP concedeu-lhe contribuições de capital no montante de 106 526 milhares de euros. Este investimento não foi registado pelo método da equivalência patrimonial, dado o BSP não ter influência na gestão.

Em 2002, o BSP cedeu ao Totta parte das contribuições de capital, no montante de 54 000 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a provisão para outras aplicações tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Aplicações por recuperação de créditos — imóveis	667	137	667	139
Promessas de dação	1 166	—	1 166	—
	<u>1 833</u>	<u>137</u>	<u>1 833</u>	<u>139</u>

Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Credores por valores a liquidar	413	8 057	413	8 646
Credores por operações de <i>factoring</i>	62 108	63 522	62 108	63 522
Credores por oferta mobília, lar e carro	1 205	508	1 205	508
Retenção de impostos na fonte	2 651	2 128	2 651	2 135
Contribuições para a segurança social	—	335	—	344
Conta a pagar ao fundo de pensões (nota n.º 49)	—	468	—	468
Impostos sobre lucros a pagar	6 526	—	6 526	477
IVA a pagar	514	308	514	577
Fornecedores	3 217	1 600	3 217	6 122
Outros	73	10	318	10
	<u>76 707</u>	<u>76 936</u>	<u>76 952</u>	<u>82 809</u>

33 — Operações a prazo ainda não vencidas à data do balanço:

Esta informação encontra-se incluída na nota n.º 23.

34 — Efectivos:

O número de colaboradores do BSP em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 apresenta a seguinte composição:

	2002	2001
Direcção	115	99
Chefias e gerência	237	239
Técnicos informáticos	31	36
Outros técnicos	415	401
Administrativos	216	164
Comerciais	324	398
	<u>1 338</u>	<u>1 337</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2002 e 2001, as remunerações e outros encargos atribuídos aos órgãos de administração e fiscalização do BSP ascendem a 719 milhares de euros e 609 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002 os adiantamentos ou créditos a membros dos órgãos sociais ascendiam a 665 milhares de euros, concedidos no âmbito da política de crédito habitação definida para todos os colaboradores do Grupo. Não existem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos, a nível individual, expressos em moeda estrangeira representam, aproximadamente, 7,53% e 7,95% do valor global do activo e passivo, respectivamente (6% e 4% em 31 de Dezembro de 2001).

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a distribuição dos proveitos por mercados geográficos, tem a seguinte composição:

Individual:

Rubrica	2002				Total
	Europa		América	Nassau	
	Portugal	SFE Madeira	—		
Juros e proveitos equiparados	221 341	4 184	6 830	232 355	
Rendimento de títulos	11 353	—	—	11 353	
Comissões	41 176	—	72	41 248	
Lucros em operações financeiras	40 723	19 641	1 114	61 478	
Outros proveitos de exploração	5 288	6	21	5 315	
	<u>319 881</u>	<u>23 831</u>	<u>8 037</u>	<u>351 749</u>	

Rubrica	2001				Total
	Europa		América	Nassau	
	Portugal	SFE Madeira	—		
Juros e proveitos equiparados	214 230	4 981	22 591	241 802	
Rendimento de títulos	1 740	—	—	1 740	
Comissões	29 133	—	176	29 309	
Lucros em operações financeiras	69 258	13 370	55	82 683	
Outros proveitos de exploração	8 828	7	18	8 853	
	<u>323 189</u>	<u>18 358</u>	<u>22 840</u>	<u>364 387</u>	

Consolidado:

Rubrica	2002				Total
	Europa			América	
	Portugal	SFE Madeira	Irlanda	— Nassau	
Juros e proveitos equiparados	221 341	4 184	2 637	6 830	234 992
Rendimento de títulos	8 730	—	—	—	8 730
Comissões	41 176	—	—	72	41 248
Lucros em operações financeiras	40 723	19 641	4	1 114	61 482
Outros proveitos de exploração	5 288	6	—	21	5 315
	<u>317 258</u>	<u>23 831</u>	<u>2 641</u>	<u>8 037</u>	<u>351 767</u>

Rubrica	2001				Total
	Europa			América	
	Portugal	SFE Madeira	Irlanda	— Nassau	
Juros e proveitos equiparados	215 965	4 981	2 297	22 591	245 834
Rendimento de títulos	488	—	—	—	488
Comissões	29 133	—	—	176	29 309
Lucros em operações financeiras	69 258	13 370	29	55	82 712
Outros proveitos de exploração	9 401	7	—	18	9 426
	<u>324 245</u>	<u>18 358</u>	<u>2 326</u>	<u>22 840</u>	<u>367 769</u>

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros custos de exploração:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Quotizações e donativos	60	62	60	62
Despesas relacionadas com cartões	132	62	132	62
Despesas de utilização de sistema	1 463	1 229	1 463	1 229
Outros	601	529	601	581
	<u>2 256</u>	<u>1 882</u>	<u>2 256</u>	<u>1 934</u>

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Outros proveitos de exploração:				
Recuperação de créditos incobráveis	1 480	1 071	1 480	1 071
Prestação de serviços diversos	1 208	4 168	1 208	3 464
Reembolso de despesas	1 953	2 781	1 953	3 852
Mais-valias em bens de locação financeira	—	—	—	206
Rendimento de imóveis	9	20	9	20
Aluguer de terminais de pagamento automático	490	—	490	—
Outros	175	813	175	813
	<u>5 315</u>	<u>8 853</u>	<u>5 315</u>	<u>9 426</u>
Perdas extraordinárias:				
Liquidações adicionais de IRC (nota n.º 41)	2 306	1 736	2 306	1 736
Alienação de créditos	196	—	196	—
Menos-valias na realização de valores imobilizados	13	14	13	14
Multas e penalidades	138	444	138	444
Encargos com reformas antecipadas (nota n.º 49)	179	97	179	97
Indemnizações por passagem à reforma antecipada	234	—	234	—
Outras perdas extraordinárias	908	5	913	10
	<u>3 974</u>	<u>2 296</u>	<u>3 979</u>	<u>2 301</u>
Ganhos extraordinários:				
Juros e comissões de exercícios anteriores	121	—	121	—
Excesso de estimativa de IRC	4 893	—	4 893	—
Reembolso de despesas	590	—	590	—
Mais-valias na venda de imóveis	50	42	50	—
Outros ganhos extraordinários	96	9	58	—
	<u>5 750</u>	<u>51</u>	<u>5 712</u>	<u>—</u>

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os encargos imputados e pagos no exercício de 2002, relativos às obrigações de caixa subordinadas e às obrigações perpétuas subordinadas foram os seguintes:

	BSP		Consolidado	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
Obrigações de caixa subordinadas	3 437	3 259	3 437	3 259
Obrigações perpétuas subordinadas	9 576	9 072	9 152	8 798
	<u>13 013</u>	<u>12 331</u>	<u>12 589</u>	<u>12 057</u>

41 — Impostos:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionado daquela dotação, foi a seguinte:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Dotações para impostos sobre lucros	6 500	4 988	6 790	5 409
Lucro do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros	39 607	30 787	41 135	32 240
Carga fiscal (percentagem)	16,41	16,20	16,51	16,78

Para a redução da carga fiscal face à taxa normal em 2002 contribuiu, nomeadamente, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na região autónoma da Madeira, os prejuízos apurados por agrupamentos complementares de empresas em que o Banco participa, os benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos e as responsabilidades relativas a reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores.

As autoridades fiscais têm a faculdade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, podendo resultar dessa revisão, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1999 a 2002.

As autoridades fiscais analisaram, em sede de IRC, imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e imposto do selo, a situação tributária referente aos exercícios até 1999.

Relativamente aos exercícios até 1998, inclusive, o BSP deduziu reclamações gratuitas, tendo aderido em alguns casos ao Plano Mateus, mediante pagamento dos valores liquidados. Em resultado das citadas reclamações, o BSP tem registado um valor a receber de 9800 milhares de euros (nota n.º 27).

O BSP foi notificado de correcções referentes ao exercício de 1999, as quais se traduziram numa liquidação adicional de 2289 milhares de euros (nota n.º 39). Durante o exercício de 2002, procedeu ao pagamento do montante liquidado e ao respectivo registo em custos extraordinários. No entanto, apresentou reclamação gratuita relativamente à maioria das correcções efectuadas, no montante de 1993 milhares de euros.

Para fazer face ao diferencial entre os valores reclamados e os pagos e a outras contingências, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o BSP

tem constituídas provisões em outros riscos e encargos e no fundo para riscos bancários gerais, respectivamente.

Na opinião do conselho de administração do BSP, não é previsível que qualquer outra liquidação adicional, relativamente aos exercícios de 1999 a 2002, seja significativa para as demonstrações financeiras.

43 — Consolidação com detentores de capital:

As contas anuais do BSP são consolidadas com as do Totta, as quais se encontram disponíveis na Rua do Ouro, 81, em Lisboa.

45 — Operação de locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes das operações de locação financeira são os seguintes:

	2002	2001
Crédito concedido	4 523	9 300

49 — Responsabilidades com pensões:

Em 1988 o BSP constituiu um fundo de pensões que se destina a fazer face às responsabilidades do Banco relativamente a pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência para a totalidade do seu pessoal.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BSP relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
Empregados no activo	45 273	41 727
Reformados e pensionistas	2 150	1 080
Reformados antecipadamente	32 896	26 369
	<u>80 319</u>	<u>69 176</u>

Cobertura das responsabilidades:

Valor patrimonial do fundo, fornecido pela entidade gestora	80 677	68 708
Valores a regularizar com o fundo de pensões (nota n.º 31)	(358)	—
Outros passivos (nota n.º 31)	—	468
	<u>80 319</u>	<u>69 176</u>

Despesas com custo diferido (nota n.º 27) 5 406 872

Estimativa das responsabilidades por serviços futuros

	82 512	79 389
--	--------	--------

Ao abrigo das disposições transitórias em vigor quando da introdução do aviso n.º 12/2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para relevar contra reservas livres o acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro.

As despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas apresentaram o seguinte movimento:

Contribuições efectuadas para o fundo de pensões:

Em 2002	4 713
Em 2001	3 981
	<u>8 694</u>

Amortização das despesas com custo diferido em 2002 (nota n.º 39):

Reformas antecipadas de 2002	(82)
Reformas antecipadas de 2001	(97)
	<u>(179)</u>

Amortização das despesas com custo diferido em 2001 (nota n.º 39)

Amortização por reservas em 2001 de custos com reformas antecipadas de (nota n.º 51)

Desp. com custo diferido em 31 de Dez. de 2002

No exercício de 2001, o BSP passou a registar as amortizações das despesas com custo diferido em perdas extraordinárias.

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2002 e 2001, os custos com pensões registados na rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição (nota n.º 55):

	2002	2001
Custo dos serviços correntes	3 269	2 550
Custo dos juros	4 151	2 929
Rendimento esperado	(4 194)	(3 057)
	<u>3 226</u>	<u>2 422</u>
Custos relat. a perdas actuariais e financeiras	—	1 571
	<u>3 226</u>	<u>3 993</u>

Em 2001 o BSP optou por reconhecer em custos com o pessoal parte das perdas actuariais e financeiras existentes no final do exercício e provisionar o valor remanescente, reflectido em flutuação de valores, no âmbito da rubrica de provisões para riscos e encargos.

Em 2002 o BSP decidiu usar a faculdade de diferimento dos desvios actuariais e financeiros permitida pelo aviso n.º 7/2002, não tendo registado o respectivo custo. A evolução na flutuação de valores durante o exercício de 2002, é a seguinte:

Flut. de valores em 31 de Dez. de 2001	468
Perdas actuariais e financeiras, líquidas, geradas/durante o exercício de 2002	6 962
Flut. de valores em 31 de Dez. de 2002 (nota n.º 27)	7 430

O aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal não permite a consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões de empregados no activo. Esta alteração implicou um aumento das responsabilidades com pensões em 31 de Dezembro de 2001, no montante de 12 159 milhares euros. Ainda em 2001 o BSP, após ter obtido autorização do Banco de Portugal, registou este montante por contrapartida de reservas (nota n.º 51).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma e o que efectivamente se verificou nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

	Pressupostos	Valores efectivamente verificados	
		2002	2001
Método actuarial	Projected Unit Credit TV 73/77		
Tábua de mortalidade			
Taxa de rendimento do Fundo	6	(2,99)	0,37
Taxa de cresc. salarial	3	3,20	3,85
Taxa de cresc. das pensões	2	3,20	3,85
Taxa de rotação	Nula	—	—

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BSP. Nesta data o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2002	2001
Empregados no activo	1 327	1 319
Reformados e pensionistas	23	16
Reformados antecipadamente	110	91
	<u>1 460</u>	<u>1 426</u>

O movimento no fundo de pensões durante os exercícios de 2001 e 2002 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2000	50 080
Contribuições dos empregados	254
Contribuição do BSP	20 126
Rendimento líquido do Fundo	(110)
Pensões pagas	(1 642)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2001	68 708
Contribuições dos empregados	288
Contribuição do BSP	15 719
Rendimento líquido do Fundo	(2 018)
Pensões pagas	(2 020)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2002	80 677

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a carteira do fundo de pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	2002	2001
Imóveis arrendados	5 427	4 303
Obrigações de caixa	4 692	5 223
	10 119	9 526

50 — Participações financeiras:

A informação requerida por esta nota encontra-se descrita nas notas n.ºs 3.3, alínea f) e 6.

51 — Reservas, resultados transitados e lucro do exercício:

O movimento nas rubricas de reservas e nos resultados transitados durante os exercícios de 2001 e 2002 foi o seguinte:

Individual:

	Reservas			Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	10 980	11 197	22 862	30 219
Distribuição do lucro do exercício de 2000:				
Transferências para reservas	3 022	27 197	30 219	(30 219)
Amortização de reformas antecipadas e alteração de pressupostos actuariais ...	—	(15 171)	(15 171)	—
Lucro do exercício	—	—	—	25 799
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	14 002	23 908	37 910	25 799
Distribuição do lucro do exercício de 2001:				
Transferências para reservas	2 580	23 219	25 799	(25 799)
Lucro do exercício	—	—	—	33 107
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	16 582	47 127	63 709	33 107

Reserva legal:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação:

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BSP ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital (nota n.º 3.3, alínea g)].

Consolidado:

	Reservas			Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	10 980	12 936	23 916	30 681
Distribuição do lucro do exercício de 2000:				
Transferências para reservas	3 022	27 659	30 681	(30 681)

	Reservas			Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total	
Amortização de reformas antecipadas e alteração de pressupostos actuarias	—	(15 171)	(15 171)	—
Outros	—	3	3	—
Lucro do exercício	—	—	—	26 831
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	<u>14 002</u>	<u>25 427</u>	<u>39 429</u>	<u>26 831</u>
Distribuição do lucro do exercício de 2001:				
Transferências para reservas	2 580	24 251	26 831	(26 831)
Alteração do perímetro de consolidação	—	(1 133)	(1 133)	—
Lucro do exercício	—	—	—	34 345
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	<u>16 582</u>	<u>48 545</u>	<u>65 127</u>	<u>34 345</u>

Nos exercícios de 2002 e 2001, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	Percentagem do BSP	
	2002	2001
Lucro do exercício do BSP individual	33 107	25 799
Lucro líquido:		
TAFIL	2 610	1 700
SCH Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.	1 242	—
Santander Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.	—	393
Anulação de dividendos	(2 624)	(1 466)
Resultado das restantes empresas do Grupo e outros	10	405
	<u>34 345</u>	<u>26 831</u>

52 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Caixa	21 540	23 115	21 540	23 116
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>38 843</u>	<u>107 516</u>	<u>38 843</u>	<u>107 518</u>
	60 383	130 631	60 383	130 634

De acordo com o regulamento n.º 2818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes, estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

53 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Cheques a cobrar	42 818	83 018	42 328	82 299
Depósitos à ordem:				
Em instituições no País	297	25 291	836	25 585
Em instituições no estrangeiro	<u>5 009</u>	<u>322 319</u>	<u>5 009</u>	<u>322 319</u>
	48 124	430 628	48 173	430 203

54 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Títulos de investimento de rendimento variável:				
Ausant Merchant	5 802	—	5 802	—
EDP	2 430	—	2 430	—
Outros	478	—	478	214
Imobilizações financeiras:				
TAFIL	2 624	1 466	—	—
Outras	19	274	20	274
	<u>11 353</u>	<u>1 740</u>	<u>8 730</u>	<u>488</u>

55 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Salários e vencimentos:				
Órgãos de direcção e fiscalização	719	609	719	609
Empregados	34 591	33 259	34 591	33 723
Outras remunerações variáveis	4 787	5 141	4 787	5 141
	<u>40 097</u>	<u>39 009</u>	<u>40 097</u>	<u>39 473</u>
Encargos sociais:				
Encargos com pensões de reforma (nota n.º 49):				
Custo do exercício	3 226	2 422	3 226	2 422
Perdas actuariais e financeiras	—	1 571	—	1 571
Pensões pagas	—	40	—	40
Custos com a segurança social	214	31	214	31
SAMS	1 867	1 811	1 867	1 811
Caixa abono de família	3 429	3 421	3 429	3 421
Outros encargos sociais	716	489	716	595
	<u>9 452</u>	<u>9 785</u>	<u>9 452</u>	<u>9 891</u>
Outros custos com o pessoal:				
Indemnizações contratuais	642	568	642	668
Outros	94	101	94	101
	<u>736</u>	<u>669</u>	<u>736</u>	<u>669</u>
	<u>50 285</u>	<u>49 463</u>	<u>50 285</u>	<u>50 033</u>

O Conselho de administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente, em representação do Banco Santander Central Hispano — *Miller Roy McLean*, vice-presidente, em representação do The Royal Bank of Scotland — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *José Rogério Gestal*, vogal, em representação da Metropolitan Life Insurance Company — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Walter Lindsay Stewart*, vogal.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas individuais)

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total 5 250 414 milhares de euros e capitais próprios de 280 975 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 33 107 milhares de euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima refe-

ridos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações, financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais excepto conforme indicado no parágrafo 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases.* — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em 2803 milhares de euros, num aumento das reservas em 1418 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 1238 milhares de euros.

7 — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 6962 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 27 e 49].

8 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas.

Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa certificação legal das contas datada de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 15 171 milhares de euros (notas n.ºs 3.3, alínea h), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal (contas individuais)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborado pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos pontos 6 e 7 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e f estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório do auditor (contas individuais)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras individuais.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no ponto 4 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios, contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais, excepto conforme indicado

no ponto 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.

4 — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações.

Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em 2803 milhares de euros, num aumento das reservas em 1418 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 1238 milhares de euros.

5 — No exercício de 2002 o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 6962 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 27 e 49].

6 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras datado, de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 15 171 milhares de euros (notas n.ºs 3.3, alínea h), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Auditor, *Deloitte & Touche*.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que, evidencia um total de 5 253 217 milhares de euros e capitais próprios de 283 631 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 34 345 milhares de euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com, os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente, relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findos naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no ponto 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases*. — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo.

As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 6962 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 27 e 49].

7 — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa certificação legal das contas datada de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 15 171 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal (contas consolidadas)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2002 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e das empresas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborado pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório do auditor (contas consolidadas)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Portugal, S. A., (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no ponto 4 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.

4 — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo.

As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 6962 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 27 e 49].

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 27 de Fevereiro de 2002, continha uma

ênfase relativa ao registo por contrapartida de reservas do aumento das responsabilidades com pensões de reforma relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez e à amortização, também por contrapartida de reservas, do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 15 171 milhares de euros [notas n.ºs 3.3, alínea h), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Auditor, *Deloitte & Touche*.

Acta n.º 6 da assembleia geral

Aos oito dias do mês de Maio de 2003, pelas 9:00 horas, nas instalações da sede social do Banco Santander Portugal, S. A., sita na Praça Marquês de Pombal, n.º 2, em Lisboa, reuniram, em assembleia geral, os accionistas do Banco Santander Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 501592245, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 7536, com o capital social de 155580180 euros, devidamente convocados por avisos publicados no Diário da República, 2.ª série, n.º 77/2003, de 1 de Abril, *Boletim de Cotações* de 2 de Abril, no jornal *A Capital* de 31 de Março de 2003 e divulgado no Sistema de Difusão da CMVM no dia 28 de Março de 2003, cujos exemplares ficam arquivados na sociedade como documentos anexos à presente acta e que aqui se dão como reproduzidos. Assumiu a presidência da mesa, o presidente eleito, Engenheiro Eurico (Silva Teixeira de Melo, secretariado pelo Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães, secretário da mesma mesa e a Dr.ª Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes, secretária da sociedade, que verificaram estar presentes ou representados accionistas, possuidores de 30 679 503 acções, correspondentes a 98,5979% do capital social.

Assim, tendo a assembleia sido tempestiva e devidamente convocada pelos avisos acima citados, o presidente da mesa declarou a assembleia legalmente, constituída e em condições de deliberar validamente sobre todos os pontos da ordem do dia.

Foi dispensada a leitura da convocatória por ser do conhecimento de todos os presentes.

Ninguém quis intervir para pedir informações gerais antes da ordem do dia, pelo que se abriu a discussão sobre o primeiro ponto da convocatória:

Ponto 1 da convocatória: deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2002, bem o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício de 2002.

O presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao Dr. Miguel de Bragança, que descreveu a conjuntura macroeconómica e a actividade do banco durante o exercício de 2002.

O Dr. Miguel de Bragança informou considerar que o ano de 2002 foi um ano, complexo em termos de enquadramento macroeconómico, de mercado de capitais e do mercado accionista, mas que dado este contexto de debilidade económica se pode considerar que o exercício do ano foi positivo.

De seguida, teceu mais em detalhe as circunstâncias que permitiram ao Banco apresentar os resultados, ora em análise, que se traduziram num lucro individual líquido de imposto de 33 107 194 euros e num lucro consolidado líquido de imposto de 34 345 174 euros.

Após esta intervenção, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra aos accionistas.

Não tendo havido pedido de esclarecimentos, o presidente da mesa colocou à votação o relatório de gestão do conselho de administração e o balanço e contas relativos ao exercício de 2002, bem como o relatório consolidado de gestão do conselho de administração e o balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2002, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa passou, de imediato, ao ponto 2 da convocatória: deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2002.

O presidente da Mesa informou os senhores accionistas que sobre este tema tinha duas propostas que se complementam, uma apresentada pelo conselho de administração e outra pelo accionista maioritário.

Passou à leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração:

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, referente ao ano de 2002, foi de 33 107 194 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2002 e atribuível ao BSP, foi de 34 345 174 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco.

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 20.º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — 3 310 719 euros para reserva legal;

2 — O remanescente para resultados transitados, deduzido o montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.

De seguida, o presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista maioritário:

A Foggia — SGPS, S. A., vem propor a distribuição global de 604 866 euros aos administradores do Banco Santander Portugal, S. A., a título de participação nos resultados, devendo a imputação individual ser feita pela comissão de vencimentos.

Em consequência, mais se propõe que o remanescente, no montante de 29 191 609 euros, seja afectado a resultados transitados.

O presidente da mesa informou, ainda que estas propostas, dado que se completam, serão submetidas a votação em conjunto sendo o resultado da sua junção o seguinte:

3 310 719 euros para reserva legal;

604 866 euros aos administradores com imputação individual a fazer pela comissão de vencimentos;

29 191 609 euros para resultados transitados.

O presidente da mesa deu a palavra ao Dr. Miguel de Bragança, o qual procedeu a diversos esclarecimentos.

O Dr. António Saldanha Gomes Mota pediu a palavra e, após cumprimentar todos os presentes, solicitou ao presidente da mesa que endereçasse uma palavra de saudação e apreço ao presidente do conselho de administração pelos resultados apresentados.

Posteriormente, informou que apesar de entender a proposta apresentada, não podia deixar de referir que a mesma cria alguma dificuldade de compreensão, pois atingindo o Banco, nesta fase, a sua plena maturidade, não distribui dividendos. Assim, no uso da palavra, referiu: A votação da proposta de distribuição de resultados obrigou-me, ordenadamente:

a) A reavaliar o enquadramento histórico da evolução da sociedade desde o momento em que elegeram como prioridade absoluta — não só por imposição legal como por opção de gestão — a retenção total dos meios libertos pela actividade corrente;

b) À apreciação da situação conjuntural de risco em que nos inserimos e à adequada avaliação dos rácios de solvabilidade actual e desejável no futuro próximo;

c) À consideração da existência de planos de investimento específico a cujo financiamento haja que prover;

d) Ao normativo legal e estatutário sobre a afectação de resultados.

2 — Seguindo este método, quero salientar:

a) Há mais de 10 anos — desde a deliberação sobre os resultados do exercício de 1991 — que se procede à retenção integral do *cash-flow* gerado pela sociedade, o que se traduziu na retenção de cerca de 550 ME, montante da ordem de 3,5 vezes o quantitativo do capital social.

Desagregando um pouco mais, ressalta que, os valores de cerca de um terço do montante global referido (550 ME) se reportam aos exercícios até 1996 (inclusive), verificando-se uma aceleração para quase o dobro desde o exercício de 1997 até ao presente. Obviamente, os capitais próprios, as provisões não afectas a riscos específicos e as amortizações realizadas exprimem o resultado acumulado da política de retenção sempre seguida;

b) O incremento do activo líquido do Banco e do volume de negócios tem beneficiado do suporte da política de retenção de resultados, na medida em que têm sido muito reduzidas, nos últimos anos, as exigências de novos investimentos;

c) Já no relatório referente ao exercício de 2001 o conselho de administração referiu que se atingira a fase de maturidade do crescimento da empresa, traduzido em comportamento de cruzeiro, em que tende a estabilizar-se o aumento das taxas de retorno do capital investido;

d) Potenciam o sentido da situação focada os baixos rácios de crédito vencido, bem como o conforto que concede o nível de aprovisionamento realizado.

3 — É neste contexto que pondero a proposta sobre a afectação de resultados, tendo em conta que:

a) O ROE conseguido em 2002 (13,7%) pode justificar a proposta do conselho de administração incorporada naquela que agora se aprecia,

formulada pelo accionista Foggia — SGPS, S. A., de continuação da política de retenção integral dos resultados; contudo, há que atribuir igual valor à preservação da autonomia de decisão dos accionistas, qualquer que seja o juízo final que considerem mais apropriado;

b) Acresce que não são apresentados quaisquer planos objectivos e temporizados de investimento e crescimento, que permitam aferir da necessidade de continuação de retenção, total ou parcial, de resultados, nem pode haver nas circunstâncias presentes qualquer certeza de manutenção da taxa de crescimento de resultados até aqui conseguida.

4 — Neste contexto, ainda que de alguma incerteza, parece-me que é tempo adequado de dar cumprimento às prescrições estatutárias e aos normativos legais sobre a aplicação de resultados das sociedades comerciais, que conduzem a que:

a) Preenchido o requisito de reforço da reserva legal;

b) Relativizada a necessidade de financiamento adicional dos objectivos de crescimento;

c) Não sendo desejável, e nem o consentem os estatutos, antepor a distribuição de lucros aos administradores (a título de participação nos resultados), à distribuição de dividendos pelos accionistas, de afeitem, ainda que de forma prudente, no circunstancialismo actual, os resultados obtidos pela nossa sociedade sucessivamente a:

Reforço das reservas legais e de financiamento de novos investimentos efectivos e crescimento esperado;

Remuneração do capital accionista;

Reconhecimento aos administradores e trabalhadores de uma participação nos lucros da empresa.

Porque a proposta apresentada diverge sensivelmente da que se me afigura adequada, abstenho-me de participar na aprovação daquela que é submetida à deliberação dos accionistas.

O presidente da mesa submeteu a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 306 286 a favor, representativos de 98,43529% do capital social e uma abstenção do accionista Dr. António Saldanha Gomes Mota, titular de 506 votos, representativos de 0,1626% do capital social e nenhum voto contra.

Logo após, o presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 3 da convocatória: proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

O presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista Francisco Assis Magalhães que propôs, em nome e representação da sociedade Produtos Sarcol, S. A., um voto de louvor e confiança na administração e fiscalização da sociedade e em cada um dos seus membros pela actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2002 e, neste contexto, inteiramente justificado pelos resultados ora aprovados por esta assembleia.

Submetida a votação pelo presidente da mesa foi esta proposta aprovada por unanimidade.

Passou-se, de seguida, à apreciação da matéria do ponto 4 da convocatória: deliberar sobre uma proposta de emissão de obrigações, bem como de outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros.

O presidente da mesa apresentou a proposta do conselho de administração:

1.º Que o conselho de administração, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, seja autorizado a emitir obrigações ou títulos de dívida de natureza semelhante, em euros ou em divisas, colocadas no mercado interno e/ou no mercado internacional, num máximo de 1000 milhões de euros ou o seu contravalor em divisas, podendo a emissão das obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros, ser feita por séries ou repartida por diferentes empréstimos obrigacionistas;

2.º Que o conselho de administração, com a possibilidade de delegar na comissão executiva seja autorizado:

a) Em função das condições do mercado e dos interesses da sociedade, a determinar a modalidade das obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros a emitir, de entre todos os legalmente admitidos, salvo no que respeita a obrigações convertíveis, cuja emissão não se considera abrangida por esta proposta;

b) Fixar o número e o montante de cada série ou de cada empréstimo, as datas e os meios de subscrição, realização e amortização das obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros, taxas de juro a aplicar e, se for o caso, o prémio de emissão e/ou de reembolso e o eventual juro suplementar a que haja lugar, bem como as demais características da emissão que, de acordo com as condições prevaletentes no mercado ou as que sejam negociadas com o sindicato financeiro que eventualmente se venha a formar, se revelem adequadas aos interesses da instituição.

c) A fixar a forma titulada ou escriturai, podendo ser nominativas ou ao portador ou assumir simultaneamente ambas as modalidades, quanto às obrigações, ou quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros.

3.º Propõe, ainda, que a autorização concedida nos números precedentes possa ser exercida a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano 2003.

Submetida a votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade. O presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 5 da convocatória:

Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias.

O presidente da mesa, apresentou a proposta do conselho de administração:

O conselho de administração propõe à assembleia geral que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, para:

1 — Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco, até ao montante máximo legalmente permitido para cada uma das emissões;

2 — Alienar, por venda ou troca, as obrigações próprias que detenha;

3 — Que as aquisições e alienações de obrigações próprias, caso as mesmas estejam admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas a um valor mínimo de 85% do valor da cotação no momento e a um valor máximo que seja o maior entre a cotação em Bolsa e o respectivo valor nominal;

4 — Que as aquisições de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso;

Contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso.

5 — Que as alienações de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 30% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;

Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

Propõe, ainda, que o mandato conferido nos números precedentes poderá ser exercido a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano de 2003.

Submetida a votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 6 da convocatória: proceder à eleição dos seus órgãos sociais para o triénio 2003-2005.

O presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista maioritário:

A Foggia — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe à assembleia geral do Banco Santander Portugal, S. A., a realizar no dia 8 de Maio de 2003, a seguinte composição para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.

Vice-presidente: Jorge Maria Bleck.

Secretário: Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães.

Conselho de administração:

Presidente: Banco Santander Central Hispano, representado por António Mota de Sousa Horta Osório.

Vice-presidente: The Royal Bank of Scotland, representado por Miller Roy McLean.

Vogais:

Eduardo José Stock da Cunha.

Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha.

José Benigno Perez Rico.

José Carlos Brito Sítima.

José Manuel Alves Elias da Costa.

Luís Alberto Ponciano Alexandre.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Nuno Manuel da Silva Amado.

Walter Lindsay Stewart.

Conselho fiscal:

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges.

Vogais: António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representado por Fernando Jorge Marques Vieira Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representado por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Suplente: Freire, Loureiro e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representado por Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

Submetida a votação pelo presidente da mesa da assembleia geral, esta proposta foi aprovada por unanimidade, bem como a proposta de, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais, os administradores ora eleitos ficarem dispensados de prestação de caução. O presidente da mesa da assembleia geral passou a ler a proposta apresentada nos termos do ponto 7 da convocatória: proceder à eleição de uma comissão de accionistas prevista no artigo 16.º do contrato social:

A Foggia — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., propõe à assembleia geral do Banco Santander Portugal, S. A., a realizar no dia 8 de Maio de 2003 a seguinte composição para comissão de vencimentos: presidente: Foggia — SGPS, S. A., representada pelo Eng. Eurico de Melo.

Vogais: Petrofinac — SGPS, S. A., representada pelo Dr. Alfredo Saenz;

BTA — Banco Totta & Açores, S. A., representado pelo Dr. António Horta Osório.

Submetida à votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa usou da palavra para confirmar pessoalmente o voto de louvor e confiança apresentado pelo Francisco Assis Magalhães, agradecer o trabalho do conselho de administração e, muito especificamente, da comissão executiva, bem como do conselho fiscal. Cumprimentou o Dr. José Carlos Sítima, pelas funções que agora passa a exercer neste Banco. Sobre os resultados do Banco disse pensar que, actualmente, se pode considerar o Banco Santander Portugal como um Banco consolidado e que cumprimenta, muito especialmente, o Dr. António Horta Osório, presidente da comissão executiva, pelos resultados obtidos. A terminar agradeceu a presença de todos nesta sessão.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta sessão pelas 10 horas e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente da mesa, secretário da mesa e pela secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães*, secretário. A secretária da sociedade, (*Assinatura ilegível.*) 2000605184

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA

Relatório n.º 1-AA/2007

Sede social: Plaza de los Bandos, 15/17, Salamanca, Espanha.
Sucursal em Portugal: Avenida 5 de Outubro, 73-D, Lisboa.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Matrícula n.º 4362; identificação de pessoa colectiva n.º 980116775.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão consolidado

1 — Introdução

O exercício económico finalizado a 31 de Dezembro de 2005 está enquadrado para a Caja de Ahorros de Salamanca e Soria (Caja Duero) e sociedades dependentes (Grupo Caja Duero), dentro do Plano Estratégico 2003-2006 vigente que foi aprovado na assembleia geral ordinária de 6 de Setembro de 2002.

Como consequência, no exercício de 2005 continuou-se a política estratégica tendente ao crescimento dos investimentos creditícios com o objectivo final de aumentar o seu peso específico sobre o total da

estrutura do negócio, como via para a obtenção de uma rentabilidade sustentada futura, política essa que tem seguido os passos marcados no exercício anterior em que ocorreu uma reestruturação do organograma da Caja e do seu Grupo consolidado, uma simplificação das divisões territoriais e um aumento na descentralização na tomada de decisões comerciais e administrativas com o objectivo de conseguir uma maior agilidade operativa, que conduziram ao êxito da política comercial estabelecida.

O exercício de 2005 também se caracterizou pelo início de um plano de expansão na Caja, aprovado em Janeiro de 2005, para se implementar nos exercícios de 2005-2006, plano esse que, com diversas modificações posteriores, se estabeleceu em 129 novos pontos de venda, dos quais 97 corresponderão a escritórios e 32 a novos centros de negócios.

Desta forma, e noutro sentido, no exercício de 2005 iniciaram-se os preparativos para as comemorações relativas ao 125.º aniversário da fundação da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca, que decorreu a 1 de Janeiro de 2006.

Nas áreas administrativa e operacional, a nota mais característica do exercício que encerra a 31 de Dezembro de 2005 é representada pela entrada em vigor da Circular n.º 4/200 do Banco de Espanha, de 22 de Dezembro, sobre normas de informação pública e privada e modelos de estados financeiros, circular essa que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2005. Também nessa data entrou em vigor a obrigação de elaborar contas anuais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (doravante designadas por NIIF) para as entidades que tenham emitido valores que estejam admitidos para cotização num mercado regulamentado de qualquer estado membro da União Europeia na data de fecho do seu balanço da situação, em conformidade com o estabelecido pelo Regulamento n.º 1606/2002, de 19 de Julho, do Parlamento Europeu.

Assim, os estados financeiros apresentam a peculiaridade de terem sido elaborados fazendo os ajustes necessários para reflectir a informação de acordo com as Novas Normas de Informação Financeira, mais conhecidas como normas internacionais de contabilidade.

Desta forma, esta normativa, e para efeitos da adequada comparação de saldos e magnitudes, exige que os estados financeiros sejam preparados como se tivessem sempre sido elaborados de acordo com as normas em vigor na data de fecho do exercício de 2005. Isto obriga a que tais normas devam ser aplicadas de forma retrospectiva e, por isso, os valores do exercício de 2004 devem ser modificados e ajustados, reflectindo as diferenças contra as reservas iniciais do exercício de 2004, contabilizando-se para o efeito a 1 de Janeiro de 2005.

O resumo das principais variações introduzidas pela nova Circular nos estados financeiros do nosso Grupo seria o seguinte:

a) Activos financeiros disponíveis para venda: esta definição engloba fundamentalmente os activos que anteriormente se classificavam na carteira de investimento normal. A modificação normativa exige que devam ser registados segundo o seu valor razoável, contabilizando-se as modificações de valor no património líquido, desde que não sejam efectuadas mediante a venda efectiva dos títulos.

b) Modificações no perímetro de consolidação: como novidade mais relevante deve mencionar-se o desaparecimento da exclusão de consolidação por motivos de actividade e o reforço do conceito de controlo para integrar globalmente as entidades dependentes, e de influência significativa para aplicar o método da participação a entidades associadas (método anterior de colocação em equivalência). As normas internacionais de contabilidade indicam que se considera que existe influência significativa quando se ostenta uma participação no capital social de 20%, não sendo contempladas, tal como na normativa financeira espanhola até à actualidade, percentagens inferiores no caso de corresponderem a sociedades cotizadas na bolsa. Este facto origina, como primeiro efeito, a necessidade de inclusão das nossas companhias de seguros na consolidação por integração global e, como segundo, a eliminação do perímetro da consolidação das participações mantidas em sociedades cotizadas.

c) Fundos especiais: só serão reconhecidas provisões quando se observar uma obrigação actual como resultado de um facto passado, sendo mais provável ter de se atender a obrigação do que o contrário. As provisões devem ser objecto de revisão cada vez que se efectua um balanço.

d) Imobilizado corpóreo: a nova normativa permitiu avaliar a 1 de Janeiro de 2004 qualquer elemento incluído no activo corpóreo pelo seu valor razoável, condicionando o facto de os activos serem de livre disposição e de a reavaliação ser reconhecida nos estados financeiros individuais, não podendo esta norma ser aplicada aos activos pertencentes à obra social.

e) Fundos de pensões: os fundos exteriorizados mediante o pagamento dos valores de uma apólice de seguros serão considerados de prestação definida sempre que se conservar a obrigação contratual ou implícita de pagar directamente aos empregados as retribuições no momento em que essas sejam exigíveis, ou de pagar quantidades adicionais se o segurador não atender todas as prestações relativas aos serviços prestados pelos empregados, por não se encontrar totalmente garantido. Deste modo, procedeu-se à revisão dos critérios actuariais aplicados até à data, corrigindo-se os correspondentes às hipóteses sobre o crescimento futuro dos salários em função do índice de inflação.

f) Aavales e garantias financeiras: a entidade emissora de contratos de garantia financeira reconhecerá estes contratos no ponto de outras periodizações de passivo, pelo seu valor razoável, que no início e, salvo prova em contrário, será o valor actual dos fluxos de efectivo a receber, utilizando um tipo de juro semelhante ao de activos financeiros concedidos pela entidade com prazo e risco semelhante; simultaneamente reconhecerá no ponto de outros activos financeiros, o valor actual dos fluxos de efectivo futuros por receber, utilizando o tipo de juro anteriormente citado.

g) Comissões de abertura de empréstimos: as comissões de abertura de empréstimos e créditos, que não se correspondam com gastos directamente incorridos na formalização das operações, periodizam-se ao longo da duração da operação, como mais um componente da rentabilidade efectiva do empréstimo ou crédito. Não obstante, os valores limitados das mesmas são reconhecidos noutros resultados de exploração no momento da sua cobrança, facto esse que afecta adicionalmente a margem de intermediação da conta de resultados consolidada. Este tratamento implica ter de periodizar as comissões dos empréstimos ao longo de toda a duração dos mesmos no valor cobrado que ultrapasse os 0,4% do principal dos instrumentos financeiros com um limite máximo de 400 euros, considerando que estes valores servem para compensar os gastos administrativos da operação.

h) Provisões para insolvências: a nova normativa propõe apenas duas provisões: as específicas, que recolhem a deterioração dos activos identificados como danificados, e a genérica, que gira sobre toda a carteira de créditos e é entendida como uma provisão que reflecte a avaliação colectiva de deterioração por grupos de activos homogéneos, quando o mesmo não pode ser identificado individualmente, assemelhando-se à provisão estatística anterior, provisão essa que desaparece neste quadro. Em relação às coberturas específicas acelera-se o efeito calendário, que diz respeito à normativa anterior e aumentam os chamados efeitos de arrastamento, que se endurecem. Quanto à cobertura genérica, entende-se como uma provisão que reflecte as perdas inerentes que tenham ocorrido na carteira de créditos, mas que ainda não se tenham manifestado ou detectado individualmente.

Outras mudanças importantes que, apesar disso, não tiveram um impacto muito significativo nos estados financeiros da entidade e do seu Grupo consolidado, fazem referência aos seguintes conceitos:

a) Operativa com derivados, que devem ser avaliados pelo seu valor razoável determinado, sempre que seja possível, pelo seu valor de mercado, registando-se as alterações desse valor, como regra geral, na conta de perdas e lucros.

b) Fundos de comércio, que com a nova normativa deixam de ser amortizados, mas que devem ser submetidos, pelo menos anualmente, a um teste de deterioração para determinar se continuam a manter o seu valor ou não, registando-se o mesmo, neste caso, na conta consolidada de perdas e lucros.

Assim, o exercício económico finalizado a 31 de Dezembro de 2005 significou uma mudança substancial na elaboração da informação financeira do Grupo. A comparação interanual só pode ser realizada mediante a recomposição dos saldos do exercício anterior utilizando os critérios actuais, o que complica extraordinariamente a gestão da elaboração da informação, ao ter que recompor transacções históricas, e representou uma grande carga administrativa.

Envolvente económica

A envolvente económica em que a nossa actividade se desenvolveu no exercício de 2005 caracterizou-se pela manutenção de condições com tipos de juros em mínimos históricos na Europa, mesmo quando esta tendência parece ter variado no final do exercício.

A manutenção dos tipos em mínimos provoca um agravamento nas margens com que as entidades financeiras operam, agravamento esse provocado pelo estreitamento dos diferenciais nas operações activas, consequência da concorrência comercial, perante a necessidade de aumentar a cota de mercado, que não tem o seu impacto

imediatamente, nem o mesmo valor, nas operações passivas. Também tem um efeito negativo no aforro, derivado da obtenção de taxas de juros reais negativas pelo terceiro ano consecutivo, devido ao facto de a sua remuneração se encontrar abaixo do Índice da inflação. Este facto representa uma maior dificuldade na captação do aforro por parte das entidades financeiras e, portanto, do financiamento dos crescimentos do negócio do investimento creditício, drenando significativamente a liquidez das mesmas. Contudo, o sistema financeiro espanhol ainda apresenta uma melhor taxa de liquidez estrutural do que o conjunto de países da União Europeia, de tal forma que a percentagem de investimento creditício financiado através de depósitos de clientes em Espanha é superior à de outros países vizinhos.

Economia internacional

Em 2005, a economia mundial resistiu à mais que notável subida dos custos energéticos que, expressos pelo preço do barril de petróleo Brent, se situaram no final do Verão acima dos 67 dólares (no final do ano estavam a cerca de 60\$/barril).

O crescimento da actividade económica na União Europeia (1,5%) foi muito mais modesto do que o da economia norte-americana (3,5%) ou de outros países da OCDE, devido ao débil comportamento da procura interna, tanto do consumo dos lares como do investimento em capital produtivo, assim como o já mencionado aumento no preço do crude. A depreciação que o euro sofreu frente ao dólar ao longo do ano (de 1,35 a 1,18 na totalidade do ano) proporcionou um certo alívio aos países exportadores, como a Alemanha.

Por sua vez, a economia dos Estados Unidos, com esse crescimento de 3,5%, comportou-se de acordo com as expectativas iniciais, apesar do encarecimento do crude e do impacto dos furacões no final do Verão e início do Outono.

O elevado ritmo de criação de emprego contribuiu para consolidar o crescimento do consumo. O maior risco para a economia norte-americana reside neste momento na eventualidade de o consumo privado poder vir a ser afectado pelas contínuas subidas dos tipos de juros a curto prazo ou pela desaceleração do sector imobiliário residencial que poderia provocar uma redução do efeito riqueza. A ausência de estímulos fiscais e o importante endividamento das famílias são factores adicionais que poderiam contribuir para a desaceleração do consumo.

As expectativas para o ano de 2006 são de continuação da tendência num contexto de receio pelas consequências de uma possível explosão da bolha residencial dos Estados Unidos ou de uma continuação na escalada no preço do crude (motivada, entre outras coisas, pelas tensões dos EUA com o Irão, assim como pelas revoltas na Nigéria).

Definitivamente, os riscos para 2006 serão, principalmente, a queda do consumo norte-americano, a moderação da actividade económica na China, as subidas rápidas dos tipos de juros e, por último, um aumento dos custos energéticos.

Economia espanhola

No caso concreto da economia espanhola, o ritmo de crescimento de 3,4%, três décimas acima do crescimento do ano anterior e bastante mais do que o conjunto da zona euro, que se situa em 1,5%, teve o apoio da evolução favorável do sector da construção, com uma extensão do aumento dos preços das habitações.

Em 2005, a procura nacional aumentou a sua contribuição para o crescimento enquanto que o sector exterior voltou a ter uma contribuição negativa, este ano um pouco mais elevada do que a do ano anterior.

A procura nacional sustentou-se, sobretudo, no forte aumento do investimento (a formação bruta de capital fixo passou dos 4,9% de 2004 para os 7,2% em 2005) embora tenha sido ligeiramente travado pela moderação do consumo final, atribuível principalmente às administrações públicas, já que o consumo dos lares manteve a mesma taxa de crescimento do ano de 2004.

Por seu lado, o sector exterior viu-se influenciado por uma desaceleração, tanto das exportações (1% frente aos 3,3% do ano de 2004) como das importações (um crescimento de 7,1%, inferior portanto aos 9,3% de 2004), um pouco mais elevada, como se pode avaliar, no caso das primeiras.

O sector da construção manteve o seu dinamismo durante 2005, apoiando-se principalmente na construção de infra-estruturas de transporte (estradas e caminhos de ferro para comboios de alta velocidade) e na edificação residencial. Por trás da construção (com um crescimento de 5,5%), o maior crescimento verificou-se no sector dos serviços (3,9%) e na indústria (0,6%). O sector primário contraiu-se de novo em 2005, embora um pouco menos do que no ano anterior (-0,7%

frente a -1,1% de 2004), limitado pelas condições meteorológicas adversas.

A tudo isto deve acrescentar-se um bom comportamento do mercado de trabalho, com uma criação líquida de 548 000 postos de trabalho equivalentes, que se concentram sobretudo na construção e nos serviços. No final do ano a taxa de desemprego situava-se nos 8,7%.

A produtividade da economia espanhola cresceu 0,3%, ficando assim abaixo dos 0,5% de 2004. Por seu lado, o custo laboral unitário também sofreu uma desaceleração clara, passando dos 2,6% de 2004 para os 2,2% em 2005.

No final do ano, o IPC situava-se nos 3,73% em taxa interanual. A taxa de desemprego, segundo a pesquisa de população activa, situava-se nos 8,7% (19 314 300 empregados e 1 841 300 desempregados).

Mercados financeiros

Durante os últimos anos o Banco Central Europeu, tal como os outros bancos centrais, tem mantido uma política monetária lassa. Entretanto, no final de 2005, iniciou uma mudança de política aumentando os tipos de juros de intervenção de 2% para 2,25%.

O Euribor, o principal índice de referência das operações de activo a juro variável, tem mantido uma certa estabilidade ao longo do exercício e até ao final do mesmo, observando-se a partir do mês de Outubro uma ligeira situação de subida que descontava já a subida que, finalmente, se verificou nos tipos oficiais no mês de Dezembro. O ano iniciava-se numa situação de 2,301%, baixando até registar o mínimo anual no mês de Junho nos 2,103% para voltar a subir, até fechar em Dezembro, para o máximo anual de 2,783%.

A reserva federal continuou, por seu lado, com a subida do tipo de juro que fixa como referência, para o tipo interbancário a um dia (os chamados Federal Funds), que tinha iniciado em meados de 2004, fazendo com que passasse dos 2% para os 4,25%.

A reacção dos tipos de longo prazo a esta subida do custo de financiamento não foi demasiado abrupta, mantendo-se a rentabilidade da dívida pública a 10 anos dentro da margem que vai dos 3,90% aos 4,67%, para a dívida norte-americana, e dos 3% aos 3,80% para a espanhola (no final do ano de 2005, a primeira terminava nos 4,38% e a segunda nos 3,33%).

As Bolsas tiveram uma forte subida na Europa, terminando o IBEX 35 com uma revalorização no ano de 18,20% e o EuroStoxx 50 com uma subida de 21,26%, ambas muito acima dos Índices norte-americanos de renda variável que quase não tiveram revalorização e que, em alguns casos, como o do Dow Jones Industrial, fecharam com uma perda pequena.

A explicação deste comportamento tão dispar é que as bolsas europeias são consideradas como subvalorizadas quando comparadas com as dos EUA e que as empresas europeias, apesar do escasso crescimento da zona euro, têm sabido realizar os ajustes necessários e estão a obter um aumento de benefícios mais do que notável graças, entre outros factores, à deslocalização.

Evolução do negócio

A política empreendida durante o exercício, iniciada no início do presente relatório, teve como objectivo superar os objectivos previstos tanto em termos quantitativos como qualitativos, o que possibilitou um aumento significativo nos volumes de negócio gerido e acelerar a dinâmica expansiva da Caja que se tem vindo a observar nos últimos anos, em todas as áreas de negócio.

Deste modo, este aumento no volume de negócio indicado conseguiu contrapor-se à situação de um novo estreitamento nas margens, consequência de um cenário recorrente de tipos de juros em mínimos históricos, que dificultam a manutenção das margens e aumentam as pressões competitivas, conseguindo-se, na nossa entidade, um aumento das margens de negócio típico da conta de resultados e possibilitando-se um aumento do resultado do exercício.

No fecho do exercício de 2005, o balanço consolidado do Grupo Duero situava-se num total de 15 527 milhões de euros, com um crescimento durante o ano que subiu aos 1681 milhões de euros, o que representa uma variação de 12,14%. Em termos de estrutura o crédito a clientes representa um peso específico de 72% do balanço total, com uma variação muito significativa no último exercício, tendo-se em consideração que iniciava o exercício nos 64%.

O crédito a clientes caracterizou-se ao longo de todo o ano por um forte crescimento e, embora com ligeiro abrandamento no final do mesmo, alcançou uma variação no seu saldo final na ordem dos 25,4% em relação ao exercício anterior. Este aumento representa uma variação no saldo no valor de 2296 milhões de euros, o que implicou

repetir, praticamente, e no mesmo valor, a captação de negócio que, por esta via, se conseguiu no exercício imediatamente anterior.

Por epígrafes, continua a destacar-se o investimento com garantia real, com um saldo final de 7555 milhões de euros e um crescimento acumulado no exercício no valor de 1536, o que em termos relativos equivale a um aumento de 26%. Em termos de estrutura, os investimentos com garantias reais representam, no fecho do exercício, 66% do total da carteira.

Os importantes crescimentos dos riscos creditícios não representaram um aumento significativo na morosidade, nem mesmo com as novas normas financeiras a que se fez referência anteriormente, que são mais exigentes na consideração de um novo investimento como moroso, e que exigem a sua transferência pela totalidade do investimento sob certas condições, e não somente pela parte vencida no seu calendário, como se exigia na normativa financeira anterior. Desta forma, a taxa de morosidade ou a percentagem que a mesma representa no total do investimento creditício, encontra-se situada nos 0,67%.

Assim, a nova normativa modificou a estrutura de dotações à provisão para insolvências, tal como foi referido anteriormente. Os importantes crescimentos que se verificaram na concessão de operações creditícias ao longo do exercício de 2005 necessitaram de dotações à provisão genérica, de acordo com a normativa actual, num nível semelhante às antigas genéricas e estatística da normativa anterior. Em exercícios de crescimento nestes activos, a conta de resultados deve suportar a carga de algumas dotações maiores e importantes, que outros exercícios de menor crescimento não sofreriam em condições de manutenção dos activos duvidosos. Tendo em consideração o anterior, assim como o surpreendente aumento nos investimentos creditícios, a taxa de cobertura sobre activos duvidosos encerra o exercício nos 290,9%. Logo, a cobertura sobre o total de investimento creditício eleva-se aos 1,95%.

Da parte do passivo do balanço da situação no fecho do exercício de 2005, a taxa de juro real negativa que foi anteriormente referida origina um lógico desincentivo do aforo particular. Assim, tanto as contas correntes como as de aforo e os depósitos a prazo certo cresceram 16,7% e 11% respectivamente. O total dos recursos incluídos no balanço apresenta um crescimento de 8,63%, que equivale a 956,7 milhões de euros de novo aforo gerido.

A política seguida ao longo do exercício de diminuição nas cessões temporárias de activos, que não oferecem liquidez na situação actual da nossa actividade e que encarecem os gastos dos nossos recursos, equilibrou fortemente o crescimento da epígrafe total com uma diminuição no valor de 1350 milhões, que foram compensados com uma emissão de obrigações subordinadas no valor de 150 milhões, que teve como objectivo principal potenciar os recursos próprios da Caja perante o crescimento sustentado dos riscos creditícios e pela 1.ª Emissão de Promissórias da Caja, emissão essa que fechou o exercício com um passivo captado no valor de 1182 milhões de euros. Por isso, é importante relembrar também a emissão, no exercício, de três novas cédulas hipotecárias singulares que, num valor conjunto de 550 milhões, foram emitidas conjuntamente com outras carteiras de aforo.

Desta forma, não considerando portanto a descida do saldo de recursos proveniente das cessões temporárias, o aumento dos recursos líquidos subiria aos 2308 milhões de euros, o que representa o financiamento da totalidade do crescimento dos saldos creditícios, tendo-se cumprido o objectivo básico de crescimento equilibrado e sustentado de acompanhar o crescimento dos investimentos creditícios com a obtenção de recursos alheios na quantia suficiente.

Os produtos de desintermediação ou parabancários que, com um crescimento no exercício de 11,07%, apresentam variações muito significativas em fundos de investimento e na gestão de patrimónios.

Com tudo isto, o negócio total da Caja aumentou, no exercício, alcançando os 26 867 milhões de euros com um aumento de aproximadamente 3 952 milhões, o que implica um crescimento de 17,3% num único ano.

Resultados

Em relação aos resultados do exercício, deve ter-se em consideração a situação dos tipos de juros com mínimos históricos e a sua manutenção em cotas baixas, que em nada beneficiam a margem de negócio.

Não obstante, o aumento no volume de negócio, juntamente com a contenção dos custos do financiamento e a uma melhor rentabilidade dos investimentos na carteira de valores de renda variável, conseguem um aumento da margem de intermediação na conta consolidada de resultados na ordem dos 6,25%. Este crescimento foi conseguido, mesmo apesar da menor contribuição para esta margem dos títulos de dívida pública, como consequência da venda produzida no exercício

das posições mantidas, venda essa acordada tendo-se em consideração os próximos vencimentos dos títulos e perante a situação favorável dos mercados. A margem de intermediação alcançou assim os 247 milhões de euros, o que implica um aumento de mais de 14,5 sobre o alcançado no exercício imediatamente anterior.

As comissões percebidas sofreram um aumento significativo e a junção das mesmas aos resultados de operações financeiras, resultados obtidos por uma maior operativa na carteira de negociação e, fundamentalmente, a venda da carteira de dívida pública, anteriormente referida, originam uma margem ordinária consolidada que, com 387,1 milhões de euros, supera em mais de 57 milhões o alcançado no exercício anterior, valor este que representa um crescimento de 17,45%.

A venda da carteira de dívida acordou-se no mês de Janeiro do exercício, sendo a decisão adoptada perante a situação dos tipos de juros, tendo em consideração a escassa duração restante dos títulos e com o objectivo de contribuir para atenuar os maiores custos de exploração, consequência do plano de expansão empreendido, da nova política de pessoal que contempla uma retribuição variável ao pessoal em função de objectivos e das novas campanhas publicitárias, custos estes considerados, todos eles, como um investimento perante a necessidade de alcançar um aumento de tamanho com que se possa conseguir uma futura rentabilidade sustentada.

Não obstante, o indicado sobre a campanha publicitária e o plano de expansão já empreendido com a abertura de 59 novos pontos de negócios, entre escritórios e os denominados centros de negócios, no exercício de 2005, os gastos gerais de administração igualaram-se, praticamente, em relação ao exercício anterior. Deste modo, se subtraímos o efeito que a inflação tem sobre os mesmos, observa-se uma contenção generalizada dos custos de estrutura habituais, para dar capacidade aos maiores custos necessários para o plano de expansão, tanto no que diz respeito às novas contratações do pessoal necessário, como aos alugueres dos novos escritórios abertos e às campanhas de publicidade empreendidas.

A margem consolidada de exploração alcançou os 163 milhões de euros, com uma subida de 47 milhões em relação ao exercício anterior, o que representa um crescimento de 41%.

No que diz respeito à provisão para insolvências, os importantes crescimentos que se verificaram na concessão de operações creditícias necessitam de dotações para a provisão genérica, num nível semelhante às antigas provisões genéricas e estatística da normativa anterior.

Em exercícios de forte crescimento nestes activos, a conta de resultados deve suportar a carga de algumas dotações maiores, que outros exercícios de menor crescimento não sofreriam em condições de manutenção dos activos duvidosos.

Adicionalmente, a nova normativa endureceu as condições de dotação para a provisão específica para activos duvidosos, tendo em consideração a antecipação do denominado efeito de arrastamento e o estabelecimento de provisões para os empréstimos com garantia real eficaz a partir do momento da sua consideração como duvidosos.

Com estas dotações, juntamente com outras que se constituíram como previsão de possíveis contingências, obtém-se um resultado consolidado livre de impostos que, com um valor de 97,5 milhões de euros, apresenta uma subida de 24% sobre o alcançado no exercício anterior, o que representa um aumento de aproximadamente 19 milhões.

A previsão para o pagamento do imposto de sociedades subtrai ao resultado obtido um valor de aproximadamente 18,6 milhões para chegar a um benefício líquido consolidado final de 78,8 milhões, benefício esse que representa uma subida de 23%, equivalente a 14,8 milhões de euros, sobre o exercício anterior.

Evolução de outros aspectos quantitativos e qualitativos

A conquista dos objectivos fixados no aumento de todos os componentes do negócio gerido foi acompanhada pelo sucesso alcançado no cumprimento de outros objectivos quantitativos e qualitativos previstos.

Entre eles destaca-se a manutenção de uma rede de 645 caixas automáticas, que no fecho do exercício se mantinham operacionais, com aproximadamente 645 000 cartões emitidos e 4142 terminais em pontos de venda.

Destaca-se também o crescimento de clientes da Caja que, no final do exercício, eram já aproximadamente 1 063 418, considerando apenas aqueles que possuíam saldos activos.

A rede de agentes financeiros ultrapassa os 1931 contratos de agência, com um aumento no negócio de 53% em comparação com o exercício anterior, e uma captação de valores de produção hipotecária de aproximadamente 319 milhões de euros.

O serviço electrónico da banca continua a potenciar-se e, assim, durante o exercício de 2005, realizaram-se mais de 21 milhões de operações utilizando esta via.

No que diz respeito aos sistemas de informação, deve destacar-se a plena consolidação da tecnologia que permite dispor de dois centros de dados situados em edifícios distintos, formando um único centro de processo lógico dentro de um adequado plano de contingências que permite proteger o nosso sistema informático de eventuais acidentes. Estes centros têm suportado uma actividade diária de mais de 1 073 617 operações, com um crescimento no exercício de aproximadamente 9,88% e com um tempo de resposta que ficou reduzido aos 0,70 segundos.

Categorias designadas à entidade

A prestigiada agência internacional de Rating Moodys Investors Service Ltd., manteve pelo oitavo ano consecutivo a classificação outorgada para a nossa entidade destacando «a fortaleza intrínseca que inclui uma ampla liquidez, uma boa rentabilidade, eficiência e capitalização, uma presença sólida e um posicionamento no mercado nacional, assim como a prudência na gestão do risco».

A qualificação de «perspectiva estável» indica que não se observam, a médio prazo, situações de menor rentabilidade nem de deterioração nas taxas de eficiência.

Adicionalmente, informa-se que, apesar de a Caja ostentar uma dimensão nacional, é de destacar a força e a estabilidade da sua implantação em Castela-Leão, assim como o seu baixo perfil de risco, o que possibilita a manutenção da fidelidade de referido mercado.

Com tudo isto, oferece-se à entidade a possibilidade de ampliar as fontes de financiamento nos mercados internacionais em condições que estejam de acordo com estas garantias.

Obra social

A obra social da Caja Duero continua a ser o elemento essencial e inerente à própria Caja, que tem como objectivo prioritário o de intensificar continuamente a sua implicação no progresso e desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade e alargar a sua participação activa, não só como ponto de referência de natureza económica e financeira, mas também como promotor de iniciativas sociais e culturais.

O compromisso da Caja com a cultura é evidente: devolver à sociedade, através da obra social e cultural, uma boa parte do benefício obtido pela mesma através da actividade financeira. Actualmente, tal como desde a sua fundação há 125 anos, a entidade continua na linha de compromisso social, que a transforma no principal mecenas do seu principal contexto de actuação.

Em 2005 continuou-se, por mais um exercício, a ampliar o trabalho social e cultural através de uma extensa relação de actividades que abrangeram os objectivos fixados pelos órgãos de governo da entidade, para cuja realização a Caja contribuiu com 26 milhões de euros, dos quais 22 milhões de euros foram cedidos com a contribuição do resultado do exercício de 2004.

Com o valor mencionado, investiu-se numa grande variedade de áreas: artes plásticas, teatro, cinema, ajudas para a conservação do património, ajuda para o incentivo da língua, terceira idade, infância e juventude, agrupamentos vicinais, e muito mais. Para além das actividades próprias, a Caja colabora com organismos, instituições, entidades de beneficência e de apoio, e com diversas, fundações na realização de uma grande diversidade de iniciativas.

Durante todo o exercício de 2005, e desde a sua constituição em Julho de 2004, a Fundação Caja Duero tem vindo a trabalhar em várias vertentes: música e artes cénicas, artes plásticas, novas tecnologias da informação e estudos sobre a economia social. A faceta musical da fundação está dirigida pela prestigiada pianista portuguesa de renome internacional Maria João Pires.

A crescente evolução do negócio e do benefício da Caja e do seu Grupo consolidado neste exercício permitem renovar com maior intensidade o compromisso da mesma com a sociedade através da obra social. É neste sentido que a proposta de distribuição do excedente do exercício de 2005, que se propõe para a aprovação da assembleia geral, contempla uma dotação para o Fundo da Obra Social que ascende aos 27 milhões de euros.

Factos posteriores

Não se verificaram factos relevantes dignos de serem mencionados depois do fecho do exercício.

Objectivos estratégicos e desafios para 2006

O exercício fiscal correspondente ao ano de 2006 encontra-se situado dentro do Plano Estratégico 2003-2006 vigente, cujas linhas gerais foram aprovadas na assembleia geral da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria celebrada a 6 de Setembro de 2002. O referido plano estratégico foi ratificado na assembleia de 19 de Dezembro de 2003, onde se indicava expressamente que nos próximos anos as linhas estratégicas da nossa Caja devem consolidar as actuações empreendidas nos últimos exercícios, reforçando as acções definidas nas linhas estratégicas para o período 2003-2006. Conseguir um crescimento diversificado e rentável que permita aumentar o nível de solvência da Caja, deve ser um objectivo irrenunciável.

As incertezas sobre a evolução da economia no exercício de 2006, em conjunto com factores como a globalização das relações económicas, as inovações tecnológicas e financeiras, a redução das margens de negócio típico como consequência da situação dos tipos de juros oficiais e o estímulo da pressão competitiva, provocam a necessidade de uma profunda avaliação interna das entidades financeiras e das suas políticas estratégicas, que no nosso caso nos conduzem a uma direcção virada para objectivos comerciais, financeiros e organizacionais bem definidos.

A vasta gama de produtos concebida tem dado resposta às exigentes necessidades de um mercado de concorrência forte, especialmente através de produtos parabancários, que permitiram à rede comercial dispor de uma oferta diversificada para chegar a todos os segmentos de clientes. Desta forma, o volume de negócio gerido pela Caja registou em 2005 o maior ritmo de crescimento dos últimos anos.

É sobre esta magnífica base de negócios alcançada nos últimos exercícios que assentam as linhas de actuação do Grupo para o próximo exercício, antecipadamente anotadas no Plano Estratégico 2003-2006. A estratégia irá assentar em dois pilares fundamentais: a inovação permanente em produtos e serviços e a culminação do plano de expansão iniciado em 2005. Duas linhas que se complementam e fortalecem mutuamente: mais e melhores produtos e serviços, postos à disposição de uma rede comercial em expansão, que com uma ampla cobertura geográfica consegue chegar a novos sectores de clientes.

Portanto, cada novo exercício apresenta singularidades que há que ter muito presentes, e 2006 fica marcado, em primeiro lugar, pela recente subida dos tipos de juros, que introduz um elemento novo e que necessariamente vai exigir a todos os agentes financeiros, Cajas e Bancos, claro, mas também a possuidores de aforros e investidores, que adequem as suas políticas e decisões às novas condições do mercado.

É previsível que esta mudança nos tipos de juros provoque, de forma directa, uma moderação no ritmo de crescimento do crédito. As taxas dos últimos anos dificilmente se repetirão pelo elevado endividamento das economias familiares e pela já quase permanente restrição da liquidez do sistema, que obriga as entidades financeiras a acudir de forma sistemática aos mercados internacionais de capitais para demandar os recursos líquidos que escasseiam no mercado doméstico.

O efeito previsível da subida dos tipos de juros sobre a procura de crédito não pode ser ignorado pelas entidades financeiras. O endurecimento das condições dos mercados de capitais vai provocar um encarecimento automático do crédito, com a consequente redução da procura.

Neste novo cenário financeiro, definiu-se como objectivo prioritário de crescimento para 2006 a captação de recursos externos. Após dois anos de aumentos superiores a 30% dos Créditos e Empréstimos concedidos, a Entidade alcançou o nível adequado para garantir entradas recorrentes para os próximos anos, objectivo perseguido pelo Plano Estratégico e amplamente conseguido. É o momento de mudar a atenção para a actividade mais clássica de uma Caja de Ahorros: a captação de passivo. Se nos dois últimos exercícios a alavanca que impulsionou os resultados foi o crescimento dos Empréstimos e Créditos, em 2006 pretende-se incorporar um novo elemento que vai agir também sobre o Benefício global: a captação do aforro de clientes, que nos permitirá reduzir a crescente dependência dos mercados de capitais num contexto de custos financeiros em aumento pela subida dos tipos de juros.

A política comercial de 2006 estará orientada, portanto, para colocar à disposição da Rede todos os meios necessários para sair do mercado para a captação de recursos e clientes que contribuam com a sua capacidade de aforro, com a convicção de que a batalha comercial em 2006 vai travar-se fundamentalmente nesta linha de negócio.

Os produtos clássicos de aforro formarão o núcleo básico da oferta, mas dentro do espírito inovador que caracteriza a Caja também se conceberam novas campanhas e produtos adaptados às novas condições do mercado financeiro.

Adicionalmente, o crescimento do Investimento Creditício vai continuar a ser uma linha de negócio estratégica para a Caja, embora com uma visão diferente, com as atenções viradas, fundamentalmente, para os preços a aplicar nas operações creditícias que se acordem com os clientes, como factor de moderação do crescimento obtido nos dois últimos anos e para prestar uma colaboração decisiva no melhoramento da rentabilidade da Entidade nos próximos anos.

Contudo, a actividade comercial e financeira não se reduz a estas duas linhas fundamentais de actuação. Por isso, definiu-se para 2006 um conjunto de linhas de actuação complementares, com a perspectiva de apoiar e facilitar a realização do objectivo fundamental, a captação de recursos e de clientes, realçando o carácter complementar, mas contribuindo para formar uma oferta global diversificada e eficaz para chegar ao mercado nas melhores condições de concorrência.

O serviço de Banca Privada, extensão do da Banca Pessoal, iniciado com um sucesso notável em 2005, faz parte da estratégia comercial, com a missão própria de atender as necessidades globais dos nossos clientes. Este serviço será um instrumento adequado para atrair novos clientes, que terão na equipe comercial, financeira e fiscal da Caja o apoio permanente e personalizado necessário para orientar as suas decisões de aforro e investimento.

Os fundos de investimento são, actualmente, o principal instrumento para articular o serviço de banca pessoal. A experiência adquirida em 2005 neste segmento de clientes foi decisiva para definir um novo serviço de banca privada, dirigido a clientes de elevado nível económico, cujo lançamento está previsto para o início de Janeiro.

A oferta assenta basicamente nos fundos de investimento, mas a necessidade de atender a um conjunto de procuras mais sofisticadas leva à definição de um pacote global de produtos e serviços no qual se integram seguros, planos de pensões e cartões de crédito, sem esquecer os produtos mais tradicionais de passivo, que também têm um papel importante no serviço integral, em que o apoio fiscal é uma peça decisiva para orientar as decisões de investimento dos clientes.

A diversidade de produtos de desintermediação que formam a oferta do Grupo, permitirá, assim, conceber campanhas especiais dirigidas

para atrair novos clientes, que subscrevam alguns produtos de fundos, seguros e pensões que, com os dados de 2005, podemos garantir que figuram entre os líderes do mercado por rentabilidade.

Na concepção dos novos produtos e serviços par bancários contamos com o compromisso e com a capacidade técnica do nosso Grupo de participações de carácter financeiro que, em perfeita sintonia com os departamentos da Caja, articulam uma oferta própria e diferenciada de outras Cajas de Ahorros, que recorrem à contratação externa de alguns produtos que, no nosso caso, são concebidos e geridos pelas nossas equipas da Unión Duero, Gesduero, Finaduro e Duero Pensiones. A nossa forte competência é uma vantagem competitiva adicional, ao comparecer perante os clientes com a nossa marca Duero, também nestes produtos de desintermediação, reforçando e fortalecendo a oferta global da Caja Duero.

E tudo isto sem esquecer a redução dos custos nem a qualidade do serviço como objectivos prioritários para o exercício. A primeira com o objectivo de conseguir um melhoramento substancial da nossa taxa de eficiência, o que representa um factor estratégico imprescindível de qualquer entidade competitiva, e a segunda, continuando a linha já empreendida de potenciar a inovação tecnológica e de formação do pessoal, no entendimento de que, tal qualidade do nosso serviço para com o cliente, é um elemento diferenciador da nossa entidade em relação à concorrência.

Formulação das contas anuais consolidadas e do relatório de gestão consolidado

O conselho de administração da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, Caja Duero, na sessão celebrada a 30 de Março de 2006, aprovou por unanimidade a formulação das contas anuais consolidadas e o relatório de gestão consolidado do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2005.

(Sem assinaturas.)

Balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2005	2004 (a)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	162 352	285 107
Carteira de negociação	2 062 724	245 966
Depósitos em outras instituições de crédito	—	—
Operações do mercado monetário através de outras entidades	—	—
Créditos a clientes	—	—
Valores representativos de dívida	2 051 021	238 621
Outros instrumentos de capital	8 178	2 257
Derivados de negociação	3 525	5 088
Pró-memória: emprestados ou em garantia	1 830 136	51 530
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	103 355	135 958
Depósitos em instituições de crédito	—	—
Operações de mercado monetário através de entidades de contrapartida	—	—
Créditos a clientes	11 559	12 877
Valores representativos de dívida	91 796	123 081
Outros instrumentos de capital	—	—
Pró-memória: emprestados ou em garantia	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	921 540	1 945 991
Valores representativos de dívida	450 208	1 659 603
Outros instrumentos de capital	471 332	286 388
Pró-memória: empregados ou em garantia	84 205	1 224 023
Investimentos de crédito	11 530 876	10 538 096
Depósitos em outras instituições de crédito	328 310	1 605 350
Operações de mercado monetário através de entidades de contrapartida	—	—
Créditos a clientes	11 132 274	8 895 238
Valores representativos de dívida	—	—
Outros activos financeiros	70 292	37 508
Pró-memória: emprestados ou em garantia	293 407	1 551 071

(Em milhares de euros)

	2005	2004 (a)
Investimentos detidos até à maturidade	100 455	108 597
Pró-memória: emprestados ou em garantia	93 175	85 287
Ajustes a activos financeiros por macro-coberturas	—	—
Derivados de cobertura	41 979	—
Activos não correntes detidos para venda	2 151	2 219
Depósitos em outras instituições de crédito	—	—
Créditos a clientes	—	—
Valores representativos de dívida	—	—
Instrumentos de capital	—	—
Activo material	2 151	2 219
Outros activos	—	—
Participações	57 726	52 768
Entidades associadas	57 726	52 768
Entidades multigrupo	—	—
Contratos de seguros vinculados a pensões	—	—
Activos por resseguros	8 126	6 307
Activo material	400 331	409 945
De uso próprio	266 763	263 447
Investimentos imobiliários	114 549	116 463
Outros activos cedidos em arrendamento operativo	—	—
Afecto à obra social	19 019	30 035
Pró-memória: adquirido em arrendamento financeiro	—	—
Activo intangível	2 951	2 686
Fundo de comércio	391	392
Outros activos intangíveis	2 560	2 294
Activos fiscais	92 146	90 380
Correntes	12 742	11 588
Diferidos	79 404	78 792
Periodificações	19 221	6 836
Outros activos	21 195	15 138
Existências	17 631	12 484
Resto	3 564	2 654
<i>Total do activo</i>	15 527 128	13 845 994

(a) Cifras apresentadas unicamente para efeitos comparativos.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

	2005	2004 (a)
Passivo:		
Carteira de negociação	2 566	3 097
Depósitos de outras instituições de crédito	—	—
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	—	—
Depósitos de clientes	—	—
Débitos representados por valores negociáveis	—	—
Derivados de negociação	2 566	3 097
Posições curtas de valores	—	—
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	38 419	48 695
Depósitos de outras instituições de crédito	—	—
Depósitos de clientes	38 419	48 695
Débitos representados por valores negociáveis	—	—
Passivos financeiros ao justo valor através do património líquido	—	—
Passivos financeiros a custo amortizado	13 815 333	12 206 876
Depósitos de bancos centrais	70 014	—
Depósitos de outras instituições de crédito	1 564 856	1 020 060

(Em milhares de euros)

	2005	2004 (a)
Operações de mercado monetário através entidades contrapartida	—	—
Depósitos de clientes	10 424 286	10 769 259
Débitos representados por valores negociáveis	1 334 067	144 070
Passivos subordinados	359 963	209 726
Outros passivos financeiros	62 147	63 761
Ajustes a passivos financeiros por macro-coberturas	—	—
Derivados de cobertura	7 588	—
Passivos associados com activos não correntes para venda	—	—
Passivos por contratos de seguros	230 510	189 971
Provisões	107 005	100 403
Fundos para pensões e obrigações similares	69 643	75 342
Provisões para impostos	1 290	1 290
Provisões para riscos e compromissos contingentes	14 573	14 979
Outras provisões	21 499	8 792
Passivos fiscais	121 607	127 338
Correntes	13 612	12 453
Diferidos	107 995	114 885
Periodificações	26 660	25 619
Outros passivos	31 206	42 372
Fundo obra social	30 817	42 131
Resto	389	241
Capital com natureza de passivo financeiro	98 485	98 762
<i>Total do passivo</i>	<u>14 479 379</u>	<u>12 843 133</u>
Capital próprio:		
Interesses minoritários	663	692
Ajustes por valoração	82 062	90 800
Activos financeiros disponíveis para venda	82 062	90 800
Passivos financeiros ao justo valor através do património líquido	—	—
Coberturas dos fluxos de capital	—	—
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	—	—
Diferenças cambiais	—	—
Activos não correntes para venda	—	—
Fundos próprios	965 024	911 369
Capital ou fundo de dotação	—	—
Prémio de emissão	—	—
Reservas	886 244	847 502
Reservas (perdas) acumuladas	879 168	840 882
Remanescente	—	—
Reservas (perdas) de entidades valoradas pelo método de participação	7 076	6 620
Resultados do exercício	78 780	63 867
Menos: dividendos e retribuições	—	—
<i>Total do capital próprio</i>	<u>1 047 749</u>	<u>1 002 861</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>15 527 128</u>	<u>13 845 994</u>
Pró-memória:		
Riscos contingentes	1 058 020	858 675
Garantias financeiras	1 056 947	858 541
Activos afectos a obrigações de terceiros	—	—
Outros riscos contingentes	1 073	134
Compromissos contingentes	3 893 961	3 719 775
Disponíveis por terceiros	3 882 261	3 700 544
Outros compromissos	11 700	19 231

(a) Cifras apresentadas unicamente para efeitos comparativos.

(Sem assinaturas.)

Conta de ganhos e perdas consolidada em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	2005	2004 (a)
Interesses e rendimentos similares	445 674	406 402
Interesses e encargos similares	(211 662)	(180 955)
Remuneração de capital com natureza de passivo financeiro	(4 049)	—
Outros	(207 613)	(180 955)
Rendimento de instrumentos de capital	12 974	7 000
<i>A) Margem financeira</i>	246 986	232 447
Resultados de entidades valorizadas pelo método de participação	875	1 665
Entidades associadas	875	1 665
Entidades multigrupo	—	—
Comissões recebidas	71 105	67 221
Comissões pagas	(3 955)	(9 845)
Actividade de seguros	16 649	21 902
Prémios de seguros e resseguros cobrados	87 575	82 691
Prémios de resseguros pagos	(9 777)	(8 754)
Prestações pagas e outros gastos relacionados com seguros	(67 698)	(56 248)
Proveitos por resseguros	10 116	4 330
Dotações líquidas a passivos por contratos de seguros	(25 083)	(24 666)
Proveitos financeiros	26 921	29 618
Gastos financeiros	(5 405)	(5 069)
Resultados de operações financeiras (líquidos)	55 318	16 008
Carteira de negociação	513	1 517
Outros instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através dos resultados	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	55 518	14 491
Investimento creditício	—	—
Outros	(713)	—
Diferenças cambiais (líquidas)	170	223
<i>B) Margem operacional</i>	387 148	329 621
Vendas e proveitos por prestação de serviços não financeiros	—	750
Custo das vendas	—	(262)
Outros produtos de exploração	10 651	8 540
Custos com pessoal	(143 498)	(130 799)
Outros gastos gerais administrativos	(74 074)	(74 162)
Amortizações	(13 934)	(14 848)
Activo material	(13 503)	(14 547)
Activo intangível	(431)	(301)
Outros custos de exploração	(3 280)	(3 100)
<i>C) Margem de exploração</i>	163 013	115 740
Perdas por deterioração de activos (líquido)	(59 375)	(29 057)
Activos financeiros disponíveis para venda	3 557	(3 393)
Investimentos creditícios	(62 929)	(26 321)
Carteira de investimentos a prazo	—	—
Activos não correntes para venda	—	657
Participações	—	—
Activo material	—	—
Fundo de comércio	(5)	—
Outros activos intangíveis	—	—
Outros activos	2	—
Dotações para provisões (líquido)	(17 537)	(815)
Proveitos financeiros de actividades não financeiras	—	—
Gastos financeiros de actividades não financeiras	—	—
Outros ganhos	17 835	7 704
Ganhos por venda de activo material	2 266	3 237
Ganhos por venda de participações	7 660	754
Outros conceitos	7 909	3 713

(Em milhares de euros)

	2005	2004 (a)
Outras perdas	(6 407)	(14 919)
Perdas por venda de activo material	(306)	(309)
Perdas por venda de participações	—	(7 551)
Outros conceitos	(6 101)	(7 059)
<i>D) Resultado antes de impostos</i>	<i>97 529</i>	<i>78 653</i>
Imposto sobre rendimentos	(18 671)	(14 691)
Dotação obrigatória para obras e fundos sociais	—	—
<i>E) Resultado da actividade ordinária</i>	<i>78 858</i>	<i>63 962</i>
Resultado operacional (líquido)	—	—
<i>F) Resultado consolidado do exercício</i>	<i>78 858</i>	<i>63 962</i>
Resultado atribuído à minoria	(78)	(95)
	78 780	63 867

(a) Cifras apresentadas unicamente para efeitos comparativos.

(Sem assinaturas.)

Relatório de auditoria das contas anuais consolidadas

1 — Auditámos as contas anuais da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (a entidade dominante), e das sociedades dependentes (o Grupo) que compreendem o balanço da situação consolidado a 31 de Dezembro de 2005 e a conta de perdas e lucros consolidada, o estado das mudanças no património líquido consolidado, o estado de fluxos de efectivo consolidado e a memória consolidada correspondentes ao exercício anual terminado nesta data, cuja formulação é responsabilidade dos administradores da entidade dominante. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, opinião essa baseada no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria normalmente aceites em Espanha, que requerem a examinação, mediante a realização de provas selectivas, de provas justificativas das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios financeiros aplicados e das estimativas realizadas.

2 — As contas anuais consolidadas adjuntas do exercício de 2005 são as primeiras que o Grupo prepara, aplicando as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (NIIF-UE), que requerem, como carácter geral, que os estados financeiros consolidados apresentem informação comparativa. Neste sentido, e de acordo com a legislação mercantil, os administradores da entidade dominante apresentam, para efeitos comparativos, juntamente com cada um dos pontos do balanço da situação consolidado, da conta de perdas e lucros consolidada, do estado das alterações no património líquido consolidado, do estado dos fluxos de efectivo consolidado e da memória consolidada, para além dos valores do exercício de 2005, correspondentes ao exercício anterior, que foram obtidos mediante a aplicação das NIIF-UE vigentes a 31 de Dezembro de 2005. Consequentemente, os valores correspondentes ao exercício anterior diferem dos contidos nas contas anuais consolidadas aprovadas do exercício de 2004, que foram formuladas de acordo com os princípios e as normas financeiras vigentes nesse exercício, detalhando-se na nota n.º 3 da memória integrante das contas anuais consolidadas adjuntas as diferenças impostas pela aplicação das NIIF-UE sobre o património líquido consolidado a 1 de Janeiro e a 31 de Dezembro de 2004 e sobre os resultados consolidados do exercício de 2004 do Grupo. A nossa opinião refere-se exclusivamente às contas anuais do exercício de 2005. A 25 de Fevereiro de 2005, emitimos o nosso relatório de auditoria sobre as contas anuais do exercício de 2004 formuladas de acordo com os princípios e as normas financeiras vigentes nesse exercício, em que expressamos uma opinião favorável.

3 — Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2005 adjuntas expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e sociedades dependentes a 31 de Dezembro de 2005 e dos resultados consolidados das

suas operações, das mudanças no património líquido consolidado e dos seus fluxos de efectivos consolidados correspondentes ao exercício anual terminado nessa data e contém a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que estão em uniformidade com as aplicadas na preparação dos estados financeiros consolidados correspondentes ao exercício anterior, que foram incorporados nas contas anuais consolidadas do exercício de 2005 para efeitos comparativos.

4 — O relatório de gestão consolidado adjunto do exercício de 2005 contém as explicações que os administradores da entidade dominante consideram oportunas sobre a situação da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e sociedades dependentes, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos e não faz parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que a informação financeira que o referido relatório de gestão consolidado contém está de acordo com a das contas anuais consolidadas do exercício de 2005. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos financeiros das sociedades consolidadas.

O Auditor: *Ernst & Young, S. L.*

3000222401

F. TURISMO — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 1-AB/2007

Sede social: Rua Ivone Silva, lote 6, 3.º Dt.º, 1050-124 Lisboa.
Capital social: 375 000 euros.Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Matrícula n.º 5861/
951024; identificação de pessoa colectiva n.º 503511668.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

Objecto social

A F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., criada em 28 de Setembro de 1995 como resultado da parceria entre o Instituto de Turismo de Portugal (ex-Fundo de Turismo), a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo, tem por objectivo exclusivo a administração, gestão e representação de

fundos de investimento imobiliário, fechados ou abertos, podendo designadamente adquirir e alienar quaisquer valores e exercer os direitos directa ou indirectamente relacionados com os bens do fundo.

Capital social

O capital social, totalmente realizado e subscrito, é de 375 000 euros, encontrando-se distribuído da seguinte forma:

	Euros	Número de acções	Porcentagem
Instit. de Turismo de Portugal (ITP)	199 500	39 900	53,20
Caixa Geral de Depósitos	125 500	25 100	33,47
Banco Espírito Santo	50 000	10 000	13,33
Total.....	375 000	75 000	100,00

2 — Recursos e organização

No ano de 2004 não houve alteração na estrutura de pessoal, continuando a sociedade a dispor dos seguintes colaboradores: assistente de direcção e administração e de secretariado, director financeiro e administrativo e directora de análise e investimento.

A gestão corrente da sociedade está a cargo da Comissão Executiva, composta por três administradores, que reúne semanalmente.

3 — Actividade de 2004

Em 2004 a actividade da F. Turismo centrou-se, fundamentalmente, na gestão e administração do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico e do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II, traduzindo-se, essencialmente, na pesquisa de novas oportunidades de investimento e na materialização de aquisições para o património dos Fundos.

Tendo presente o interesse em rentabilizar o capital investido pelos participantes dos Fundos geridos pela sociedade gestora, o conselho de administração deliberou aprovar a redução das taxas das comissões de gestão a cobrar pela sociedade gestora. Neste sentido, a tabela de comissões que se encontra aprovada nos respectivos regulamentos de gestão dos fundos geridos pela sociedade gestora, passou para metade, a partir do segundo semestre de 2004.

Em 12 de Outubro de 2004, por deliberação da assembleia de participantes, foi aprovado por unanimidade um aumento do capital do FIIFT II de até 12 milhões de euros, mediante a emissão de até 240 000 novas unidades de participação, por subscrição particular sem reserva de preferência dos subscritores do Fundo.

4 — Evolução económico-financeira

Os capitais próprios, a rentabilidade do capital próprio, o valor global líquido dos fundos geridos e o ratio que mede a relação entre o capital próprio e os fundos geridos da F. Turismo, observaram, nos últimos seis anos, a seguinte evolução:

(Em euros)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Capitais próprios	488 140	526 226	785 146	983 309	1 282 526	1 307 461
RCP (percentagem)	14,29	19,17	35,14	36,72	39,55	27,67
VGLF		44 097 720	55 513 384	57 179 998	79 573 440	81 779 191
FIIFT	26 911 658	27 989 292	29 134 977	29 812 396	30 889 109	31 683 855
FIIFT II	26 911 658					
		16 108 428	26 378 407	27 367 602	48 684 332	50 095 336
Capitais próprios/VGLF (percentagem)	1,81	1,19	1,41	1,72	1,61	1,60

Os capitais próprios da sociedade ascendem a 1 307 461 euros, representando 95% do activo líquido total, verificando-se elevados níveis de liquidez e solvabilidade.

O activo líquido no montante de 1 375 350,27 euros, registou uma ligeira diminuição face ao ano de 2003 de cerca de 6%, essencialmente devido à quebra verificada no resultado líquido.

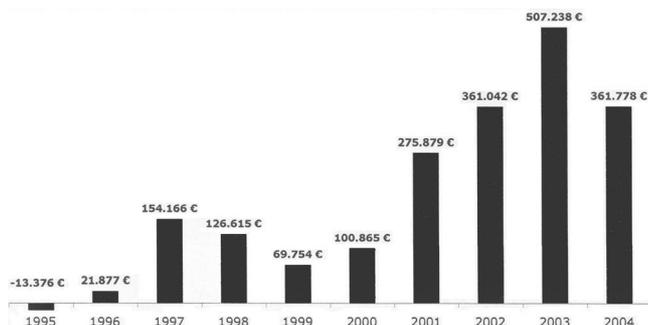
O resultado líquido do exercício da F. Turismo no ano em análise diminuiu cerca de 29% relativamente ao ano anterior, passando de 507 237,86 euros, em 2003 para 361 777,94 euros, em 2004. Esta diminuição deveu-se:

1.º À diminuição, em cerca de 19% do total dos proveitos da sociedade, devido à quebra, em cerca de 20% da rubrica de comissões, que representa 95% do total dos proveitos.

Esta redução resulta da diminuição das taxas das comissões de gestão do FIIFT e FIIFT II para metade a partir do 2.º semestre de 2004, conforme deliberação nesse sentido do conselho de administração;

2.º Aumento do total dos custos em cerca de 10%.

Evolução do resultado líquido em 1995-2004



Em decorrência da diminuição do resultado líquido verificou-se uma quebra da rentabilidade dos capitais próprios, que se cifrou em 27,67% em 2004, face ao valor de 39,55% ocorrido em 2003.

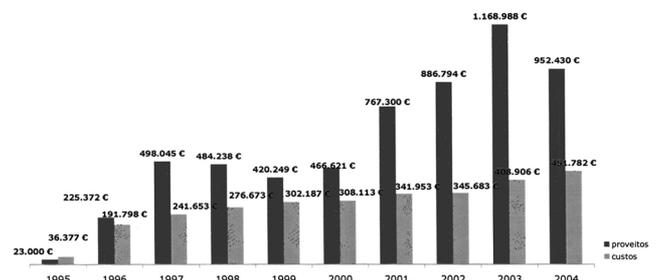
O total de proveitos atingiu em 2004 o valor de 952 430,35 euros, o que representa uma diminuição de 19%, em relação ao valor de 1 168 987,70 euros registados em 2003. Os juros e proveitos equiparados, ascenderam a 34 281,78 euros, representando 4% do total dos proveitos e um aumento de cerca de 10% face ao ano de 2003 devido ao aumento das disponibilidades.

A rubrica de comissões, que corresponde às comissões de gestão cobradas aos Fundos de Investimento Imobiliário Fechado Turístico e Turístico II, representa 95% do total dos proveitos, tendo-se cifrado, em 2004, em 902 908,63 euros, significando um decréscimo de cerca de 20% face ao valor de 1 123 239,88 euros verificado em 2003. A diminuição verificada nesta rubrica resulta da redução para metade da taxa das comissões de gestão.

Importa referir que do total das comissões, cerca de 39% referem-se ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico, cifrando-se em 349 844,86 euros e os restantes 61%, totalizando 553 063,77 euros, ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II, evidenciando uma diminuição, face ao ano anterior, de 23% no que concerne ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico e de 17% relativamente ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II.

A rubrica de lucros em operações financeiras cifrou-se em 2574,62 euros. Os ganhos extraordinários totalizaram 12 665,32 euros, representando 1% dos proveitos e um crescimento de cerca de 22% relativamente ao ano transacto.

Evolução dos proveitos e custos em 1995-2004



O total de custos suportados no exercício de 2004, cifrou-se em 451 782,36 euros, traduzindo um aumento de 10% em relação ao ano de 2003.

Os juros e custos equiparados cifraram-se em 1473,93 euros, significando uma diminuição de cerca de 21% face ao ano anterior.

Os gastos gerais administrativos, que representam 91%, do total dos custos, cresceram cerca de 4%, totalizando 409 988,00 euros, dos quais 211 823,85 euros dizem respeito a custos com pessoal, que aumentaram 2%, e 198 164,15 euros a outros gastos administrativos, cujo crescimento se cifrou em 7%.

As amortizações no valor de 13 336,53 euros representam cerca de 3% dos custos, tendo aumentado cerca de 9% face ao ano transacto.

Os outros impostos diminuíram cerca de 94%, tendo-se cifrado em 58,44 euros.

O resultado corrente foi de 488 161,11 euros, o qual acrescido dos resultados extraordinários no valor de 12 545,32 euros e deduzido da dotação para impostos sobre os lucros de 138 870,05 euros e ainda de outros impostos no valor de 58,44 euros, determinou um resultado líquido do exercício de 361 777,94 euros, o que, em relação a 2003, significou uma diminuição de cerca de 35% do resultado corrente e de 29% do resultado líquido.

5 — Proposta de aplicação do resultado do exercício

Nos termos da alínea f) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do resultado do exercício no valor de 361 777,94 euros:

Reserva legal	36 177,79
Resultados transitados	82 683,42
Dividendos	214 256,73
Pessoal	15 000,00
Administração	13 660,00

6 — Perspectivas para 2005

Em 2004 a F. Turismo, centrando a sua actuação na administração, gestão e representação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico e do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II, reforçou o desempenho demonstrado nos anos transactos.

Em 2005 realizar-se-á um aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II até ao montante de 12 000 000 de euros, o que irá proporcionar a intervenção em segmentos de mercado distintos e a aquisição de activos imobiliários de maior dimensão.

A F. Turismo, continuará a apostar na diferenciação, inovação e capacidade dos seus recursos humanos, privilegiando os critérios de

rigor e rendibilidade, esperando-se que 2005 seja um ano de crescimento.

Os efeitos positivos que este tipo de instrumentos tem provocado nas empresas do sector do turismo estão demonstrados.

Importa assim continuar a dinamizar a sua influência e o crescimento da sua notoriedade.

A gestão de fundos com estas características e com a missão que foi definida, deverá implicar também a sensibilização dos potenciais investidores privados.

Associada à dinamização dos fundos imobiliários no turismo, para além da importância que sempre terá o facto de se constituírem como instrumentos alternativos e interessantes de aplicação de excedentes de tesouraria, deverá ser privilegiada a possibilidade de constituição de uma verdadeira bolsa de investidores interessados no desenvolvimento de parcerias a prazo, nomeadamente através da possibilidade de virem a ter acesso à gestão de unidades que integrem a carteira de investimentos destes Fundos.

No fundo, trata-se de disponibilizar uma reserva de investidores, com capacidade de gestão no sector, que possa, em determinadas situações, assegurar soluções de continuidade dos investimentos dos Fundos.

7 — Declaração e factos relevantes após o termo do exercício

A sociedade gestora não tem acções próprias e durante o exercício em análise não adquiriu nem alienou acções próprias.

Durante o exercício em análise não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os administradores, abrangidos pelo artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

O conselho de administração não tem conhecimento da ocorrência de factos relevantes após o termo do exercício.

8 — Agradecimentos

O conselho de administração, agradece aqueles que colaboraram com a empresa ao longo deste ano de actividade, querendo destacar:

Os seus colaboradores directos pelo trabalho desenvolvido;
O conselho fiscal, pelo acompanhamento atento da actividade da empresa;
Os accionistas, pela forma como distinguiram e apoiaram a empresa;
As autoridades de supervisão pelo apoio prestado.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração:
Maria José Martins Catarino, vogal — *Orlando Pinto Madeira Carrasco*, vogal executivo — *José Valério Costa Pereira*, vogal — *Rui Victor Ferronha Cláudio*, vogal.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

DÉBITO

Código das contas		2004	2003
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	1 473,93	1 874,22
71	2 — Comissões	26 805,46	—
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	409 988,00	393 792,31
73	a) Custos com pessoal	211 823,85	207 841,46
Dos quais:			
730+731	(— salários e vencimentos)	169 737,52	166 565,37
732+733	(— encargos sociais)	42 086,33	41 276,09
Dos quais:			
73290/1/2	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	198 164,15	185 950,85
78	5 — Amortizações do exercício	13 336,53	12 283,40
77	6 — Outros custos de exploração	—	—
790/1/2/3+799	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	—	—
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—

(Em euros)

Código das contas		2004	2003
671	11 — Perdas extraordinárias	120,00	—
48	13 — Impostos sobre lucros	138 870,05	252 843,41
76	14 — Outros impostos	58,44	956,50
69	15 — Lucro do exercício	361 777,94	507 237,86
<i>Total</i>		952 430,35	1 168 987,70

CRÉDITO

Código das contas		2004	2003
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	34 281,78	31 084,32
Dos quais:			
80250/1	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rend. variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	902 908,63	1 123 239,88
83	4 — Lucros em operações financeiras	2 574,62	4 279,50
840/1/2/3+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	12 665,32	10 384,00
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>		952 430,35	1 168 987,70

O Conselho de Administração: *Maria José Martins Catarino*, vogal — *Orlando Pinto Madeira Carrasco*, vogal executivo — *José Valério Costa Pereira*, vogal — *Rui Victor Ferronha Cláudio*, vogal.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 1 375 350 euros e um total de capital próprio de 1 307 461 euros, incluindo um resultado líquido de 361 778 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adop-

tadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2004 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005. — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Carlos Alberto Alves Lourenço*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas:

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos por Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, revisores oficiais de contas da sociedade, e Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, revisores oficiais de contas do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Turístico II, sob gestão da sociedade, e apreciamos as respectivas certificações legais das contas, com as quais concordamos. Tomámos também conhecimento do teor dos relatórios sobre a fiscalização endereçados por aquelas sociedades ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, com os quais igualmente concordamos.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e dá situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Fiscal: Serafim Ribeiro Amorim, presidente — Licínio Gabriel Cruz Dias Calado, vogal — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Carlos Alberto Alves Lourenço, revisor oficial de contas.

Relatório de auditoria

1 — Efectuámos a auditoria ao balanço da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2004, bem como à demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e ao respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 — A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., a 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005. — O Auditor, *PriceWaterHouseCoopers*.
1000293022

SIEMCA — SOCIEDADE MEDIADORA DE CAPITAIS, S. A.

Relatório n.º 1-AC/2007

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

II — Actividade da Siemca

1 — Mercado e áreas de negócios

O volume de negócios na área de intermediação teve um decréscimo na ordem dos 44,70% durante o ano de 2005 quando comparado com o anterior. Logo, registou-se um decréscimo de facturável considerável, o que comparativamente com o decréscimo de 2003/2004, na ordem dos 16,24%, representa uma descida acentuada das receitas desta área da Siemca.

A conjuntura geopolítica mundial continua a afectar o negócio de intermediação, visto que a enorme volatilidade que este tipo de cenários introduz nos mercados financeiros refreia de certo modo as operações com grau de risco elevado.

Em termos globais, a Siemca facturou 694 021,31 euros, o que em relação ao ano transacto (1 198 857,07 euros) representa uma variação negativa de 42,11%.

Ao contrário do que foi previsto na evolução da actividade para o ano de 2004, o produto Multispot não teve uma preponderância tão relevante em 2005 se comparado com o ano transacto, registando-se uma descida na ordem dos 18,67%.

No que respeita à área de assessoria e informação financeira, o comportamento foi, também ele, negativo, verificando-se uma queda de cerca de 19,99%, consequência de alguma diminuição relativamente ao número de clientes a aceder a este tipo de serviços.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1 — Intermediação	2 097	1 650	1 344	1 303	1 091	604
2 — Assessoria financeira	137	73	42	60	107	86

1.1 — Constituição do capital:

No final do exercício de 2005 o capital estava constituído em 500 000 euros, representado por 100 000 acções com o valor nominal de 5 euros.

2 — Meios humanos

Após a reestruturação a nível humano a que a Siemca foi sujeita durante o ano de 2005, os custos com o pessoal registaram um ligeiro decréscimo de 1,74%, consequência da saída de alguns colaboradores da instituição.

3 — Meios materiais

Investimento:

No exercício de 2005 o investimento em imobilizado incorpóreo ascendeu a 25 326,47 euros, distribuídos da seguinte forma:

Sistema de tratamento automático de dados — 3 827,80 euros;
Outros valores imobilizados — 21 498,67 euros.

É importante referir que no mapa de movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado, em anexo, o aumento em imobilizado

incorpóreo está registado como 49 916,22 euros, embora 28 417,55 euros tenham sido reajustados, visto estarem erradamente contabilizados como imobilizado corpóreo.

No exercício de 2005 o investimento em imobilizado corpóreo ascendeu a 43 424,37 euros, distribuídos da seguinte forma:

Imóveis — 3518,70 euros;
 Mobiliário — 21 459,22 euros;
 Máquinas e ferramentas — 3695,98 euros;

Equipamento informático — 8565,67 euros;

Elementos de segurança — 6184,80 euros.

A estrutura de custos operacionais registou um aumento acentuado de cerca de 80%, verificando-se uma descida na área das comissões de 44,70%, e uma subida das provisões de 65,60%, sendo estas as variações mais significantes. A estrutura de custos ainda assim diminuiu 18,42%, embora não se tenha registado o devido acompanhamento (ou subida) da estrutura de proveitos, onde se verificou uma quebra na ordem dos 41%.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1 — Resultados de exploração	7	173	249	86	(32)	(290)	(503)
2 — Resultado líquido	(19)	86	172	(3)	(47)	(297)	(506)
3 — <i>Cash flow</i> do exercício	120	191	218	(29)	27	(241)	(458)
4 — Rendimento de capitais próprios (percentagem)	—	9,8	17,7	—	—	—	1,99
5 — Índice de solvabilidade (capital próprio/passivo)	4,26	4,18	4,18	3,28	5,70	0,66	(0,25)

Unidade de medida: 10³

7 — Medidas a implementar para respeitar os fundos próprios exigíveis

A actividade corrente da Siemca durante o exercício de 2005 sofreu alguma erosão tendo obrigado a administração a tomar medidas de modo a que fossem respeitados os fundos próprios exigíveis. Houve uma preocupação no sentido de se obter uma solução para o desequilíbrio dos capitais próprios.

Nesse sentido, houve que tomar decisões, numa perspectiva de curto prazo, tendo em conta a redução de custos e o aumento dos proveitos, e no médio prazo no sentido de melhorar o desempenho da instituição nos exercícios futuros. Assim, e após reunião com o Banco de Portugal, a administração da instituição Siemca propõe-se a atingir os seguintes objectivos:

Aumento de capital para 1 000 000 euros, através da entrada de mais 500 000 euros durante o primeiro trimestre de 2006 (o que já se verificou nas contas de Abril de 2006);

Reforço da estrutura accionista em termos de diversificação, existindo ainda a possibilidade de um aumento de 250 000 euros durante o ano de 2006 (o qual também já foi efectuado);

Diversificação da área de actuação da Siemca com a transformação em sociedade gestora de patrimónios;

Reestruturação contínua além da já existente no exercício de 2005, através da redução de pessoal e outros custos administrativos, procurando-se assim uma estrutura cada vez «leve», ou seja, com o fim da sala de mercados consegue-se uma redução de custos a nível de equipamentos e de todos os meios de telecomunicações utilizados.

8 — Evolução previsível da sociedade

A análise conjuntural efectuada em 2004 fazia prever, para o ano de 2005, uma ligeira melhoria no sector em que a instituição está inserida.

Todavia, tal não se verificou, apesar das medidas entretanto implementadas no sentido de uma redução gradual dos custos.

No que concerne às medidas a implementar durante o exercício de 2006, estaremos atentos à sua evolução, embora conscientes da dificuldade da sua eficiente implementação.

No corrente exercício a facturação tem sido menor comparando-a com os respectivos períodos homólogos. Contudo, embora a administração esteja consciente da dificuldade de uma rápida implementação das medidas a que se propõe, perspectiva-se, com reservado optimismo, uma melhoria ao longo do exercício relativamente à situação verificada no exercício de 2005.

III — Aplicação de resultados

Para os resultados líquidos negativos apurados no montante de 506.557,86 euros, o conselho de administração propõe que sejam transferidos na totalidade para resultados transitados.

Agradecimentos

O conselho de administração deseja expressar uma palavra de muito apreço e agradecimento:

Às autoridades monetárias pela colaboração que sempre prestaram; Aos novos clientes pela confiança depositada na qualidade dos serviços prestados;

Aos nossos colaboradores pela dedicação e competência demonstrada;

À mesa da assembleia-geral e ao fiscal único pela disponibilidade e contributo dados no desempenho das suas funções.

Lisboa, 31 de Maio de 2006. — O Conselho de Administração: *Joaquim António Dias Rebelo*, presidente — *Nuno Alexandre dos Santos Coimbra*, vogal — *António Alexandre Crespo Zeferino*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	235,28	—	235,28	381,95
12+13-130	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	9 860,61	—	9 860,61	29 901,96
20+21+280/1+2880+ 2881+2891-29000- 29001-29010-29011	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	250 000,00	—	250 000,00	250 000,00
16+22/3+282/3+ 287+2883+2887+ 2892/3+2897-29002- 29003-29013- 29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	24 172,52	19 839,49	4 333,03	5 007,56

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
243/4+253/4/5– 25810–25810– 291–2923–2924	6 — Acções e outros títulos de rend. variável	—	—	—	59 491,29
41+460+4690–481	9 — Imobilizações incorpóreas	352 438,00	342 928,00	9 510,00	582,41
42+461/2/3+ 468+4691–482	10 — Imobilizações corpóreas	882 578,95	785 525,48	97 053,47	71 468,96
420+4280+ 461–4820–48280	(Dos quais: imóveis)	47 869,46	29 054,30	18 815,16	15 296,46
14/5+19+27–27003– 29007–2959–299+ 402+409–499	13 — Outros activos	62 040,95	699,00	61 341,95	152 488,30
51+55+56 (dev.) ⁽³⁾ + 58 (dev.)+59 ⁽⁴⁾	15 — Contas de regularização	57 680,14	—	57 680,14	70 490,21
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	506 557,86	—	506 557,86	297 666,22
	<i>Total do activo</i>	<i>2 145 564,31</i>	<i>1 148 991,97</i>	<i>996 572,34</i>	<i>937 478,86</i>

PASSIVO

Código das contas		2005		2004
36+39	4 — Outros passivos		422 847,35	50 800,54
52+54+56+58+59 (5)	5 — Contas de regularização		71 808,715	86 806,76
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos		—	289,00
612	a) Provisões para pensões e encargos similares		—	—
610+611+613	b) Outras provisões		—	289,00
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais		—	—
60	8 — Passivos subordinados		250 000,00	250 000,00
62	9 — Capital subscrito		500 000,00	500 000,00
630+631+635+639	11 — Reservas		93 956,10	93 956,10
66	13 — Resultados transitados		– 342 039,86	– 44 373,64
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício		—	—
	<i>Total do passivo</i>		<i>996 572,34</i>	<i>937 478,86</i>

O Conselho de Administração: *Joaquim António Dias Rebelo*, presidente — *Nuno Alexandre dos Santos Coimbra*, vogal — *António Alexandre Crespo Zeferino*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço em 31 de Março de 2006

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2006			2005
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	281,58	—	281,58	688,96
11	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	3 508,93	—	3 508,93	81 237,83
13	3 — Aplicações em instituições de crédito	250 000,00	—	250 000,00	250 000,00
15–3701	4 — Crédito e juros vencidos	23 903,90	21 154,45	2 749,45	4 339,61
16	6 — Acções e outros títulos de rend. variável	—	—	—	415,69
29–361	9 — Outros activos intangíveis	355 241,20	344 254,00	10 987,20	– 2 806,09
27–360	10 — Outros activos tangíveis	887 443,40	791 917,48	95 525,92	67 773,50
270–3600	(Dos quais: imóveis)	47 869,46	29 054,30	18 815,16	15 296,46
31–3700	13 — Outros activos	104 962,97	699,00	104 263,97	106 536,18
34+54	15 — Contas de regularização	55 922,05	—	55 922,05	65 486,32
64 (dev)	16 — Prejuízo do exercício	125 302,89	—	125 302,89	40 291,87
	<i>Total do activo</i>	<i>1 806 566,92</i>	<i>1 158 024,93</i>	<i>648 541,99</i>	<i>613 963,87</i>

PASSIVO

Código das contas		2006	2005
51	4 — Outros passivos	523 720,42	23 968,48
52+53	5 — Contas de regularização	129 463,19	84 392,62
47	6 — Provisões	—	289,00
	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
478	b) Outras provisões	—	289,00
57	8 — Outros instrumentos de capital	250 000,00	250 000,00
55	9 — Capital subscrito	500 000,00	500 000,00
60	11 — Reservas	93 956,10	93 956,10
61	13 — Resultados transitados	(848 597,72)	(338 642,33)
64 (cred.)	14 — Lucro do exercício	—	—
<i>Total do passivo</i>		648 541,99	613 963,87

O Conselho de Administração: *Joaquim António Dias Rebelo*, presidente — *Nuno Alexandre dos Santos Coimbra*, vogal — *António Alexandre Crespo Zeferino*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balço em 30 de Junho de 2006

ACTIVO

Código das contas		2006			2005
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	228,75	—	228,75	318,95
11	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	10 812,91	—	10 812,91	30 761,38
13	3 — Aplicações em instituições de crédito	250 000,00	—	250 000,00	250 000,00
15-3701	4 — Crédito e juros vencidos	22 313,86	20 274,30	2 039,56	2 920,01
16	6 — Acções e outros títulos de rend. variável	—	—	—	—
29-361	9 — Outros activos intangíveis	355 690,88	345 749,00	9 941,88	— 1 306,03
27-360	10 — Outros activos tangíveis	888 276,72	798 844,48	89 432,24	72 285,98
270-3600	(Dos quais: imóveis)	47 869,46	29 054,30	18 815,16	18 815,16
31-3700	13 — Outros activos	118 228,00	699,00	117 529,00	144 315,26
34+54	15 — Contas de regularização	68 185,74	—	68 185,74	71 722,16
64 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	228 525,69	—	228 525,69	111 456,55
<i>Total do activo</i>		1 942 262,55	1 165 566,78	776 695,77	682 474,26

PASSIVO

Código das contas		2006	2005
51	4 — Outros passivos	629 418,37	61 096,83
52+53	5 — Contas de regularização	151 919,02	115 774,66
47	6 — Provisões	—	289,00
	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
478	b) Outras provisões	—	289,00
57	8 — Outros Instrumentos de Capital	250 000,00	250 000,00
55	9 — Capital subscrito	500 000,00	500 000,00
60	11 — Reservas	93 956,10	93 956,10
61	13 — Resultados transitados	(848 597,72)	(338 642,33)
64 (cred.)	14 — Lucro do exercício	—	—
<i>Total do passivo</i>		776 695,77	682 474,26

O Conselho de Administração: *Joaquim António Dias Rebelo*, presidente — *Nuno Alexandre dos Santos Coimbra*, vogal — *António Alexandre Crespo Zeferino*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

Código das contas		2005	2004
<i>A) Custos</i>			
70	1 — Juros e custos equiparados	3 085,93	43,92
71	2 — Comissões	—	—

		(Em euros)	
Código das contas		2005	2004
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73/4	4 — Gastos gerais administrativos	1 132 014,02	1 393 847,50
73	a) Custos com pessoal	659 211,85	670 868,33
	Dos quais:		
730/1	(— salários e vencimentos)	415 113,23	531 980,33
732/3	(— encargos sociais)	116 157,13	135 883,50
	Dos quais:		
73290/1/2	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	472 802,17	722979,17
78	5 — Amortizações do exercício	33 656,31	54 959,24
77	6 — Outros custos de exploração	26 523,29	26 083,52
790/1/2/3+795+799	7 — Provisões para créd. de cobr. duvid. e créd. vencido e para outros riscos	14 074,53	8 499,00
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	—	—
671	11 — Perdas extraordinárias	4 128,01	3 339,75
68	13 — Impostos sobre lucros	1 995,11	18 439,60
76	14 — Outros impostos	5 573,22	7 473,00
69	15 — Lucro do exercício	—	—
	Total	1 221 050,42	1 512 685,53

CRÉDITO

Código das contas		2005	2004
	B) Proveitos		
80	1 — Juros e proveitos equiparados	5 809,62	438,34
	Dos quais:		
80240/1+80245+80250/1+80255+8026	De títulos de rendimento fixo	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	1 851,60	1 407,04
81-81400-81401	a) Rend. de acções, de quotas e de outros títulos de rend. variável	1 851,60	1 407,04
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	603 803,42	1 091 792,29
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840/1/2/3+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	9 882,75	5 416,00
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	90 217,89	112 589,41
	8 — Resultado da actividade corrente	(497 788,78)	(271 790,1)
672	9 — Ganhos extraordinários	2 927,28	3 376,23
69	11 — Prejuízo do exercício	506 557,86	297 666,22
	Total	1 221 050,42	1 512 685,53

Anexo alterado pela instrução n.º 15/98, publicada no BNPB n.º 7, de 15 de Julho de 1998.

O Conselho de Administração: *Joaquim António Dias Rebelo*, presidente — *Nuno Alexandre dos Santos Coimbra*, vogal — *António Alexandre Crespo Zeferino*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 2005

Nota introdutória:

A Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A., foi constituída em 29 de Agosto de 1986, tendo adoptado a denominação social actual a partir de 10 de Janeiro de 1991.

A sociedade tem por objecto a realização de operações de intermediação no mercado monetário e cambial e a prestação de serviços conexos.

1 — Os valores registados nas contas do balanço e demonstração de resultados foram apurados de acordo com critérios contabilísticos geralmente aceites e consistentes de valor a considerar.

2 — As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro e legislação complementar aplicável.

As imobilizações corpóreas estão registadas pelo preço de aquisição. As amortizações foram calculadas por duodécimos, pelo método das quotas constantes, tendo-se utilizado as taxas constantes na tabela II anexa ao Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, excepto para o imobilizado em locação financeira, em que o activo é amortizado durante o período do contrato. Os custos com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são registados no ano do seu vencimento, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

11 — Movimentos e saldos das contas do activo imobilizado:

ANEXO I

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado

							(Em euros)
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final	
Imobilizações incorpóreas:							
Custos plurianuais	10 081,09	—	—	—	—	10 081,09	
Despesas de estabelecimento	102 964,98	—	—	582,31	—	102 382,67	
Sistema de tratam. autom. de dados	167 950,20	—	3 827,80	—	—	171 778,00	
Outros valores imobilizados	18 280,02	—	49 916,22	—	—	68 196,24	
	<u>299 276,29</u>	<u>—</u>	<u>53 744,02</u>	<u>582,31</u>	<u>—</u>	<u>352 438,00</u>	
Imobilizações corpóreas:							
Despesas em edifícios arrendados	44 350,76	—	3 518,70	—	—	47 869,46	
Equipamento:							
Mobiliário e material	55 802,93	—	21 459,22	—	—	77 262,15	
Máquinas e ferramentas	17 165,81	—	3 695,98	—	—	20 861,79	
Equipamento informático	151 795,51	—	8 565,67	—	—	160 361,18	
Instalações interiores	598 457,12	28 417,55	—	—	—	570 039,57	
Equipamento de segurança	—	—	6 184,80	—	—	6 184,80	
Imob. locação financeira	15 151,52	—	—	—	15 151,52	—	
	<u>882 723,65</u>	<u>28 417,55</u>	<u>43 424,37</u>	<u>—</u>	<u>15 151,52</u>	<u>882 578,95</u>	
<i>Total</i>	<u>1 181 999,94</u>	<u>28 417,55</u>	<u>97 168,39</u>	<u>582,31</u>	<u>15 151,52</u>	<u>1 235 016,95</u>	

ANEXO II

Movimentos ocorridos nas amortizações e provisões das rubricas do activo imobilizado

					(Em euros)
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final	
Imobilizações incorpóreas:					
Custos plurianuais	9 726,63	—	—	9 726,63	
Despesas de estabelecimento	102 865,24	66,16	— 33,58	102 897,82	
Sistema de tratamento automático de dados	167 821,99	14 822,84	33,70	182 678,53	
Outros valores imobilizados	18 280,02	—	29 345,00	47 625,02	
	<u>298 693,88</u>	<u>14 889,00</u>	<u>29 345,12</u>	<u>342 928,00</u>	
Imobilizações corpóreas:					
Despesas em edifícios arrendados	29 054,30	—	—	29 054,30	
Equipamento:					
Mobiliário e material	50 952,62	—	—	50 952,62	
Máquinas e ferramentas	15 873,04	—	—	15 873,04	
Equipamento informático	134 876,99	10 333,77	— 2 055,95	143 154,81	
Instalações interiores	565 346,22	8 185,68	— 27 289,05	546 242,85	
Imob. locação financeira	15 151,52	—	— 15 151,52	—	
Outras imobilizações corpóreas	—	247,86	—	247,86	
	<u>811 254,69</u>	<u>18 767,31</u>	<u>— 44 496,52</u>	<u>785 525,48</u>	
<i>Total</i>	<u>1 109 948,57</u>	<u>33 656,31</u>	<u>— 15 151,40</u>	<u>1 128 453,48</u>	

14 — Crédito sobre clientes:

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica corresponde a crédito e juros vencidos e apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

			(Em euros)
	Crédito	Provisão	
Até três meses	3 171,43	31,71	
De três meses a seis meses	1 447,45	361,86	
De seis meses a nove meses	215,43	107,71	
De nove meses a 12 meses	743,85	743,85	
Mais de 12 meses	18 594,36	18 594,36	
<i>Total</i>	<u>24 172,52</u>	<u>19 839,49</u>	

22 — Características dos passivos subordinados:

Para ultrapassar a situação dos fundos próprios os accionistas decidiram injectar dinheiro na sociedade, através de prestações acessórias e empréstimos subordinados, o qual foi feito ainda no exercício de 2004.

Sendo assim, no final do exercício económico existiam 125 000 euros na rubrica de títulos de participação, prestações acessórias, com o propósito de serem convertidos em capital no exercício de 2006.

Existiam também 125 000 euros na mesma rubrica, títulos de participação, que fazem parte de um empréstimo subordinado cujo fim depende das necessidades da instituição. Este último montante, caso não seja necessário, manter-se-á na respectiva rubrica e será devolvido aos accionistas, pedindo-se a devido tempo a autorização para tal à entidade de supervisão.

No decorrer do exercício de 2006 já foram tomadas algumas medidas com o intuito de respeitar os fundos próprios exigíveis, as quais são referidas no relatório do conselho de administração.

23 — Montante dos compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2005 regista-se um montante de 250 000 euros depositado junto do Banco Português de Negócios, o qual se encontra penhorado a favor dos novos accionistas.

24 — Provisões acumuladas:

ANEXO III

Provisões acumuladas

Rubricas	(Em euros)				
	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Utilizações	Reposição ou anulação	Saldo final
Para crédito de cobrança duvidosa:					
Outros créditos	699	—	—	—	699
Para crédito vencido:					
Outros créditos	15 648	14 075	—	9 883	19 840
Para risco-país:					
Outros créditos	—	—	—	—	—
Provisões diversas:					
Para riscos gerais de crédito	289	—	—	289	—
Para riscos gerais bancários	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	16 636	14 075	—	10 172	20 539

27 — Saldos das contas:

	Valor em euros
Proveitos a receber	—
Custos a pagar	71 808,75
Despesas com custo diferido	57 680,14

41 — Impostos e carga fiscal:

	(Em euros)	
	2005	2004
Carga fiscal	—	—
Lucros antes de impostos	— 504 562,75	— 279 226,62
Dotação para impostos sobre os lucros	1 995,11	18 439,60
Impostos sobre os lucros a receber/pagar	8 423,82	8 423,82

42 — Proporção do imposto sobre lucros, sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários:

	(Em euros)	
	Valor	Proporção ISL
Resultados correntes	— 497 788,78	—
Resultados extraordinários	— 1 200,73	—
Impostos sobre lucros	1 995,11	—

Nota. — Os números apresentados seguem a ordem descrita no plano de contas para o sistema bancário, considerando-se não aplicáveis os números omitidos.

Lisboa, 31 de Maio de 2006. — O Conselho de Administração: Joaquim António Dias Rebelo, presidente — Nuno Alexandre dos Santos Coimbra, vogal — António Alexandre Crespo Zeferino, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.

(adiante também designada por Siemca ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 996 572 euros e um total de capital próprio negativo de 254 642 euros, incluindo um prejuízo do exercício de 506 558 euros), a demonstração de resultados e o anexo, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Siemca e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito do exame.* — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 3.º e 4.º, o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a apreciação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Reservas.* — Não obtivemos resposta, aos nossos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, por parte de quatro bancos. Esta situação constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

4 — Não obtivemos resultados satisfatórios relativamente aos pedidos de confirmação de saldos de fornecedores, além de que os correspondentes procedimentos de auditoria alternativos aplicáveis nas circunstâncias não foram conclusivos. Esta situação constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

5 — O capital próprio da empresa em 31 de Dezembro de 2005, é negativo em 254 642 euros, sendo os respectivos fundos próprios,

reportados ao Banco de Portugal, negativos em 141 781 euros. Desta forma, a empresa enquadra-se no âmbito do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais e está em incumprimento do artigo 96.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Conforme referido no relatório do conselho de administração, a Siemca aprofundou, em 2005, a reestruturação que havia iniciado em 2004 e, para 2006, propõe-se atingir um conjunto de objectivos no sentido de melhorar o seu desempenho. A continuidade da Empresa está, assim, dependente do cumprimento dos objectivos evidenciados no relatório do conselho de administração, sendo de salientar que o objectivo relativo ao aumento de capital para 1 000 000 euros através da entrada em dinheiro de 500 000 euros foi já concretizado por escritura de 27 de Julho de 2006.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos, se os houver, das situações descritas nos pontos 3.º a 5.º anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, regulados pelo Banco de Portugal.

7 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para o facto de, em 31 de Dezembro de 2005, existirem dívidas fiscais e para-fiscais em mora que, no entanto, são materialmente irrelevantes. Contudo, uma certidão das finanças, emitida em 4 de Abril de 2006, identifica dívidas em cobrança coerciva num total de 25 280 euros e uma declaração da segurança social, emitida em 20 de Abril de 2006, evidencia 58 003 euros de dívidas em mora.

Lisboa, 21 de Agosto de 2006. — Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Rui dos Santos Caseirão*.

Relatório e parecer do fiscal único

No cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2005, a actividade da Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A., examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre do conselho de administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração de resultados, o anexo e o relatório do conselho de administração, lidos em conjunto com a certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o anexo, apresentados pelo conselho de administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 21 de Agosto de 2006. — O Fiscal Único: Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Rui dos Santos Caseirão*.

Relatório do auditor

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a fiscalização efectuada durante o exercício de 2005.

Como é do conhecimento de VV. Ex.^{as} efectuámos a revisão legal das contas da Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A., e procedemos ao exame das suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias.

Em consequência emitimos a certificação legal das contas datada de 21 de Agosto de 2006, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

O trabalho realizado pode resumir-se como segue:

Acompanhamento da actividade e dos negócios da empresa através da obtenção de informações junto do conselho de administração e dos vários serviços;

Análise, com a frequência e a extensão que considerámos necessárias, dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno em vigor na empresa e realização dos respectivos testes substantivos e de conformidade;

Revisão analítica das principais contas do balanço e da demonstração de resultados;

Análise das reconciliações bancárias;

Circularização directa dos saldos das principais contas de terceiros, credores e bancos, incluindo a aplicação de procedimentos alternativos;

Obtenção de certidões junto das conservatórias, da segurança social e das finanças;

Verificação da adequacidade dos ajustamentos existentes face aos respectivos graus de realização;

Análise da evolução das imobilizações e realização de testes sobre: adições, abates, transferências entre contas, reintegrações e amortizações bem como verificação da consistência da aplicação dos critérios utilizados;

Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o capital próprio;

Testes sobre a especialização dos custos e proveitos;

Verificação documental das principais transacções e operações;

Análise de conformidade do relatório de gestão e das demonstrações financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

Como corolário do trabalho realizado e no sentido de darmos cumprimento ao disposto no ponto 20 das Normas Técnicas da OROC solicitámos a VV. Ex.^{as} que nos fosse enviada a denominada declaração de responsabilidade.

A Siemca assinou, em 2002, com um banco português, um acordo de não concorrência válido por cinco anos, mediante o qual pagou o montante de 109 011 euros.

Este valor tem vindo a ser diferido pelo período de vigência do contrato.

Não fomos habilitados com uma folha de caixa que suporte o respectivo valor em 31 de Dezembro de 2005 (222 euros).

Salientamos que as dívidas do pessoal (5421 euros) e de outros devedores (4719 euros) evidenciadas em 31 de Dezembro de 2005 na rubrica de outros activos, podem consubstanciar operações vedadas às sociedades mediadoras de capitais, nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 110/94, de 28 de Abril (Regime Jurídico das Sociedades Mediadoras), isto é, concessão de empréstimos ou créditos.

A Empresa não contabilizou qualquer provisão para riscos gerais de crédito, tendo nós estimado o respectivo montante em cerca de 335 euros.

A Siemca evidencia, em 31 de Dezembro de 2005, remunerações a pagar em mora no montante de 27 129 euros que foram posteriormente pagas.

Finalmente não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentai os nossos melhores cumprimentos.

O Auditor: Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Rui dos Santos Caseirão*.
3000222757

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
